

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Nívea Maria Teixeira Ramos

PENSADORES DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL: Atuação e ideias de Francisco Montojos no período de 1927 a 1949.

Nívea Maria Teixeira Ramos

PENSADORES DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL: atuação e ideias de Francisco Montojos no período de 1927 a 1949.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa I: *Ciência, Tecnologia e Trabalho*: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa

Ramos, Nívea Maria Teixeira

R175p

Pensadores do ensino industrial no Brasil: atuação e ideias de Francisco Montojos no período de 1927 a 1949. / Nívea Maria Teixeira Ramos. – – Belo Horizonte, 2019.

173 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, 2019.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa

Bibliografia

 Ensino Profissional. 2. Montojos, Francisco Belmonte, 1900-1981. 3. História da Educação - Brasil. I. Pedrosa, José Geraldo. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

CDD 378.155981



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Nívea Maria Teixeira Ramos

"PENSADORES DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL: Atuação e ideias de Francisco Montojos no período de 1927 a 1949."

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 19 de agosto de 2019, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof. Dr. Jose Geraldo Vedrosa – Orientador Centro Federal de Educação Fecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves Centro Federal de Eduçação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Flávio Rainundo Giarola Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por conceder-me sabedoria, maturidade, saúde e paz; cercando-me de pessoas maravilhosas durante toda a minha trajetória.

À Virgem Maria pelo cuidado e referência.

Ao CEFET/MG, pelas oportunidades e pelo espaço de crescimento pessoal e profissional.

À CAPES, por tão importante apoio por meio da bolsa de estudos.

Ao professor orientador - Dr. José Geraldo Pedrosa - por ter me escolhido como orientanda, acreditando e confiando em mim, mesmo antes de nos conhecermos pessoalmente. Agradeço- o por sua maestria, sabedoria, sensibilidade, paciência e respeito que marcaram todo esse processo.

Aos pareceristas do projeto de pesquisa em voga - professores Dr. Irlen Antônio Gonçalves e Dr^a Carla Simone Chamon - pelos olhares atentos que guiaram e aperfeiçoaram a direção da pesquisa.

Aos professores Dr. Irlen Antônio Gonçalves e Dr. Flávio Raimundo Giarola por aceitarem o pedido de integrar a banca de minha defesa e por se dedicarem à avaliação deste trabalho. E, em especial, ao Dr. Irlen Antônio Gonçalves que, na posição de professor, muito contribuiu com meu processo de aprendizagem e, como coordenador do programa, sempre teve zelo em me ouvir.

Às professoras - Dr^a Raquel Quirino e Dr^a Sabina Maura Silva - pelas oportunidades de crescimento, vivências e exemplo.

A todos os professores do Mestrado em Educação Tecnológica que participaram deste meu processo de aprendizado.

Aos servidores da Secretaria do Mestrado pelo trabalho e orientações.

Ao grupo de pesquisa NAAAB.

À Marcela Lemos por sua preciosa amizade, cumplicidade, carona e parceria acadêmica, com a qual tive a oportunidade de partilhar bons momentos; à Márcia pela amizade, atenção e carona; à Natália pela amizade, partilha de vida e ideias; à Poliana Belmon por sua atenção preciosa quando eu estava longe; à Elisângela Barbieri por toda ajuda na normalização e apoio; à Fátima Xavier, minha doce amiga portuguesa que muito me apoiou.

Aos colegas da Turma 2017 do mestrado, em especial aos colegas do "#pedeprasair".

À adorável Júlia Maria Andrade Guerra por sua solicitude e prestimosa leitura revisória da tradução do resumo.

Ao Prof. Dr. Júlio Justino e à Profa. Dr^a Mara Coelho por todo amparo, suporte e direção quando precisei.

Ao Ítalo, Regina e família por tudo que representam em minha vida e por estarem ao meu lado e de minha família em todos os momentos, em especial, quando precisava me dedicar ao mestrado.

À minha amada prima Suelen Teixeira e Jan Ramos por me auxiliarem com os materiais oriundos da Biblioteca Nacional.

Às pessoas mais importantes da minha vida: meu amado marido Luís Guerra, que tanto me apoiou e apóia em tudo que faço, companheiro de vida para todos os momentos, grande amigo que me ajuda a ser um ser humano melhor e entendeu meus momentos de preocupação e stress; aos meus filhos Lucas e Ana, fonte de inspiração, por todo o carinho, cuidado e compreensão em minhas ausências; aos meus pais Geraldo e Graça e ao meu irmão Eder, que mesmo longe são forças, presença e colaboração sempre que preciso; meus sogros Sr. Justino e D. Itacira por toda oração, bons votos e suporte.

Obrigada!

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa inserida nas elaborações da história da educação profissional e tecnológica, de modo particular, da história do ensino industrial e, mais ainda, da história dos pensadores do ensino industrial no Brasil. Focaliza o intelectual Francisco Montojos (1900-1981) como um pensador do ensino industrial, sua atuação e ideias no período de 1927 a 1949, marcada por acontecimentos significativos na educação geral, na educação profissional e no ensino industrial. Esses acontecimentos incluem disputas intensas envolvendo diferentes grupos de interesses e projetos em torno da concepção, estruturação e expansão de um sistema nacional de educação. Montojos foi um engenheiro e educador que ingressou no Governo Federal em 1927 no Ensino Profissional e Técnico e, em 1934, passou a atuar diretamente no Ensino Industrial. Foi Diretor do Ensino Industrial e também superintendente da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), tendo atuado nestes órgãos por dois mandatos, sendo, em ambos, o primeiro a ocupar o cargo e o que nele permaneceu por mais tempo. Uma das preocupações de Montojos era a defesa de um sistema nacional de educação. A pesquisa teve como objetivo geral, elaborar a trajetória do intelectual Francisco Montojos situando sua atuação e suas ideias em relação à educação profissional e, de modo particular, ao ensino industrial brasileiro no período de seu exercício. Foram almejados quatro objetivos específicos: (1) focalizar Francisco Montojos como um pensador do ensino industrial por meio da identificação de seu itinerário, sua geração e os espaços nos quais ele transitou; (2) situar sua posição face às ideias anglo-americanas que circulavam no Brasil; (3) identificar suas ideias acerca da relação entre ensino regular e ensino técnico-profissional; (4) identificar sua participação e sua posição nas disputas entre empresários industriais, intelectuais e homens de governo no tocante à constituição e instituição do novo ensino industrial. Como método, a pesquisa documental e bibliográfica foi conduzida nos termos da história dos intelectuais. Por meio da análise dos documentos, que foram fonte essencial de investigação desta pesquisa, pode-se considerar que Montojos, pela atuação política e pelo conjunto de seus escritos, é um intelectual pensador da educação profissional que foi importante na constituição e instituição dos sistemas nacionais no período em questão. Suas ideias relacionavam-se às causas que defendia, à formação integral do homem, do trabalhador cívico ou do trabalhador cidadão e a formação dos professores.

Palavras-chave: Francisco Montojos. Ensino industrial. Educação profissional. CBAI.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a research inserted in the elaborations of the history of professional and technological education, in a particular way, of the history of industrial education and, even more, of the history of industrial education thinkers in Brazil. It focuses on the intellectual Francisco Montojos (1900-1981) as a thinker of industrial education, his performance and ideas in the period from 1927 to 1949, marked by significant events in general education, professional education and industrial education. These events include intense disputes involving different interest groups and projects around the conception, structuring and expansion of national education system. Montojos was an engineer and educator who joined the Federal Government in 1927 in Professional and Technical Education and in 1934 he began to work directly in Industrial Education. He was Director of Industrial Education and also superintendent of the Brazilian-American Committee of Industrial Education (CBAI), having served in these organs for two mandates, being in both of them the first to hold the position and the one that remained in it for the longest time. One of Montojos's concerns was the defense of a national education system. The general objective of the research was to elaborate the trajectory of the intellectual Francisco Montojos, situating his performance and his ideas regarding professional education and, in a particular way, the Brazilian industrial education in the period of his exercise. Four specific objectives were pursued: (1) to focus Francisco Montojos as a thinker of industrial education by identifying his itinerary, his generation and the spaces in which he transited; (2) situate his position in relation to the Anglo-American ideas that circulated in Brazil; (3) identify his ideas about the relationship between regular education and technical-professional education; (4) identify his participation and position in disputes between industrial entrepremeurs, intellectuals and men of the government in relation to the constitution and institution of the new industrial education. As a method, the documentary and bibliographical research was conducted in terms of the history of intellectuals. Through the analysis of the documents, which were an essential source of study for this research, it can be considered that Montojos, by political action and by the set of his writings, is an intellectual thinker of professional education that was important in the constitution and institution of national systems in the period in question. His ideas were related to the causes that he defended, to the integral formation of man, to the civic worker or the citizen worker and to the formation of teachers.

Key words: Francisco Montojos. Industrial education. Professional education. CBAI.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Francisco Montojos	31
Foto 2 - Obra do prédio que abrigaria a Escola Técnica Nacional (1938/1942)	49
Foto 3 - Obras do Liceu Nacional (1938)	50
Foto 4 - Professores suíços contratados para o Liceu Industrial do Distrito Federal	52
Foto 5 - Inauguração dos Cursos da Escola Técnica Nacional	55
Foto 6 - Vista do prédio da Escola Técnica Nacional	56
Foto 7 - Diretores de Estabelecimento de Ensino Industrial	105
Foto 8 - Francisco Montojos discutindo os muitos problemas de um diretor escolar	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo das metas e das deficiências indicadas do Serviço de Remodelação

LISTA DE SIGLAS

AVA American Vocational Association
BIT Bureau Internacional do Trabalho

CADES Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CBAI Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial

CBPE Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEFET-MG Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CILEME Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio e Elementar

CNE Conferência Nacional de EducaçãoCNI Confederação Nacional da Indústria

DEI Diretoria do Ensino Industrial

EAA Escola de Aprendizes e Artífices

FEUSP Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

FIESP Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

EPT Educação Profissional e Tecnológica

EUA Estados Unidos da América

IDORT Instituto de Organização Racional do Trabalho

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOEI Lei Orgânica do Ensino Industrial

MEC Ministério da Educação

MÊS Ministério da Educação e Saúde

MESP Ministério da Educação e Saúde Pública

MTIC Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

NAAAB Narrativas e Apropriações do Anglo-Americanismo no Brasil

OIT Organização Internacional do Trabalho

PPGET Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SDN Sociedade das Nações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – MONTOJOS, SUA ÉPOCA E AS QUESTÕES DO ENSINO INDUSTRIAL	25
Preâmbulo	25
1.1 O Ensino Industrial e suas bases	25
1.2 O intelectual, seu itinerário, sua geração e seus espaços de atuação	30
1.2.1 Montojos e o Serviço de Inspeção do Ensino Profissional	39
1.2.2 Montojos e a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico	42
1.2.3 Montojos e a Superintendência do Ensino Industrial	44
1.2.4 Montojos e a Divisão do Ensino Industrial	47
1.2.5 Montojos na Diretoria do Ensino Industrial	56
1.2.6 Montojos na Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial – CBAI	58
CAPÍTULO 2 – A EVOLUÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL SOB A ÓTICA DE FRANC MONTOJOS	
Preâmbulo	66
2.1 A "pobreza de fatos" da história do Ensino Industrial que antecede a Montojos	66
2.1.1 Ensino profissional no Brasil e seus pensadores no Século XIX	70
2.1.2 Ensino Industrial no Brasil – As Escolas de Aprendizes Artífices (1900 a 1930)	78
2.1.3 Ensino Profissional no Brasil (1930 a 1949)	87
2.2 Lei Orgânica do Ensino Industrial	93
CAPÍTULO 3 – MONTOJOS E SUAS IDEIAS ACERCA DA EDUCAÇÃO PROFISSION DO ENSINO INDUSTRIAL	
Preâmbulo	97
3.1Parte 1 - Conferências e Reuniões	97
3.1.1 Sobre a pedagogia dos trabalhos manuais	98
3.1.2 Sobre a constituição e instituição do sistema nacional de ensino industrial	104
3.2Parte 2 - Princípios e práticas no ensino industrial	107
3.2.1 Sobre estudos orientados	108
3.2.2 Sobre atividade extraclasse	111
3.2.3 Sobre hábitos de higiene	112
3.2.4 Sobre os egressos do ensino industrial	114
3.2.5 Sobre planejamento e trabalhos eficientes	115
3.2.6 Sobre a função social do ensino industrial	116
3.2.7 Sobre o "Curso pedagógico e estágio na indústria"	118
3.2.8 Sobre a reorganização da escola secundária	121
3 3Parte 3 - Discursos em eventos acadêmicos	124

3.3.1 Montojos inaugura escola em Recife e em Vitória e discursa para forma	
Técnica Nacional	124
3.4 Parte 4 - Viagens internacionais de Montojos	129
3.4.1 Montojos vai à Europa (1936)	130
3.4.2 Montojos vai à Europa (1939)	134
3.4.3 Montojos vai aos EUA (1946)	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	156

INTRODUÇÃO

Na hierarquia dos problemas de uma nação, nenhum sobreleva em importância, ao da educação.

Lema do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – 1932 e 1959

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa "Ciência, Tecnologia e Trabalho: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas" do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Tem também vinculações com o Grupo de Estudos e Pesquisas "Narrativas e Apropriações Anglo-Americanas no Brasil" (NAAAB), especificamente a linha de pesquisa intitulada "O americanismo como horizonte de expectativas: intelectuais, ideias e projetos". Do mesmo modo guarda relações com outros empreendimentos de pesquisa no âmbito do PPGET que buscam a elaboração da história da educação profissional e tecnológica, de modo particular, a história do ensino industrial e, mais ainda, a história dos pensadores do ensino industrial no Brasil.

O sujeito desta pesquisa é o intelectual Francisco Belmonte Montojos e sua atuação na constituição do "novo" Ensino Industrial no Brasil no período de 1927 a 1949. Montojos nasceu em Porto Alegre (RS), em 29 de novembro de 1900, formou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de Porto Alegre no ano de 1925. Segundo Pedrosa e Santos (2015, p.4), "[...] Montojos era engenheiro formado num dos berços do pensamento industrial brasileiro, um engenheiro-burocrata que dedicou sua atuação à educação profissional e ao ensino industrial". Ingressou no Governo Federal em 1927 no Ensino Profissional e Técnico e em 1934 passou atuar diretamente no Ensino Industrial, como superintendente. Foi Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) por um longo período, de 1937 a 1949 e de 1955 a 1961, tendo sido também superintendente da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI)² por dois mandatos entre 1946 e 1949 e 1955 a 1961. Fonseca (1961, p. 209) diz que "Francisco Montojos dirigiu o Ensino Industrial

¹ Em 23 de setembro de 1909, o Governo Federal Nilo Peçanha, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, com o Decreto nº 7.566. Naquela ocasião estava lançado o ensino industrial com perspectivas de se desenvolver nacionalmente. A partir da década de 1930 o cenário começa a mudar e novos rumos são tomados, e começa a concretizar-se o que está denominado nesta pesquisa como o novo ensino industrial, especialmente em 1942, por meio de três decretos: Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 que estabelecia a "Lei Orgânica do Ensino Industrial" e a criação de duas instituições direcionadas para a formação de trabalhadores e de técnicos para a indústria em expansão por meio do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 (rede de Escolas Técnicas Federais) e do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) ambos sancionadas pelo presidente Getúlio Vargas.

² A CBAI foi o órgão executivo de um acordo firmado entre o Ministério da Educação e Saúde (Brasil) e Education Division - The Institute of Inter-American Affairs (EUA), sobre a educação industrial (MONTOJOS, 1949).

no período de sua maior expansão", ou seja, ele foi protagonista em importantes acontecimentos durante sua atuação. Esta afirmação de Fonseca (1961) sobre o protagonismo de Montojos é reforçada em outra passagem de sua "História do Ensino Industrial no Brasil":

Sua ação se fizera sentir de maneira altamente marcante na fase mais ativa e de maiores progressos daquele ramo de ensino, sendo difícil a quem acompanhou a marcha dos acontecimentos ocorridos naquele período dissociar o ensino industrial da sua figura. (FONSECA, 1961, p. 291).

A pesquisa focalizou Francisco Montojos como um pensador do ensino industrial ou, nos termos postos por Sirinelli (1996), como um intelectual do ensino industrial brasileiro, com ênfase na identificação de seu itinerário, sua geração e os espaços nos quais ele transitou. Além da atuação de Montojos, duas ênfases foram dadas. A primeira é sobre a posição de Montojos acerca das ideias de origem anglo-americanas que circularam no Brasil no período de sua atuação. A segunda é referente a uma disputa ocorrida dos anos 1930 e 1940, entre empresários industriais, intelectuais e homens de governo, referente ao lugar de pertencimento e ao *modus operandi* do ensino industrial. Montojos participou diretamente dessas disputas, que mobilizaram, entre outros, Lourenço Filho, Joaquim Faria Góes Filho, Celso Suckow da Fonseca, João Luderitz, Leon Renault, Roberto Mange, Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, Anísio Teixeira, Paschoal Lemme e outros. A questão, nesse aspecto, é identificar as ideias de Montojos acerca da relação entre ensino regular e ensino profissional.

Com esta dissertação buscou-se preencher uma lacuna existente na história do ensino industrial, elaborando o passado e trazendo à tona a atuação e as ideias de um dos importantes agentes que atuou na constituição do novo ensino industrial brasileiro, que até então não havia sido evidenciada, e que teve papel expressivo nas relações que o país estabeleceu na época com os Estados Unidos da América (EUA).

A escolha do marco temporal desta pesquisa é decorrente dos registros relativos a Francisco Montojos, em específico desde sua entrada no Ensino Industrial em 1927 e sua permanência no MESP como Diretor do Ensino Industrial até terminar sua primeira gestão neste cargo em 1949. Este período inclui, também, a sua atuação na CBAI, momento preponderante para demonstrar a posição de Montojos acerca da disseminação de ideias e práticas anglo-americanas na educação do país.

O ano de 1927 foi o início das atividades de Francisco Montojos no Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, e, também de seus contatos com ideias anglo-americanas³ que circulavam na educação brasileira.

Na década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), e o então Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico foi transformado em Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, ligada ao MESP e não mais ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Francisco Montojos foi nomeado Inspetor Geral. As Escolas de Aprendizes Artífices passaram igualmente à alçada do MESP. Inicia-se assim a construção do novo ensino industrial brasileiro. Getúlio Vargas propiciou a alavancagem do Ensino Industrial, pois caucionou espaço para os industrialistas.

E em meio a tantos acontecimentos na esfera da educação industrial destacam-se vários debates e disputas. Assim, em 1932, um grupo de intelectuais, preocupados em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado, lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por ele e outros educadores, entre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Paschoal Lemme. Conforme informado no *site* do Ministério da Educação (2015), "O manifesto propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita". Esse Movimento foi reforçado 25 anos depois, em 1959, como uma nova etapa na reconstrução educacional, com a publicação de outro documento denominado "Mais uma vez convocados", que recebeu apoio de educadores da nova geração, do qual Montojos foi signatário.

Nesse período, no âmbito do governo federal, houve uma significativa movimentação visando à constituição e instituição de um novo ensino industrial. O ano de 1934 guarda dois marcos desse processo: a promulgação da Constituição Federal, cuja peculiaridade uniformizadora deliberou à União a responsabilidade de delinear as diretrizes educacionais para todo o território nacional, e a nomeação, por Gustavo Capanema, Ministro do MESP, de uma comissão visando à reorganização do ensino industrial. O trabalho dessa comissão culminou em 1942 com o início de funcionamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e das Escolas Técnicas Federais.

De 1934 até 1942 as relações entre o MESP, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e representações do empresariado industrial são intensificadas. Em 1937 o

-

³ Por via de Anísio Teixeira, através da obra de Omer Buyse – Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica (SENNA e TEIXEIRA, 2015).

ministro Gustavo Capanema reforma o MESP e transforma a Superintendência do Ensino Profissional em Divisão do Ensino Industrial, continuando o engenheiro Francisco Montojos à frente. "Ou seja, mudaram o ambiente político, o nome e a estrutura do Ministério da Educação e Saúde, e Montojos não apenas permaneceu, como foi promovido, passando de superintendente a diretor da Divisão do Ensino Industrial." (PEDROSA; SANTOS, 2015, p. 6).

A partir de 1942 o ensino industrial expande aceleradamente tendo em vista a conjuntura internacional e o crescimento econômico nacional dela decorrente (BRASIL, de 30 de Janeiro de 1942.). A Segunda Guerra também propiciou esta aceleração, pois dificultou a importação de produtos industrializados, ao mesmo tempo que gerou demandas para a exportação de produtos industriais básicos: minério, ferro, aço e outros. Ainda neste ano os EUA entram na guerra e em 1943 o Brasil declara apoio aos aliados, o que proporcionou uma aproximação entre EUA e Brasil, com efeitos no crescimento industrial brasileiro.

Este crescimento econômico, industrial e urbano exigiu a formação uma nova cultura empresarial e de um novo tipo de trabalhador: especializado, disciplinado e apto à gerência. Como isso, Getúlio Vargas baixa o decreto-lei que criava o SENAI⁴ e a rede de escolas técnicas federais⁵. Para atender aos apelos dos empresários industriais, foi delegado a eles o SENAI, ficando vinculadas ao MESP as escolas técnicas.

Para responder à demanda por uma mão de obra industrial qualificada, as lideranças do empresariado industrial (CNI⁶ e as Federações Estaduais, com destaque para a FIESP⁷) e setores do governo, em especial o Ministério da Educação e Saúde - MES⁸ e o MTIC, começam a definir um novo tipo de Ensino Industrial: novas instituições de ensino, novo tipo de público (selecionado pela psicotécnica e não mais os pobres e desvalidos) e nova didática metódicas). Estas ações esboçavam a mudança do telos do ensino (séries industrial/profissional, que a partir de então passava a ser destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca, ou seja, para o mercado de trabalho, sendo destinada à ampla população e não mais aos pobres, órfãos e desvalidos.

Neste período já havia circulação de técnicas e de técnicos anglo-americanos no ensino industrial:

⁴ Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.

⁵ Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

⁶ Confederação Nacional da Indústria.

⁷ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

⁸ Com a Reforma ocorrida em 1937 o Ministério da Educação e Saúde Publica passa a denominar-se Ministério da Educação e Saúde (BRASIL, 1937a).

[...] depois da tentativa frustrada de obter professores alemães, em 1936, e da contratação de professores suíços para as escolas industriais, em 1941/42, o Ministério da Educação voltou-se para os Estados Unidos como fonte de assistência técnica para esse importante ramo do ensino, estratégico para a política industrialista do Estado Novo. (FALCÃO; CUNHA, 2009).

Como solução para este aprimoramento técnico e pedagógico dos professores e da possibilidade de trazer ideias anglo-americanas que contribuíssem para suportar a Educação Industrial, surge então, a CBAI, cumprindo o papel de propiciar o programa de aprimoramento. Como Montojos era o Diretor do Ensino Industrial, ele passou também a ser superintendente da CBAI.

A CBAI existiu de 1946 a 1963⁹.

Uma das maiores contribuições que a CBAI trouxe à causa do progresso industrial de nosso país foi, sem dúvida, a introdução, em nosso meio, do chamado método TWI. Embora não faça ele, de maneira formal, parte do ensino industrial tal como geralmente é este último encarado, concorre, entretanto, para a mesma finalidade que é a de aumentar a produção industrial do país, motivo que permite situá-la como problema paralelo àquela forma de educação. (FONSECA, 1961, p. 572)¹⁰.

Montojos foi superintendente da CBAI por dois períodos, sendo o dirigente que permaneceu por mais tempo à sua frente. Ele foi integrante do MESP desde a década de 1920 até a década de 1960. Como diretor do Ensino Industrial participou diretamente de inúmeras atividades relacionadas à constituição e instituição do novo ensino industrial. Como 1949 marca o término do primeiro mandato de Montojos da direção do Ensino Industrial e da Superintendência da CBAI, esta foi a data escolhida para fechamento do marco temporal da pesquisa. Apesar de Montojos ter retornado seis anos depois para a Diretoria do Ensino Industrial e à Superintendência da CBAI, a pesquisa aprofundou os estudos dos textos de Montojos até findar seu primeiro mandato nesta Diretoria.

O problema, os objetivos da pesquisa e sua relevância

O problema da pesquisa pode ser anunciado nos seguintes termos: qual foi a trajetória do intelectual Francisco Belmonte Montojos? Com que movimentos e disputas ele esteve

-

⁹ O acordo foi expirado em 31 de dezembro de 1963 (BRASIL, 1963).

¹⁰ Conforme Fonseca (1961) o método TWI (*Training Within Industry*) foi um tipo de treinamento dentro da indústria, destinado a habilitar aqueles que exerciam funções de comando, com intuito de ensinar a estes atitudes metódicas, racionais e de relações humanas como forma de conseguir maior eficiência no trabalho, seja dos trabalhadores, máquinas ou ferramentas empregadas nas atividades sob sua responsabilidade.

envolvido? Qual sua posição acerca das ideias de origem anglo-americanas que circularam no Brasil no período de sua atuação? Quais ideias orientaram sua atuação na educação profissional e, de modo particular, no ensino industrial brasileiro no período de 1927 a 1949?

A pesquisa tem como objetivo geral elaborar a trajetória do intelectual Francisco Montojos situando sua atuação e suas ideias em relação à educação profissional e, de modo particular, ao ensino industrial brasileiro no período de 1927 a 1949. Foram almejados quatro objetivos específicos, a saber: (1) focalizar Francisco Montojos como um pensador do ensino industrial por meio da identificação de seu itinerário, sua geração e os espaços nos quais ele transitou no período estabelecido; (2) situar a posição de Montojos face às ideias anglo-americanas que circulavam no Brasil no período de sua atuação; (3) identificar as ideias de Montojos acerca da relação entre ensino regular e ensino técnico-profissional; (4) identificar a participação e a posição de Montojos nas disputas entre empresários industriais, intelectuais e homens de governo no tocante à constituição e instituição do novo ensino industrial.

A relevância deste trabalho se justifica pela importância de Francisco Montojos no ensino profissional brasileiro e especificamente no ensino industrial. Montojos permaneceu por várias décadas em posições estratégicas na gestão do Ensino Industrial em um período de instabilidade política. Sua atuação remete a uma etapa relevante na história do país quando o mesmo se aproximou dos EUA em busca de referências para formação de profissionais para a indústria emergente. Além de ser relevante para a compreensão da história da educação profissional no Brasil, sendo esta uma problemática carente de trabalhos acadêmicos, com potencial, portanto, para enriquecer o conhecimento e as análises do campo.

O método e o referencial teórico

Como método, a pesquisa foi conduzida nos termos da história dos intelectuais tendo como referência o francês Jean-François Sirinelli (1996) e a brasileira Ângela de Castro Gomes (1999, 2016). Para Gomes (2016, p. 9), os intelectuais "[...] seriam uma categoria socioprofissional marcada quer pela vocação científica, no dizer weberiano ou pela especialização que lhes confere 'capital cultural' e 'poder simbólico', nos termos de Bourdieu, quer pelo gosto da polêmica, inclusive a política".

Assim, para se pensar no que é a história dos intelectuais um ponto de partida pode ser o significado e a abrangência da noção de intelectual. Sirinelli adverte para a polissemia dessa noção e salienta duas acepções: "[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os 'mediadores' culturais, [...] outra mais estreita, baseada na noção de engajamento."

(SIRINELLI, 1996, p. 242). Na primeira acepção podem ser incluídos o jornalista, o escritor, o professor do ensino médio e o sujeito erudito. Na segunda acepção, referência importante é a "[...] a noção de engajamento na vida da cidade como ator, [...] testemunha ou consciência." (SIRINELLI, 1996, p. 243).

Exemplar desse engajamento são os movimentos e seus manifestos: o movimento higienista, a semana de arte moderna de 1922, o movimento dos pioneiros pela escola nova nos anos 1930 e mais uma vez convocados nos anos de 1950, o movimento pela reforma psiquiátrica nos anos 1970, os movimentos contemporâneos de afirmação das diversidades humanas e culturais e outros.

Identificadas as duas possíveis acepções referentes ao intelectual – a ampla e a estreita – Sirinelli (1996) salienta que estudos exaustivos só podem considerar a definição estreita de intelectual, qual seja, a do intelectual engajado que intervém no debate da cidade, da região, do país, do capitalismo globalizado. Nessa definição, o intelectual é o que lida com ideias e relaciona-as às causas que defende. O intelectual é um importante elo na circulação de ideias. Estes atores concomitantemente, "[...] inserem-se no campo cultural mais abrangente do qual são contemporâneos, e nele procuram demarcar fronteiras capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas." (GOMES, 1999, p. 11). E nesta acepção que Montojos se encaixa.

A noção de história dos intelectuais perpassa pela relação entre o intelectual e o acontecimento. Os intelectuais, em determinada data, influem em determinado acontecimento. Enquanto subcampo específico da história, a história dos intelectuais ganha legitimidade científica na França dos anos 1970. A história dos intelectuais comporta tanto o estudo de um intelectual quanto um grupo de intelectuais, afinal, há gerações de intelectuais, há lugares e redes de sociabilidade de intelectuais, há disputas e rivalidades entre grupos de intelectuais, há movimentos e manifestos intelectuais (SIRINELLI, 1996).

Para Sirinelli (1996) a importância da história dos intelectuais é existencial: "[...] as ideias não passeiam nuas pela rua. [...] elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais." (SIRINELLI, 1996, p.258). Nesse sentido, fazer história dos intelectuais é lançar mão das noções de itinerário, geração e sociabilidade, é estudar percursos e "genealogia de influências". Intelectuais têm itinerários e por onde circulam há campos magnéticos.

E daí a importância dos documentos para situar estes itinerários. Assim, os documentos foram fonte essencial de investigação desta pesquisa. Eles constituíram uma

valiosa fonte de dados e informações que serviram de base para apreender e analisar o objeto da pesquisa. Para tal, foram levadas em consideração as circunstâncias históricas de cada momento retratado, o ambiente social, político, econômico que permitiu a produção dos documentos, a identidade dos autores e a confiabilidade das fontes.

Conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica são muito próximas, diferindo-se uma da outra pela natureza da fonte. A pesquisa documental vale-se de fontes primárias, ou seja, materiais que ainda não tiveram abordagem analítica e que têm relação direta com os fatos a serem avaliados pelo pesquisador. Já a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, que se referem às colaborações de distintos autores sobre o tema, que já são de domínio científico.

Compreende-se por documento: "1. declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. arquivo de dados gerado por processadores de texto" (HOUAISS apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.6). A Escola de Annales expande o conceito de documento: "[...] tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte." (CELLARD apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.6). Ou seja, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos, e esta pesquisa compreenderá materiais escritos (livros, jornais, boletins, cartas, relatórios) e elementos iconográficos (imagens e fotografias).

O processo de elaboração desta dissertação foi precedido por buscas de pesquisas que tivessem como sujeito Francisco Belmonte Montojos. Estas buscas foram realizadas nos bancos de teses e dissertações da CAPES, no portal Scielo, na Biblioteca Brasiliana Eletrônica, na Biblioteca Nacional Digital e no CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Ao pesquisar o nome Montojos nenhuma dissertação ou tese foi encontrada. Além disso, há poucas referências públicas a este importante nome da educação profissional brasileira. Buscas virtuais com o nome de Francisco Montojos permitiram apenas a localização da Biblioteca Francisco Montojos no Campus São Paulo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, e uma foto do site da Universidade Técnica Federal do Paraná na iconoteca digital em visitas de autoridades¹¹. Ainda em buscas virtuais, pôde-se localizar o único estudo encontrado a respeito de Montojos, até o presente momento,

Foto de Francisco Montojos, enquanto chefe da Divisão do Ensino Industrial do MEC e também Superintendente da CBAI, cercado pelos diretores das Escolas Técnicas de todo o país.

que é um artigo de autoria de Pedrosa e Santos (2015), com o título "A atuação de Francisco Montojos na constituição do novo ensino industrial brasileiro (1934-1942)", que foi utilizado como uma das fontes para a realização desta pesquisa. Todavia, este artigo aborda mais a história do ensino industrial e os conflitos oriundos da época, do que de fato a atuação de Montojos, apresentando de maneira superficial a sua biografia e bibliografia, seu itinerário e os espaços de sua atuação, situando mais o sujeito no contexto. Ressalto que esta dissertação percorre um período anterior e posterior a este artigo.

Ao pesquisar a palavra CBAI, obtive sete resultados entre teses e dissertações, sendo a maior parte deles mais voltada para a formação de professores. Já com as palavras "Ensino Industrial" a busca resultou em quarenta e quatro títulos, entretanto, nenhum destes estudos abordam Montojos especificamente e alguns apenas o citam em determinado momento em referência à Diretoria do Ensino Industrial. Dentre estes trabalhos analisados, a tese de doutorado de Mário Lopes Amorim, datada de 2004, cujo título é "Da escola técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná: projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942 a 1963)", foi utilizada como fonte. Apesar de não ser específica sobre a atuação de Montojos, essa tese contém várias referências a ele.

Quanto aos documentos que foram fonte essencial de investigação, a pesquisa utilizou fontes primárias e secundárias. Nas fontes secundárias, isto é, na literatura sobre a história da educação profissional buscou-se mapear a presença de Montojos e os papeis atribuídos a ele. Entre as fontes consultadas estão a "História do Ensino Industrial no Brasil" (FONSECA, 1961), sendo que, neste livro é possível conhecer um pouco da trajetória de Francisco Montojos, pois Fonseca (1961) discorre sobre ele situando sua atuação; no livro "O ensino profissional na irradiação do industrialismo" (CUNHA, 2005b), e a "Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história" (MANFREDI, 2016) não é possível perceber o sujeito Francisco Montojos, apenas o momento histórico no qual ele estava inserido e os principais acontecimentos de seu tempo, além de conhecer quais os rumos a educação estava tomando. Até por isso outras fontes que trazem a história da Educação Profissional foram utilizadas, sejam livros ou artigos.

A seção de biografias do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas foi consultada no intuito de buscar a história de Francisco Montojos, o que, até a finalização da dissertação não existia, e então, a pesquisa se delineou a buscar referências aos acontecimentos de seu tempo e dos intelectuais que pertenciam ao seu ciclo de sociabilidade.

E finalmente, na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional foram pesquisados os jornais da época que traziam referências de Francisco Montojos, sendo que, dentre eles, pesquisou-se, no período correspondido pela pesquisa, o Jornal do Brasil ¹², Correio da Manhã ¹³, À Noite ¹⁴ e Diário da Noite ¹⁵, no sentido de buscar fatos e não ideias.

Entre as fontes primárias foram pesquisados os seguintes documentos:

- livro de autoria de Montojos "Ensino Industrial" de 1949, fonte principal da investigação proposta. Dado os fatos de desempenhar as funções de diretor do ensino industrial do Ministério da Educação na maior parte do período de expansão do ensino industrial e industrialização que o país vivia e julgando ser de utilidade apresentar o estudo da evolução e da situação deste ramo de ensino, o autor apresentou neste livro alguns dados e fatores que foram considerados na organização do novo ensino industrial. Este livro decorre de uma das publicações constituintes da Biblioteca do Ensino Industrial (série B, volume 5)¹⁶que foi um dos produtos da CBAI. Montojos reuniu estudos, relatórios, pareceres, artigos e discursos, escritos em épocas diversas (de 1933 a 1948), abrangendo um "[...] período em que o pensamento e as realizações no campo do ensino industrial passaram por transformações profundas." (MONTOJOS, 1949, p. 5). O acesso a este livro foi via Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).

- boletins da CBAI que contêm vários textos de autoria de Montojos. Estes boletins, que remetem ao período de 1946 a 1961, estão dispersos e difíceis de localizar, assim como o próprio livro de Montojos. Os boletins referentes ao período de 1950 a 1957 foram localizados na Biblioteca da FEUSP, contudo não foram objetos de estudo pormenorizados

¹² Fundado no Rio de Janeiro (RJ) em 9 de abril de 1891, diário e matutino, o *Jornal do Brasil* passou por diversas fases em mais de cem anos de história. Posicionava-se a favor da reconstitucionalização do Brasil. (BRASIL, B., 2015a)

¹⁴ Fundado no Rio de Janeiro (RJ) em 18 de julho de 1911 por Irineu Marinho, o vespertino *A Noite* foi sendo considerado um dos primeiros jornais populares do Rio de Janeiro. Em 1936 passou a pertencer às denominadas Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. A Noite circulou provavelmente até 31 de agosto de 1964 (BRASIL, B., 2014b).

¹⁵ Fundado no Rio de Janeiro (RJ) em 5 de outubro de 1929, apresentava-se como membro da "vanguarda do movimento liberal", ou seja, era articulado com a Aliança Liberal, em oposição ao regime oligárquico da República Velha. Cenário que mudou na década de 1930. O jornal foi encerrado em junho de 1973 (BRASIL, B., 2015b).

¹⁶ Conforme Montojos (1949) até 1949, ano da publicação do livro Ensino Industrial, a Biblioteca da CBAI contava com um conjunto de obras que se encontravam divididos em séries, sendo, Série A – Cultura Geral que continha dois volumes; Série B – Educação Industrial com cinco volumes, dentre eles a obra "Ensino Industrial" de Francisco Montojos; Série C – Cultura Técnica com quatro volumes; Série D – Séries didáticas para oficinas com dois volumes. E obras diversas, incluindo os Boletins mensais da CBAI.

-

¹³ Fundado no Rio de Janeiro (RJ) em 15 de junho de 1901, um dos mais respeitáveis periódicos da imprensa diária de grande tiragem do país. É considerado hoje um dos mais importantes jornais brasileiros do século XX. Posicionava-se a favor de medidas modernizadoras e contra forças políticas vistas como bloqueadoras do desenvolvimentismo e do acesso popular a alguns direitos fundamentais. O fim de sua publicação ocorreu em 8 de julho de 1974 (BRASIL, B., 2014a).

por estarem fora do marco da pesquisa. Outros boletins referentes ao período de 1947 e 1948 foram obtidos na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

- além destes, foram pesquisados outros documentos como textos de palestras, discursos, cartas e relatórios de autoria de Montojos.

Do ponto de vista operacional, isto é, do manuseio das fontes e de como lidar com os achados empíricos, Sirinelli (1996, p. 245) é enfático: a "[...] história política dos intelectuais passa, obrigatoriamente, pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese dos textos, e particularmente dos textos impressos [...]". E porque o destaque atribuído ao texto impresso? É porque o texto impresso é "[...] suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham papel decisivo [...]" (SIRINELLI, 1996, p. 245). De acordo com Gomes (1999, p. 11) esta:

[...] abordagem procura mapear as ideias, valores e comportamentos que alicerçavam a formação de grupos intelectuais, objetivando compreender as genealogias que inventam os formatos organizacionais que elegem e as características estéticas e políticas de seus projetos.

O exame do material foi realizado numa sequência que compreendeu três etapas: préanálise ou exploração do material, seleção e identificação de trechos significativos, classificação e interpretações.

A pré-análise constou da leitura flutuante do material coletado. Essa leitura diz respeito ao primeiro contato com os escritos de Montojos e consistiu numa leitura preliminar dos textos tendo em vista as primeiras impressões acerca do material. A segunda etapa constou na realização de nova leitura visando à identificação de trechos significativos a serem considerados. Ainda nessa etapa os trechos selecionados foram agrupados em categorias. A terceira e última etapa compreendeu na análise visando à interpretação final.

Na prática, os textos foram recortados em unidades de registro, sendo adotados como unidades de registro os parágrafos dos respectivos textos. Nesses parágrafos foram identificadas as palavras-chaves, onde foi realizado um resumo dos mesmos para efeito de uma primeira categorização. Essas categorias primárias foram agrupadas de acordo com temas correspondentes, que deram origem às categorias iniciais. As categorias iniciais foram agrupadas por temas que deram origem as categorias intermediárias, estas últimas foram reunidas em função de seus temas que resultaram nas categorias finais.

Dessa forma, ao obter informações fidedignas aos textos analisados, foi realizada a interpretação por meio da análise comparativa efetivada através da justaposição das diversas

categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes.

A estrutura da dissertação

Além desta introdução e das considerações finais, o corpo da dissertação é constituído por três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado "Montojos, sua época e as questões do Ensino Industrial" faz uma abordagem geral sobre o sujeito da pesquisa, Francisco Belmonte Montojos, os espaços dos quais ele participou, os lugares nos quais ele transitou e sua trajetória, de modo a compor seu itinerário e sua geração, bem como, a conjuntura de sua época. Este capítulo pretende apresentar também o que estava acontecendo no Brasil e particularmente quais eram as mudanças e as disputas que estavam acontecendo na educação e em especial na educação profissional no período estabelecido.

O capítulo dois apresenta uma síntese histórica sob a perspectiva de Montojos acerca da história do Ensino Industrial no Brasil, mas o objetivo não foi discorrer sobre a história e sim sobre a abordagem de Montojos acerca dessa história, de modo a destacar o espaço que educação profissional, em especial o ensino industrial foi ganhando no Brasil na medida em o país foi se industrializando e adquirindo acentuada importância econômica, demandando assim profissionais qualificados.

E, por fim, o capítulo três aborda as ideias de Montojos, seus escritos, percepções e contribuições, trazendo seus posicionamentos acerca de suas ideias em relação à educação e ao ensino profissional (ensino regular e ensino técnico-profissional) e suas posições face à ideias anglo-americanas. Por último, as considerações finais, nas quais os principais temas discutidos são abordados e algumas reflexões e sugestões de temas para pesquisas futuras são apontadas.

CAPÍTULO 1 – MONTOJOS, SUA ÉPOCA E AS QUESTÕES DO ENSINO INDUSTRIAL

Todo o sistema escolar de uma época encontra explicação em fatores sociais, filosóficos, científicos e, sobretudo, históricos. O presente encontra sua explicação no passado

(MONTOJOS, 1949, p. 5)

Preâmbulo

Este capítulo faz uma apresentação biográfica de Francisco Belmonte Montojos, de modo a contextualizar o sujeito, sua trajetória, seu itinerário, os locais por onde ele transitou, ou seja, os espaços nos quais ele estava inserido, sua geração e seus locais de sociabilidade. De maneira sintética, visa apresentar a conjuntura histórica de sua época, o que estava acontecendo no Brasil, o processo de constituição da educação profissional e do ensino industrial tal como se realizou a partir das décadas de 1920 até a década de 1940 e, particularmente, quais eram as mudanças, e as disputas que estavam ocorrendo na educação, na educação profissional, especialmente no ensino industrial. Tentar-se-á apresentar o cenário dos locais aos quais Montojos foi dirigente e por onde se desenvolveram as ações que impactaram significativamente a educação profissional, e o ensino industrial da época. Neste contexto estão incluídos aspectos relevantes do acordo estabelecido entre Brasil e EUA, a CBAI, já na década de 1940.

1.1 O Ensino Industrial e suas bases

A ideia de situar a história anterior à atuação de Montojos tem por finalidade estabelecer referências para uma melhor exposição dos acontecimentos das décadas de 1920, 30 e 40 que são objeto de estudo desta dissertação, e evidenciar a conjuntura da atuação de Francisco Montojos.

As primeiras ideias¹⁷ para a criação de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional no Brasil surgiram nos primeiros anos da república¹⁸ (BRASIL, 2001). À medida que o quadro social, político e econômico se desenhavam, a educação começava a ser determinada como condição fundamental para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2001).

¹⁷ Há de se registrar a lei de 15 de outubro de 1827 cujo objetivo era a criação de escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos do império (BRASIL, 1827).

¹⁸ A primeira república brasileira foi o período da história do Brasil que se estendeu da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até os anos de 1930 (SOUZA, 2013).

Nesta época havia preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades, sendo que "[...] nas duas primeiras décadas, as várias reformas educacionais, ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional" (BRASIL, 2001).

A educação profissional no Brasil teve sua formalização através de políticas públicas no início do século XX através do decreto nº 7.566/1909 que criou as escolas de aprendizes artífices (BRASIL, 1909). De acordo com Manfredi (2017), essa política pública foi adotada como uma solução para os desafios existentes de ordem econômica e política. Ressalta-se que, antes desta data, não há registro de políticas públicas do governo central para a educação profissional. Foi em 1942 que um sistema nacional de ensino industrial começou a ser instituído, com o SENAI, a Lei Orgânica do Ensino Industrial e as Escolas Técnicas Federais.

Montojos (1949) recorda que, em alguns momentos no século XIX, houve tentativas para instituir o ensino técnico e ele faz uma referência ao ano de 1874¹⁹, ainda no Império. Porém, de acordo com ele, seu desenvolvimento só ocorreu na primeira metade do século XX (MONTOJOS, 1949).

Do início do século XIX até o Estado Novo 20, a educação profissional era essencialmente destinada a retirar os pobres da ociosidade, ou seja, era mais voltada para a filantropia, sem maior relevância do ponto de vista econômico (BRASIL, 1909; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984).

Nas décadas de 1930 e 1940, no Brasil, o ensino profissional consistia em um dos problemas de maior importância, pois estava diretamente relacionado com a economia do país e às perspectivas de industrialização, urbanização e massificação da sociedade. E o governo federal, na figura de Getúlio Vargas²¹, tinha um intuito em impulsioná-lo, pois assim atendia além da questão econômica, a um dos seus postulados programas de governo, que era o amparo ao trabalhador. Este programa se processava logicamente em duas esferas: uma na ordem social, através de uma legislação adequada à realidade brasileira e dos necessários órgãos de assistência, e outra de natureza técnica, por meio de institutos que preparassem e aperfeiçoassem o trabalhador, sendo que uma esfera perpassava no Ministério do Trabalho e outra no Ministério da Educação (NOVAS..., 1938).

E assim, a partir da década de 1930, a fragmentação do sistema educacional no Brasil começou a ser substituído por concepções orgânicas (FGV/CPDOC). Com isso, outras

<sup>Referência ao Decreto nº 5.532, de 24 de janeiro de 1874.
Período de 1937 a 1945.
Getúlio Dornelles Vargas (São Borja, RS 19/04/1883 – RJ 1954) (FRAZÃO, 2018).</sup>

perspectivas começaram a despontar e a ganhar forças, resultando em disputas entre o MES e o MTIC, que tinha por detrás, especialmente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), e que tinham como meta alcançar a grande maioria da população do país (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984).

E este era o contexto em que Montojos começava a se despontar como protagonista na educação profissional, em especial no ensino industrial. Em meio às disputas entre MESP e MTIC despontam, em 1932, os intelectuais, influenciados pelas ideias escolanovistas e preocupados em implementar um programa amplo de política educacional com sentido unitário e de bases científicas, que lançaram um manifesto ao povo e ao governo que ficou conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova" (ALVES; SILVA, 2017; CUNHA, 2005b; FONSECA, 1961; MANFREDI, 2017).

Escola Nova foi um movimento de política educacional por uma vista orgânica e sintética das modernas teorias de educação, na qual se estabelecesse o "novo sistema de fins sobreposto ao sistema de meios" apropriados aos novos fins e necessários para realizá-los (AZEVEDO, 2010). De acordo com Aranha (1996), a Escola Nova surgiu no final do século XIX exatamente para recomendar novos caminhos à educação, que se encontrava em descompasso com o mundo naquela época.

No Brasil dois documentos se tornaram históricos como bandeiras de luta pela educação pública nacional, seguindo a inspiração da Escola Nova: "O Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)" e o "Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados (1959)". Ambos, assinados por expressivos expoentes da educação e da cultura do país e redigidos por Fernando de Azevedo²².

Pela repercussão do Manifesto de 1932, os educadores liberais obtiveram êxitos, pois conseguiram que fosse incluído na Constituição Brasileira de 1934, um artigo exclusivo para a educação e a determinação do Estado elaborar uma lei de diretrizes e bases da educação nacional que conferisse unidade aos estados da Federação (BRASIL, 2001; ROMANELLI, 1986). Entretanto, essa lei de diretrizes e bases da educação nacional, apesar de ser muito requerida e ter sido motivo de muito planejamento e orientações pelos intelectuais da época, incluindo Francisco Montojos, só foi promulgada em 1961.

Outro ponto a se destacar na esfera econômica e que influenciou na área da educação, é que o período de 1930 a 1945 foi marcado pelo crescimento da economia no âmbito urbano-

-

²² Fernando de Azevedo (São Gonçalo do Sapucaí, MG 1894 - SP 1974), professor, educador, crítico literário, ensaísta e sociólogo brasileiro, formado em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de SP (PORTO, 2003-2019).

industrial. E com o advento do Estado Novo iniciou-se o fortalecimento da política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer a indústria de base, o que exigiu o crescimento do ensino industrial.

Em 1937, após três anos da Constituição de 1934, foi promulgada uma nova constituição, em virtude da ditadura do Estado Novo. A Constituição não incorporava a ideia de um Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), mas deu uma considerável ênfase à educação profissional (BRASIL, 1937b). O Estado Novo com sua política educacional "legitimou a ruptura entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar." (MANFREDI, 2017).

É, pois, a partir dos anos 1930 que a educação entra na agenda pública do governo federal. Os anos 1940 foram mais significativos ainda, pois é nessa década que surgiu a regulação de um sistema nacional de educação. Ou seja, Montojos entrou no cenário da educação em um momento intenso e tenso, além de se fazer incluído em uma geração de intelectuais progressistas, que além de reconhecer a educação como um direito de todos, lutavam por uma educação pública e gratuita.

Montojos (1949) relata que, neste período, os resultados obtidos pelas Escolas de Aprendizes Artífices que o Governo Federal mantinha nos estados eram animadores. Segundo ele, pelos dados obtidos no ano de 1938, constavam-se milhares os jovens que, nelas, receberam "[...] a instrução profissional, condizente com a sua vocação." (MONTOJOS, 1949, p. 37). Ou seja, essas escolas receberam 7.004 alunos, distribuídos em: "Trabalho de Metal - 1.912; Trabalhos de Madeira - 1.711; Feitura do Vestuário - 703; Fabrico de Calçados e Trabalhos de Couro - 489; Artes Gráficas - 468; Artes Decorativas - 213; Curso Noturno²³ - 1.508." (MONTOJOS, 1949, p. 37).

De acordo com Montojos (1949) os Estados, os municípios, as associações e os particulares, igualmente, estavam buscando cooperar com a expansão do ensino profissional. Montojos recorre a estatísticas levantadas pela Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, segundo as quais existiam até 1938 no Brasil, 505 estabelecimentos de ensino industrial e doméstico, sendo 82 frequentados por alunos do sexo masculino, 380 do sexo feminino e 43 mistos. Num total de 55.301 matrículas, 22.012 eram do sexo masculino, e 33.289 do sexo feminino. Das escolas existentes, 23 eram mantidas por entidade federal, 47

²³ De acordo com Montojos (1949) os cursos noturnos correspondiam a uma assistência ao operário, destinados a melhorar o padrão dos seus conhecimentos, sendo que os mesmos funcionavam anexos às Escolas de Aprendizes Artífices. Montojos destaca que o horário noturno facilitava o estudo.

por entidade estadual, 16 por entidade municipal e 419 por particulares (MONTOJOS, 1949). No ano de 1938, a produção dessas Escolas atingiu um total de Cr\$ 568.272,80, sendo recolhida aos cofres públicos a renda de Cr\$ 106.469,50 (MONTOJOS, 1949).

No âmbito da legislação para a educação profissional, o período que vai de 1934 a 1946, foi significativo. Houve reformas que alteraram o curso do ensino, em especial a educação profissional, com a implantação de diversas leis, iniciadas pela promulgação da Constituição de 1934 e depois a Constituição de 1937 que enfatizam a educação profissional. Em 1942 o ensino industrial recebe uma política pública específica que traz a sua sistematização, a Lei Orgânica do Ensino Industrial (BRASIL, 1942b).

No conjunto vieram outras leis orgânicas, concomitante a constituição do SENAI (BRASIL, 1942a) e da rede de escolas técnicas federais (BRASIL, 1942c). Ato contínuo veio a Lei Orgânica do Ensino Secundário que o organizou em dois ciclos - o ginasial, em quatro anos, e o colegial, em três anos (BRASIL, 1942d). No ano seguinte veio a Lei Orgânica do Ensino Comercial (BRASIL, 1943), e por último as leis para o ensino primário (BRASIL, 1946a), ensino normal (BRASIL, 1946b) e ensino agrícola (BRASIL, 1946e), bem como a constituição do Serviço Nacional de Atividade Comercial – SENAC (BRASIL, 1946c; BRASIL, 1946d).

Conforme Cunha (2005b) e também Fonseca (1961), muito embora a origem da oficialização da educação profissional por parte do Governo da União ter sido em 1909, é somente no ano de 1942 com a Lei Orgânica do Ensino Industrial que a mesma foi estabelecida de maneira sistematizada. Esta legislação foi específica para o ensino industrial, que era o ramo de ensino de grau secundário, destinado à preparação dos trabalhadores das indústrias, das atividades artesanais e, ainda, dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca (BRASIL, 1942b). Montojos foi um dos idealizadores desta Lei.

Esta e outras legislações que passaram a vigorar a partir de 1941 ficaram conhecidas como "Reforma Capanema"²⁴, que reformulou todo o ensino no país. Estas leis tinham como tópicos fundamentais: a definição do ensino profissional como nível de grau médio; a instituição de exames para admissão nas escolas industriais; o estabelecimento da divisão dos cursos em dois níveis, que correspondiam aos dois ciclos do novo ensino médio - o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e o segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio

²⁴ Em referência a Gustavo Capanema (Pitangui, MG 10/08/1900 - RJ, 10/03/1985), Ministro da Educação e Saúde (ABREU, 2001).

supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

Assim, com o avanço da industrialização, a educação para o trabalho tornou-se educação profissional e passou a ter como público os jovens e adultos, visando à formação do trabalhador urbano (CUNHA, 2005b; MANFREDI, 2017). Esta alteração no foco da educação profissional vai ao encontro do que era preconizado pela Escola Nova, invertendo desta maneira os valores, onde a criança é tratada como criança, e não como um pequeno adulto. Passa-se, assim, a valorizar o caráter psicológico, a respeitar o tempo da criança e a atender às especificidades da natureza infantil (PORTAL EDUCAÇÃO).

Ou seja, a realização das reformas da área da educação, inclusive as do ensino profissional, iniciou-se de fato em 1942, em pleno Estado Novo e terminou em 1946 em outra conjuntura política, quando o processo democrático se restabelecia no país. E em 1946 o governo federal, por intermédio do MES estabelece um programa de cooperação com os EUA que resultou na Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), que vai representar uma aproximação com os EUA visando à capacitação de professores e o desenvolvimento de projetos no campo do ensino industrial.

É nesta conjuntura que Francisco Montojos estava inserido, sendo um dos protagonistas nos embates de definição de políticas públicas para a educação profissional no país e a disseminação das ideias e práticas anglo-americanas. Na maior parte do tempo ele se encontrava na direção do Ensino Industrial.

1.2 O intelectual, seu itinerário, sua geração e seus espaços de atuação

Francisco Belmonte Montojos nasceu em Porto Alegre (RS), em 29 de novembro de 1900 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1981²⁵. Era proveniente de uma família renomada, pertencente às classes abastadas da sociedade gaúcha e, talvez por meio destas relações familiares e da escolarização superior, tenha conseguido destaque e projeção no cenário da educação profissional. Era filho de Manoel da Conceição Montojos, que também era engenheiro e Maria Rita da Fonseca Montojos (AZEVEDO, 1960, 1970).

Montojos tinha 8 irmãos e perdeu o pai quando ainda era jovem. Sua mãe Maria Rita casou-se com seu cunhado, Plínio de Castro Casado, então viúvo de sua irmã Julita da

²⁵ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1981.

Fonseca, que havia falecido em 1912. Plínio Casado também era primo terceiro de Manoel Montojos (AZEVEDO, 1960, 1970).

Dentre os familiares de Montojos que deixaram seus rastros na história do país e que podem ter influenciado sua vida pública está seu tio e padrasto Plínio Casado, como era conhecido. De acordo com Azevedo (1960), Plínio foi um gigante da tribuna judiciária e política do Rio Grande do Sul, tendo atuado como Deputado Federal, sendo um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, à qual, durante quase um quarto de século, magistrou Direito Público e Constitucional. Plínio Casado exerceu a promotoria pública de Porto Alegre e de 1931 a 1938 atuou como Ministro do Supremo Tribunal Federal (AZEVEDO, 1960), sendo que, neste período, importantes transformações ocorreram nas posições de atuação de Montojos, que passou de um cargo de contratado para um cargo comissionado, de Inspetor para Diretor do Ensino Industrial.



Foto 1 - Francisco Montojos

Fonte: Fonseca (1961)

Outra pessoa de relevância na família de Montojos é o seu irmão Luiz Belmonte de Montojos, que foi brigadeiro médico da aeronáutica, tendo ocupado também os cargos de coronel, tenente e capitão.

Montojos casou-se com sua prima Maria Casado Montojos, filha de Plínio Casado, com quem sua mãe estava casada, e teve filhos²⁶. Formou-se em Engenharia Civil, pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, no ano de 1925.

Sua trajetória profissional provavelmente teve influências do local de sua formação. A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi criada em 1896 e tinha uma concepção positivista, com estreita relação com o Estado. Seguiu a princípio um modelo universitário alemão e, mais tarde, norte-americano (MOROSINI; FRANCO, 2006). Era uma "[...] instituição com vínculos orgânicos com a embrionária cultura industrial no Brasil" (PEDROSA; SANTOS, 2015, p. 5), um dos berços do industrialismo no Rio Grande do Sul, assim como a Escola Politécnica em São Paulo e a Escola de Minas de Ouro Preto em Minas Gerais. Conforme Morosini e Franco (2006, p.45), uma universidade técnica que tinha como objetivo "[...] propagar no Rio Grande do Sul e no Brasil a mais moderna e eficiente educação técnica, profissional e industrial, baseada em uma real educação primária e preparatória", de modo a conduzir seus alunos do mais modesto ao mais elevado grau de ensino técnico. O período entre 1906 a 1911 foi marcado pela expansão desta Escola, quando diversos institutos são criados, dentre eles o Instituto Técnico Profissional, mais tarde chamado de Parobé (MOROSINI; FRANCO, 2006).

De acordo com Pedrosa e Santos (2015, p.5), "Montojos foi um engenheiro-industrialista-educador: engenheiro por titulação, industrialista pela orientação intelectual e educador em decorrência da longeva presença no Ministério da Educação e Saúde nos períodos de constituição e de instituição do novo ensino industrial brasileiro". Assim, Montojos compõe uma geração de engenheiros educadores, entre os quais estão também João Luderitz²⁷, Celso Suckow da Fonseca²⁸, Ítalo Bologna²⁹ e Roberto Mange³⁰, que incorporaram suas trajetórias ao ensino profissional. E todos estes intelectuais faziam parte do ciclo de sociabilidade de Montojos.

21

²⁶ Não foi possível afirmar quantos filhos Montojos teve. Nasceu um menino em 06/01/1934 cujo nome era João (NASCIMENTOS, 1934), e nasceu outro menino em 15/08/1935 cujo nome era Dilermino (NASCIMENTOS, 1935).

João Lüderitz (Porto Alegre, RS) foi engenheiro, professor, diretor do Instituto Técnico-Profissional (Instituto Parobé), da Agricultura, Indústria e Comércio da Secretaria de Obras Públicas do SENAI (HEINZ, 2009).
 Celso Suckow da Fonseca (RJ 27/07/1905- EUA 26/10/1966) foi engenheiro e professor (TOLEDO, 2018).

²⁹ Ítalo Bologna (Pouso Alegre, MG 22/04/1905 - SP 02/07/1992) foi engenheiro civil, inspetor de Ensino e Seleção Profissional, chefe da Seção de Psicotécnica do Centro Ferroviário de Ensino Profissional de SP, e da Divisão de Transporte do SENAI-SP (SENAI-SP).

³⁰ Robert Auguste Edmond Mange (Suíça 1885-1955) formou-se em engenharia em Zurique, foi professor e o criador, em 1923, da Escola Profissional Mecânica do Liceu de Artes e Oficios de São Paulo, um dos fundadores do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), diretor do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional e dirigiu o Departamento Regional do SENAI de SP (AMORIM, 2004; ZANATTA, 2016).

Montojos foi se fazendo intelectual de maneira paulatina. Suas ideias foram se desenvolvendo na medida em que ampliava seu olhar e sua atuação na esfera pública em especial no âmbito da educação profissional. Além de seu padrasto, Plínio Casado, nomes como Anísio Teixeira³¹, Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, Lourenço Filho³², Joaquim Faria Góis Filho³³, entre outros, estavam inscritos em seu círculo de sociabilidade.

Como intelectual engajado, Francisco Montojos participou de vários e importantes grupos de trabalho, atuou diretamente nas negociações entre governo e empresários industriais, escreveu relatórios e pareceres que foram utilizados como referências para decretos e leis, e comissões que definiram as bases para a educação profissional, dentre os quais, pode-se citar a "Lei Orgânica do Ensino Industrial", de 1942, e a "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", de 1961.

Em sua gestão, Montojos contribuiu para o avanço do ensino profissional, construiu e inaugurou diversas Escolas Técnicas Federais, dentre elas pode-se citar: Escola Técnica de Manaus (AM), São Luis (MA), Recife (PE), Vitória (ES), Distrito Federal, Goiânia (GO), Curitiba (PR), Pelotas (RS) (OLIVEIRA, 1941).

Montojos atuou e transitou junto a destacados educadores, convivendo com eles profissionalmente e em alguns casos, pessoalmente. Seus locais de sociabilidade o colocavam como figura de destaque em sua área de atuação como na sociedade. Dentre eles pode-se citar sua participação no Conselho Nacional do SENAI. Nestas reuniões Montojos participava junto a importantes expoentes da educação como Gustavo Capanema, Roberto Simonsen³⁴, João Lureritz, Roberto Mange, Euvaldo Lodi³⁵ (DIÁRIO DA NOITE, 1944, 1945).

Suas ideias acerca do Ensino Industrial eram levadas em consideração. Montojos fazia parte de uma gama de educadores do Brasil que lutava para que a educação e a cultura fossem direito de todos e não privilégio de alguns (DE PÉ..., 1942). Suas falas sempre remetiam a sua preocupação com a qualidade da educação, com a gratuidade e com o melhor aproveitamento possível do aluno e de sua formação integral:

.

³¹ Anísio Espínola Teixeira (Caitité, BA 12/07/1900- RJ 11/03/1971) foi inspetoria geral de instrução na capital do país e na Bahia e reformou o sistema escolar baiano. Trabalhou no MESP, viajou à Europa e EUA, estudou na Universidade de Colúmbia, foi professor, conselheiro de educação superior da UNESCO, diretor do INEP (ABREU, 2001).

³² Manoel Bergstron Lourenço Filho (Porto Ferreira, SP 10/3/1897 – RJ, 03/08/1970). Foi um dos grandes nomes do cenário educacional brasileiro. Escreveu livros e artigos de referência obrigatória nos campos da psicologia e da educação (SCIELO, 1997).

³³ Joaquim Faria Góes Filho (Salvador, BA 13/07/1901-RJ 1994), intelectual da educação, graduou-se em Direito e fez mestrado na Universidade de Columbia (EUA) (AMARAL, 2017).

³⁴ Roberto Cochrane Simonsen (Rio de Janeiro, RJ 18/02/1889), se destacou como líder empresarial, foi um dos fundadores do IDORT (DIAS, [s.d]).

³⁵ Euvaldo Lodi (Ouro Preto, MG 9/03/1896- SP 1956) engenheiro, escritor, membro da Federação das Indústrias, com atuação parlamentar, assessor de Vargas e presidente da CNI (DIAS, [s.d]).

Continuo a nutrir pela Educação Industrial o mesmo entusiasmo que sempre acompanhou toda a minha luta em favor da proba eficiência dos nossos serviços, o que me traz, agora, à presença de todos para assegurar-lhes a certeza de que contarei com os esforços e dedicação dos meus companheiros na obra educativa que estamos empreendendo, já persistindo na costumeira operosidade, já restabelecendo, em ritmo produtivo, providências e processos indispensáveis ao seguro rendimento de nossa laboriosa tarefa educativa, base, porém, do inadiável e crescente desenvolvimento, econômico do Brasil (MONTOJOS, 1955).

Montojos compreendia a educação integral como a formação do sujeito como um todo, considerando não somente sua condição racional, mas seus aspectos físicos, emocionais e sensoriais.

Montojos inseriu-se na alçada da educação e ocupou lugar de destaque, atuando no Ministério da Educação no período de março de 1927 a maio de 1961, quando se aposentou³⁶. Foi Diretor do Ensino Industrial por dois mandatos, entre 1946 e 1949 e 1955 a 1961, mesmo período que atuou como superintendente da CBAI. De 1949 a 1955 atuou no Ensino Médio e Elementar como Superintendente da Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio e Elementar (CILEME). Mesmo após aposentado continuou atuando no Ministério da Educação, de 1961 a 1964 nos órgãos gestores da Educação Primária e Complementar e, no ano de 1963, foi designado para integrar a Comissão de Artes Industriais do Gabinete de Consultas da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES).

Na longa trajetória de Montojos vale destacar algumas ações que não foram objetos efetivos de estudo nesta dissertação, por estarem fora do marco temporal de pesquisa. Ressalta-se a participação de Montojos, em 1950, da 10º Conferência Nacional de Educação³⁷, que foi realizada com o objetivo de obter sugestões para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei que foi sancionada em 1961. Neste evento, Montojos discursou sobre o tema "Tipos de Organização Profissional", quando produziu um texto de nove páginas datilografadas, no qual expõem suas ideias e defende uma escola para todos, democrática, não seletiva, destacando a função social do trabalho.

Entendemos que o ideal seria considerar a Escola Secundária, isto é, aquela que se segue à primária, de um único tipo, a que chamaríamos "Escola Secundária ou Escola Média", e que equivaleria à "Escola Compreensiva", de que nos falam os tratadistas modernos. Esse tipo de ensino visa ao

³⁷ Ocorreram ao todo treze Conferências Nacionais de Educação (CNEs), organizadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE) entre 1927 e 1967 (VIEIRA, 2017).

³⁶ Decreto 26/4/61 publicado no DOU de 3/5/61 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1961).

aproveitamento de todas as aptidões dos adolescentes "sem olhar a diversidade de seus interesses profissionais e ambições, e com o propósito de a todos oferecer os programas reclamados pela multiplicidade de suas aspirações", e parece-nos o mais democrático, pois elimina a separação de classes. Deixaria, além disso, a escola de ser seletiva para ser orientadora. Incumbir-lhe-ia ministrar, não só conhecimentos de cultura geral, mas de cultura técnica, também, com vistas à formação do homem em sua plenitude e à sua formação profissional (MONTOJOS, 1950).

Em seu discurso, Montojos (1950) discorre acerca do seu entendimento sobre e LDB, apontando que à união competia legislar amplamente sobre a educação, devendo ser tratado pelo Poder Legislativo, sempre de um modo geral, cabendo ao Executivo baixar normas a serem observadas conforme cada ramo de ensino. Ou seja, de acordo com ele, cabe a União a responsabilidade de fixar os princípios gerais orientadores da educação nacional e ainda os processos e métodos educativos, ficando aos estados o dever de legislar dentro dos respectivos territórios sobre normas administrativas dos sistemas de educação que adotarem, ou seja, centralizam-se os processos e métodos e promove a descentralização administrativa. Para o ensino de grau médio, Montojos especifica como deve ser apontado na LDB, de maneira explicativa, e deixa claro que a estruturação da forma e organicidade em seus diferentes ramos e níveis seria então tarefa exclusiva do Conselho Nacional de Educação. E Montojos dispõe, neste texto, como situaria o ensino profissional na LDB (MONTOJOS, 1950).

Montojos descreve também como deve funcionar o 1º ciclo ou Ensino Fundamental e 2º ciclo ou Complementar - Médio, detalhando como deve ser o currículo e o funcionamento de cada ciclo. Também situa o Ensino Profissional na referida Lei, apontando como ele acredita ser a melhor forma de se legislar e dirigir a educação no país (funcionamento e administração), reforçando que a organicidade seria tarefa do Conselho Nacional de Educação. Destaca também uma política nacional de educação e descentralização administrativa e pedagógica.

Em 1955, Montojos participou da "Mesa Redonda Brasileira do Ensino Industrial" que tinha o objetivo de revisar a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Neste evento Montojos demonstra mais uma vez sua preocupação em fomentar a preparação profissional e formação humana dos trabalhadores, reforça quanto a necessidade urgente em atender e executar as medidas propostas na revisão da LOEI, aborda com veemência os resultados precários da disponibilização de mão de obra frente ao vigoroso crescimento industrial do país. Montojos também reitera que se faz necessário tornar a estrutura do ensino mais flexível, para atender

melhor às diferenças regionais de natureza sócio-econômica, bem como às diferenças individuais de natureza psicológica.

Um dos pontos abordados por Montojos era o desajustamento do ensino às necessidades do mercado de trabalho, citando a desarticulação entre capital e trabalho, reforçada em outros momentos em que Montojos pôde discursar, sendo esta questão um dos pilares do desenvolvimento industrial percebido nos EUA, onde a articulação entre capital e ensino é o ponto forte. Em seu discurso, cita a eficiente colaboração no Brasil dos técnicos americanos.

Ainda em 1955, como resultado de discussões realizadas na CILEME, Francisco Montojos, Jayme Abreu³⁸ e o professor Octavio Martins apresentam o projeto de criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CILEME, 1955). O primeiro com sede no Rio de Janeiro e os demais nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Este projeto foi aprovado e entrou em execução em 1955 (CILEME, 1955).

Em 1959, conforme Fonseca (1961, p 303), o Ministro da Educação Clóvis Salgado, assinou uma portaria ministerial ³⁹ designando a Francisco Montojos a incumbência de presidir e constituir a comissão responsável por elaborar e regulamentar a execução da Lei⁴⁰ que reformou o ensino industrial em todo o país, dando-lhe nova organização escolar e administrativa. O aspecto principal dessa regulamentação era a descentralização das Escolas Técnicas Federais, atendendo às alterações solicitadas em 1955⁴¹. À Diretoria do Ensino Industrial cabia a proposição ao governo da distribuição dos fundos necessários ao funcionamento das escolas, assim como ainda detinha a prerrogativa de instituir as diretrizes gerais dos currículos e preparar o material pedagógico.

Neste mesmo ano Montojos participou da comemoração do cinquentenário da criação do Ensino Profissional, realizada no período de 21 a 26 de setembro, em Volta Redonda (CBAI, 1959).

³⁸ Jayme Abreu (Salvador 1909 - Rio de Janeiro 1973), médico e educador, fez parte do projeto pedagógico executado na gestão de Anísio Teixeira. Produziu estudos acerca do Ensino Secundário Nacional (BERETA; DALLABRIDA; SILVA, 2013).

³⁹ Portaria Ministerial nº 90 de 26 de fevereiro de 1959.

⁴⁰ Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 que aprovou o regulamento do Ensino Industrial regulamentado em 16 de outubro de 1959, pelo Decreto nº 47.038 (BRASIL, 1959a; 1959b).

⁴¹ Daí por diante as escolas industriais da rede federal do Ministério da Educação não mais conformariam um sistema de ensino, pois passaram a gozar de autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, com personalidade jurídica própria, conforme preconizado por Montojos. Entretanto, o governo federal não perderia totalmente seu controle sobre as escolas.

Por seu longo período na direção da CBAI, sendo o dirigente que atuou por mais tempo e na maior parte da existência desta comissão, pode-se dizer que Montojos foi um dos importantes interlocutores para a disseminação das ideias e ideais anglo-americanos na educação profissional e industrial no Brasil. Um dos fatores que também denotam suas simpatias com as concepções anglo-americanas é sua aproximação com Anísio Teixeira, um dos intelectuais de sua sociabilidade, por quem exprimia profunda admiração e quem foi um dos precursores da difusão de ideias anglo-americanas no país.

Em cartas remetidas a Anísio Teixeira, em 1964⁴²e 1965⁴³, Montojos referia-se ao educador baiano como "mestre" e, em uma delas, lamentava o momento pelo qual passava o país⁴⁴. Em outra, Montojos lamentava a distância que o separava de Anísio e ressalta que os "discípulos" do educador baiano aguardavam ansiosamente sua volta. Ao que tudo indica, Montojos se incluía na relação de discípulos.

Também no ano de 1964, Montojos endereça outro documento a Anísio Teixeira, no qual apresentava um relatório com 55 páginas, com o detalhamento das atividades realizadas pelo Setor de Educação Primária e Complementar referente ao ano de 1963, quando estava a seu cargo a direção do Setor. Nesta carta, Montojos se dirige à Anísio Teixeira como "amigo" e informa a sua saída do Setor, ressaltando que sua missão chegou ao fim, tendo em vista que ele não tinha praticamente nada mais o que fazer e que o constrangia tomar-lhe o tempo. Nesta carta, Montojos (1964) rememora sua vinda a este Setor, no ano de 1961, por solicitação e "bondade" do amigo Anísio Teixeira e destaca que ofertou o seu máximo para o êxito do Setor. Montojos evidencia ainda que não era de seu feitio tratar de coisas supérfluas para encher tempo, demonstrando assim seu apreço ao caráter, retidão e, em suas palavras, "autêntico" (MONTOJOS, 1964).

Outro ponto a observar nesta carta, em específico é a intimidade com que Montojos relata o convívio com Anísio Teixeira, além de ressaltar suas qualidades de educador, mestre e de amigo. Termina sua carta assinando como amigo e admirador. De acordo com Pedrosa e Santos (2014), a admiração por Anísio Teixeira que as cartas de Montojos deixam transparecer é significativa. "Sua admiração era pela pessoa do educador baiano, mas, também, por seus ideais em defesa de uma educação democrática e eficiente." (PEDROSA; SANTOS, 2014, p. 320).

⁴² FGV/CPDOC, 1964.

⁴³ FGV/CPDOC, 1965.

⁴⁴ Com a instalação do governo militar, Anísio Teixeira foi para os EUA, onde passou a lecionar na Universidade de Columbia e na Universidade da Califórnia. Anísio retornou ao Brasil em 1966 (FGV/CPDOC).

A despeito de Montojos ter participado ativamente como um dos agentes do ensino industrial brasileiro, poucos são os escritos acerca deste intelectual e sua trajetória. É digno de nota essa ausência de registros, visto que não é possível dissociar seu nome do ensino industrial em sua época de maior expansão, conforme afirmado por Fonseca (1961). Em suma, Montojos foi um protagonista da educação brasileira na primeira metade do século XX e atuou intensamente no ensino industrial. Esteve presente nas disputas e nas reformas educacionais realizadas nas décadas de 1930 e 1940.

Montojos foi um dos signatários do movimento pela escola nova, viajou para Roma, França, Genebra e EUA representando o Brasil. Aproveitou sua viagem à Europa e aos EUA para buscar alternativas educacionais praticadas nestes países que pudessem ser replicadas no Brasil.

Montojos foi uma das pessoas estratégicas na constituição do novo ensino industrial no Brasil. Nos relatos de Paschoal Lemme ⁴⁵, este relembra a comissão designada pelo ministro da educação e saúde pública, Francisco Campos, que tinha como incumbência apresentar sugestões para a regulamentação do departamento que, no MESP, deveria se encarregar dos problemas do ensino técnico-profissional (BRITTO, 2004). Destaca que Edgar Süssekind de Mendonça e Francisco Montojos eram seus companheiros nesta comissão. A respeito de Montojos discorre:

Este último, gaúcho, viera do Rio Grande do Sul, trazido pela Revolução vitoriosa e, posteriormente, nomeado para diretor do referido departamento. Permanecendo durante muitos anos à frente desse cargo, realizou obra importante nesse setor sob sua responsabilidade. De temperamento expansivo, afável, possuidor das melhores qualidades da gente gaúcha, tive o prazer de contá-lo como bom amigo e excelente companheiro de trabalho, quando me tornei seu colega, ao ingressar no quadro de técnicos de educação do Ministério da Educação, em 1939 (BRITTO, 2004, p. 76).

Esta revolução, à qual Paschoal Lemme faz referência, é a Revolução de 1930, em especial pela participação dos militares gaúchos. Um fato peculiar ao ano de 1930 era que o presidente da república e quatro dos noves ministros eram gaúchos (Getúlio Vargas, Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Salgado Filho), assim como Montojos. Mas, vale ressaltar, que Montojos entra no governo federal antes de 1930.

⁴⁵ Paschoal Lemme (Rio de Janeiro, RJ 12/11/1904-1997) teve participação ativa nos problemas educacionais brasileiro, principalmente, relacionadas à necessidade da construção de um sistema nacional de ensino e a defesa da escola pública e democratização do ensino (BRITTO, 2004).

Abgar Renault⁴⁶, Ministro da Educação e Cultura em 1955, em discurso na posse de Montojos em seu segundo mandato como Diretor do Ensino Industrial e Superintendente da CBAI, deu relevo à escolha deste "ilustre intelectual" para o retorno ao cargo. De acordo com o Ministro da Educação e Cultura, Montojos concretizava o conceito de que educar é escolher e apaixonar-se, e que ele escolheu o ensino industrial e a ele consagrou toda a sua vida (CBAI, 1955b).

Enfim, Francisco Montojos foi integrante do MESP desde os anos de 1920 até a década de 1960. Como Diretor do Ensino Industrial participou diretamente de inúmeras atividades relacionadas à constituição e instituição do novo ensino industrial sendo um dos protagonistas desta história.

1.2.1 Montojos e o Serviço de Inspeção do Ensino Profissional

Montojos ingressou no Governo Federal e iniciou suas atividades no Ensino Profissional em março de 1927, atuando como contratado no então Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico na função de Inspetor⁴⁷.

De acordo com Montojos (1949), este órgão foi criado em 1920 pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo em vista os problemas e limitações apresentados pelas Escolas de Aprendizes Artífices, por meio de uma comissão formada por especialistas que tinha o objetivo de melhorar a "situação caótica" em que se encontravam estas escolas. Esta comissão foi denominada de Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico e dirigida pelo Engenheiro João Luderitz, diretor do Instituto Parobé, instituição de formação profissional vinculada à Escola de Engenharia de Porto Alegre. Segundo Fonseca (1961, p.187) "[...] dentre todas as escolas de aprendizes artífices existentes naquela ocasião, só aquele Instituto apresentava resultados animadores". Esta comissão teria como finalidade "[...] examinar o funcionamento das escolas e propor medidas que remodelassem o ensino profissional, tornando-o mais eficiente" (FONSECA, 1961, p. 187).

Montojos fez parte da equipe do engenheiro João Luderitz no período de 1927 a 1931, ano que o Serviço de Remodelação foi extinto pelo Governo Provisório, dando lugar à

⁴⁷ Portaria 1/3/27 publicada no DOU de 3/03/1927.

⁴⁶ Abgar de Castro Araújo Renault (Barbacena, MG 15/04/1901 - Rio de Janeiro, RJ 31/12/1995), professor, educador, político, poeta, ensaísta e tradutor (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2017).

Inspetoria de Ensino Profissional Técnico⁴⁸. Luderitz foi substituído por Francisco Montojos na direção deste setor.

De acordo com Pedrosa e Santos (2014), Luderitz deve ter sido um dos pioneiros na busca por uma educação profissional ancorada na eficiência, na racionalidade e na técnica moderna. "A prática – aliada à técnica –, no lugar do conhecimento teórico e bacharelesco, era apontada por Luderitz como solução para os problemas encontrados nas escolas profissionais" (PEDROSA; SANTOS, 2014, p. 321). Montojos, em seu livro, remete a Luderitz como "notável educador".

Luderitz buscou trazer para o Brasil exemplos de uma educação profissional em consonância com as necessidades existentes no país na época, em virtude de suas viagens à Europa e aos EUA (PEDROSA; SANTOS, 2014). Os mesmos passos foram seguidos por Montojos poucos anos depois. Como um dos intelectuais que participaram da vida de Montojos, em especial em seu início de carreira, Luderitz possivelmente contribuiu com o seu itinerário e suas ideias.

Montojos (1949) evidencia a eficiência do Serviço de Remodelação, assim como, os grandes esforços deste setor: "Obra ingente [...] ativa, tenaz e sem reclamo [...] têm chamado a simpatias justas da opinião nacional para com a Remodelação, hoje, Inspetoria do Ensino Profissional Técnico." (MONTOJOS, 1949, p. 16). Mas não era de se esperar outra avaliação, afinal, Montojos estava falando de um setor que ele atuava, onde ele iniciou a carreira e no qual era, naquela ocasião, o seu dirigente.

De acordo com a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices estabelecido em 1926, como Inspetor do Serviço de Remodelação, Montojos tinha, dentre as suas atribuições: orientação da educação ministrada nas Escolas de Aprendizes Artífices; inspeção técnica dos estabelecimentos subvencionados pela União; promoção de cursos de aperfeiçoamento para diretores, professores, mestres e contramestres, bem como a definição de concursos para estes cargos; edição e publicações sobre o ensino técnico profissional; promoção, elaboração e revisão dos programas, regimentos internos, horários, projetos de construção e instalação e de execução de serviços de aprendizagem escolar; instalações de novas escolas; consultoria técnica sobre todos os trabalhos a serem publicados por conta do ministério ou sob a responsabilidade do mesmo, ou para adoção nas escolas (FONSECA, 1961; SOARES, 1982).

⁴⁸ Decreto 19.560, de 5 de janeiro de 1931 (FONSECA, 1961).

Extensa eram as atribuições de Montojos, sendo que, ao desempenhá-las, pôde acompanhar o crescimento do Ensino Industrial, percebido mais especificamente a partir de 1930, época em que passou a dirigir diretamente este ensino. No exercício da função, Montojos visitou escolas, participou de bancas para a escolha de professores e pôde se relacionar com os intelectuais da educação da sua geração.

De acordo com Montojos (1949), o serviço de remodelação traçou um plano de metas e de intervenções que igualmente expressam a "pobreza de fatos" ainda preponderante na educação profissional brasileira. Este plano está descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Demonstrativo das metas e das deficiências indicadas do Serviço de Remodelação

Remouriação	
Metas	Deficiências ou "Pobreza de fatos" existentes
Dotar as Escolas de Aprendizes Artífices de pessoal técnico habilitado, selecionado por meio de concurso	A meta revela que havia amadorismo e instabilidade no quadro anterior.
Construir prédios adequados para o funcionamento das escolas	A meta revela que a educação profissional acontecia em prédios inadequados: sem infraestrutura, improvisados.
Aparelhar com o maquinismo preciso	A meta revela que os equipamentos existentes ou não existiam ou eram inapropriados.
Prover regulamento de acordo com a finalidade da reforma	A meta denota que o regulamento existente estava desatualizado.
Organizar um programa de ensino baseado nos princípios da pedagogia moderna	A meta preconiza que a pedagogia existente era ultrapassada.
Instituir e instalar a merenda escolar	A meta mostra a precária condição do público alvo destas escolas e da mesma forma procura preencher a lacuna da evasão escolar
Editar livros didáticos	A meta demonstra que os livros ou não existiam ou não eram atualizados.
Intensificar a produção e renda das escolas	A meta indica a situação de miséria de grande parte da população brasileira, que, sem renda, não era possível aos pais manterem os filhos na escola. Com esta ação além do aluno se manter na escola através da obtenção de renda no ambiente escolar por meio da industrialização da escola, fortalecia a política estudantil, que se mantinha sem recursos governamentais.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações de Montojos (1949, p. 17)

Conforme Montojos (1949), na execução do plano o Serviço de Remodelação encontrou empecilhos por parte dos funcionários, diretores, professores e mestres, o que não impediu que as ações fossem colocadas em práticas. Dentre estas ações, pode-se citar a construção de prédios para o funcionamento das escolas no Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Minas Gerais (MONTOJOS, 1949).

Em janeiro de 1931 o Serviço de Remodelação foi transformado pelo Governo Provisório em repartição efetiva do Ministério de Educação e Saúde Pública sob o título de Inspetoria do Ensino Profissional Técnico. Montojos passa a ocupar cargo comissionado nesta repartição como Inspetor Geral⁴⁹.

1.2.2 Montojos e a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico

A Inspetoria do Ensino Profissional Técnico foi criada pelo Decreto nº 19.560, de 5 de janeiro de 1931, sendo que, a partir de então, este órgão ficou ligado ao então criado Ministério da Educação e Saúde Pública e não mais ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (FONSECA, 1961). De acordo com Fonseca (1961), este decreto estabelecia que as Escolas de Aprendizes Artífices e a Escola de Artes e Ofícios Wenceslau Braz ficariam subordinadas à Inspetoria do Ensino Profissional Técnico. Vale ressaltar que esta Inspetoria entrou em vigência em pleno Governo Provisório (1930 a 1934)⁵⁰ e durou por igual período.

Entretanto, o referido decreto não estabeleceu as demais repartições que comporiam a estrutura do órgão. Por isso, não houve preenchimento do campo "estrutura" entre os períodos 05/03/1931 e 03/05/1932. Somente com o Decreto nº 21.353, de 3 de maio de 1932 que foi aprovado o regulamento da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, delegando-lhe a incumbência de dirigir, orientar e fiscalizar todos os serviços atinentes ao ensino profissional técnico, tanto em relação às escolas, como em relação a outros estabelecimentos ou instituições que, por ministrarem o referido ensino, recebiam, subvenção, prêmio ou auxílio pecuniário do Governo Federal (BRASIL, 1932; FONSECA, 1961).

De acordo com este decreto, qualquer estabelecimento ou instituição que ministrasse ensinos técnicos, ou seja, as escolas profissionais, estaria subordinada à Inspetoria de Ensino Profissional Técnico. Como órgão de orientação e fiscalização, as suas competências eram similares às atribuídas ao Serviço de Remodelação, com a inclusão dos cursos profissionais não subvencionados pelo Governo Federal, quando sua inspeção a estes se fizessem necessária (BRASIL, 1932).

A estrutura da Inspetoria era composta por um escritório técnico, destinado a elaborar projetos e orçamentos de edifícios escolares, instalações de oficinas, trabalhos e publicações

4

⁴⁹ Decreto 11/2/31 publicado no DOU de 15/2/31 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018)

⁵⁰ Governo Provisório foi o período iniciado em 1930, quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder após a Revolução de 1930, e que durou até 1934, quando Vargas foi eleito indiretamente presidente do Brasil para um mandato de mais quatro anos. Este período ficou marcado por medidas centralizadoras e a insatisfação das antigas oligarquias que caracterizaram a Era Vargas (BEZERRA, 2019).

de tecnologia, desenho industrial, propaganda e demonstração; um museu escolar, para a organização sistemática e a conservação dos padrões educativos e dos mostruários de objetos executados nas escolas; Escolas de Aprendizes Artífices; Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz; e uma biblioteca especializada. E cabia à Montojos a direção do escritório técnico e a organização do museu escolar (BRASIL, 1932).

A Inspetoria tinha a autonomia para contratar professores, mestres e técnicos para ampliar os seus serviços, respeitado a disponibilidade de recursos orçamentários. O cargo de inspetor geral foi destinado a Francisco Montojos em boa parte pela legitimidade de sua competência em assuntos de ensino profissional técnico. Ele atuava como consultor técnico do ministro em todos os assuntos concernentes ao ensino profissional técnico (BRASIL, 1932).

Durante sua atuação como Inspetor Geral da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, Montojos participava de eventos sociais que envolviam outras esferas do governo. Em março de 1931 Montojos participou da homenagem ao vice-presidente do Partido Libertador Raul Pilla, expoente político da época, e neste evento participaram ministros e personalidades de destaque no cenário político nacional (HOMENAGEM..., 1931). Fazia parte do Partido Libertador o padrasto de Montojos, Plínio Casado.

Outro fato que chama atenção neste período foi a solicitação do ministro Washington Pires de encomendar a um especialista suíço, Omer Buyse⁵¹, a elaboração de um projeto detalhado de criação de três universidades do trabalho⁵², em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984). De acordo com Pronko (1999, p.86), "As propostas de criação de Universidades do Trabalho estiveram presentes na história da educação brasileira [...]. Desde 1922 até os dias atuais, com maior ou menor grau de definição, podem-se contar ao todo dez iniciativas dessa natureza". Todavia, Capanema se opõe a esta ideia ao assumir o cargo, ressaltando que a prioridade número um do país em relação à educação profissional era a fundação de grande número de escolas profissionais

-

⁵¹ De acordo com Pronko (1999), "Omer Buyse era um engenheiro belga dedicado à problemática do ensino técnico-profissional que havia participado da criação da Universidade do Trabalho de Charleroi (Bélgica) em 1902, transformando-se em caloroso difusor dessa instituição. No começo da década de 1930 e por sugestão de Fidelis Reis, introdutor dessa proposta no Brasil, Buyse foi convidado pelo governo varguista a realizar estudos sobre a organização e a instalação de tal instituição no país".

⁵² A Universidade do trabalho propunha-se a contribuir para a obtenção da harmonia social, propiciar a racionalização do processo produtivo e formar a mão-de-obra necessária ao crescimento industrial (PRONKO, 1999). Preparar operários, desde os simples artífices para as profissões elementares até os operários graduados e contramestres para o serviço da grande indústria, enquanto que a universidade técnica, defendida por Capanema, visava a preparação de engenheiros, das várias denominações (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984).

especializadas, que pudessem atender às exigências industriais das regiões do país (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984).

Ou seja, as propostas mostravam um ponto de convergência de áreas educativas então em divergência: "[...] a da definição de um modelo de educação superior e a da definição de um modelo de formação técnico-profissional." (PRONKO, 1999). Essas e outras disputas assinalaram no Brasil um momento de debate político educacional, de uma nova problemática, fruto da articulação de duas esferas de atividade até então distanciadas: educação e trabalho, mais claramente percebido entre as décadas de 1930 e 1940 (PRONKO, 1999; PEDROSA; SANTOS, 2014; MANFREDI, 2017).

Montojos participou, no período de 13 a 20 de dezembro de 1931, da 4ª Conferência Nacional de Educação, organizada pela Associação Brasileira de Educação⁵³, como um dos delegados do Ministério da Educação. Neste evento participaram também, Anísio Teixeira (Diretor Geral da Instrução Pública), na delegação do Distrito Federal, dentre outros educadores. Este tipo de evento era uma oportunidade de socialização, pois reunia os principais protagonistas no debate educacional (CONFERÊNCIA..., 1931).

Em 1933, Montojos participou da "Conferência Nacional de Proteção à Infância" que ocorreu no Rio de Janeiro e apresentou um extenso discurso que será abordado e analisado no capítulo três desta dissertação. No texto Montojos salienta a existência de uma nova era na política construtiva no país, onde a participação da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico era fundamental.

No ano de 1934 o nome da Inspetoria de Ensino Profissional Técnico foi alterado para Superintendência do Ensino Industrial⁵⁴ e o cargo de Inspetor Geral passou a ser denominado Superintendente. Pelo mesmo decreto, as seções de especialização para as indústrias regionais, seriam anexadas às Escolas Profissionais da União, visando à expansão do ensino técnico. O mesmo ato criou o quadro de inspetores fiscais, cujas funções, deveres e direitos eram estabelecidos em regulamento, que fixava também as exigências a normas do reconhecimento previsto.

1.2.3 Montojos e a Superintendência do Ensino Industrial

⁵³ A Associação Brasileira de Educação foi criada em 1924, sendo o resultado de ideias de professores, normalistas, jornalistas, médicos, advogados e engenheiros em prol de um objetivo claro: sensibilizar a nação para a questão educacional que, segundo a interpretação desses intelectuais, mesmo após o advento da república, este assunto permanecia à margem das iniciativas do Estado (VIEIRA, 2017). ⁵⁴ Decreto nº 24.558, de 3 de julho 1934.

Em 1934, Francisco Montojos passou atuar diretamente no Ensino Industrial, ocupando o cargo de superintendente⁵⁵, quando a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico passou a ser denominada Superintendência do Ensino Industrial⁵⁶, cargo que ocupou até 1937. Essa superintendência ficava subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Saúde. Há de se destacar que esta Superintendência teve atuação somente durante o Governo Constitucional (1934 a 1937)⁵⁷.

A Superintendência do Ensino Industrial tinha a seu cargo a direção superior das escolas federais de ensino industrial, bem como os serviços de fiscalização dos estabelecimentos congêneres que pretendiam gozar das prerrogativas do reconhecimento oficial (BRASIL, 1934).

O Decreto que criou a Superintendência do Ensino Industrial levou em consideração a evolução da indústria nacional e o cenário educacional da época, pois deixou implícita a necessidade de adaptação do ensino para a formação dos operários conforme as exigências da técnica moderna e das indústrias nacionais que requeriam um operariado com conhecimentos especializados e de nível superior ao ensino primário (BRASIL, 1936 apud SOUZA, 2013).

O mesmo decreto, de acordo com Montojos (1949), continha providências de relevância para o desenvolvimento do ensino industrial, prevendo uma expansão gradual deste ramo de ensino, com a anexação às escolas profissionais da União de seções de especialização para as indústrias regionais. Previa também a instalação de novas escolas industriais que atendessem às necessidades das indústrias regionais, o reconhecimento oficial dos estabelecimentos congêneres estaduais, municipais e particulares que adotassem a organização didática e o regime escolar das escolas federais, e que se submetessem à fiscalização da Superintendência do Ensino Profissional.

Lançava-se, assim, a base do reconhecimento de qualquer escola profissional, por parte do Ministério da Educação, e com isso, tendia-se à unidade do ensino industrial em todo o país, uma vez que era exigida a mesma organização didática e o mesmo regime escolar das escolas federais em todas as que desejassem obter o reconhecimento (FONSECA, 1961, p. 208).

⁵⁵ Decreto 10/9/1934, publicado no DOU de 12/9/34 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1934).

⁵⁶ Criada em 03/07/1934 (BRASIL, 1934) e extinta em 13/01/1937 (BRASIL, 1937a).

⁵⁷ Governo Constitucional iniciou-se com a eleição indireta de Getúlio Vargas para presidente da República pela Assembléia Nacional Constituinte e durou de 1934 a 1937, marcando o segundo período da Era Vargas no Brasil (TODAMATÉRIA, 2019).

Ou seja, esta legislação trazia algo de novo, uma ampliação da rede de ensino concomitante a unidade entre toda a rede de ensino profissionalizante existente no país (SOUZA, 2013).

Conforme Montojos (1949, p. 34), este decreto previa ainda a orientação de que a Superintendência deveria colaborar com as associações industriais, com o intuito de melhorar a adaptação dos métodos educativos e a aprendizagem prática dos ofícios aplicados às indústrias, e a criação de bolsas de estudos que seriam atribuídas aos candidatos provenientes do interior dos Estados e que desejassem frequentar os cursos. Foram lançadas assim duas novas ideias para o ensino industrial. Começa-se a perceber um esboço do que nasceria em 1942 com a instituição do SENAI.

Assim, este decreto não somente estabeleceu novas diretrizes para a superintendência como ampliou a atuação de Montojos, que tinha a missão de colocar em prática as ações estabelecidas nesta legislação. E de 1934 a 1937, período de existência da Superintendência, Montojos pôde fazer parte de importantes grupos de trabalho, se aproximar ainda mais das instituições de ensino profissional do país e também dos educadores e intelectuais que se destacavam em sua geração e, por essa via, contribuir com o desenvolvimento do ensino industrial, em especial com sugestões e projetos e leis. Dentre os projetos apresentados por Montojos ao Ministro do MESP estava a construção de novos edifícios para as escolas⁵⁸.

Em junho de 1935, Montojos participou do VII Congresso Nacional de Educação, representando o MESP, juntamente com Fernando de Azevedo (Diretor do Instituto de Educação de São Paulo) e outros importantes nomes da educação (VII CONGRESSO..., 1935).

No ano de 1936, Montojos representou o Brasil no "Congresso Internacional do Ensino Técnico", ocorrido em Roma. Neste evento foram designadas quatro comissões, sendo a primeira referente ao ensino técnico e a vida econômica, da qual Montojos foi o relator oficial. A segunda comissão compreendeu a orientação profissional e sua continuidade, a terceira a formação profissional do pessoal das fábricas e, a quarta, a preparação da mulher e suas funções especiais na vida econômica (O BRASIL..., 1936). A delegação que participou do evento em Roma foi composta por Francisco Montojos, Leon Renault⁵⁹ e Lourenço Filho. Vale ressaltar que Leon Renault apesar de pertencer a uma geração diferente de Montojos,

⁵⁸ Como exemplo o novo edifício da Escola Normal de Artes e Oficios Wenceslau Brás (O NOVO..., 1936)

5

⁵⁹ Leon Renault (07/09/1877-13/08/1961) educador, formado em Direito. Mineiro de ascendência francesa. Foi um dos fundadores do patronato agrícola Instituto João Pinheiro (mais tarde transferido para Mariana com o nome Escola Profissional Leon Renault), destinado a menores abandonados, atuando como diretor e professor. Fundou também o Patronato Agrícola Wenceslau Braz. Integrou junto com Montojos, a equipe que concebeu a LOEI (FALECEU..., 1961).

com ele se sociabilizava, tendo em vista a oportunidade de trabalharem juntos em outras atividades.

Neste evento Montojos foi figura de destaque e demonstrou *expertise* e conhecimento pedagógico (VIAJANTES, 1937). Montojos esteve em missão oficial na Europa de dezembro de 1936 a fevereiro de 1937, onde visitou, nesta oportunidade, além de Roma e outras cidades da Itália, a Alemanha e a França com o intuito de se apropriar das metodologias e práticas de ensino destes países. Mais detalhes da participação de Montojos no Congresso Internacional do Ensino Técnico será apresentada no capítulo três desta dissertação.

1.2.4 Montojos e a Divisão do Ensino Industrial

Em 1937, o Ministro Gustavo Capanema promoveu uma reforma no MESP e deu-lhe nova estrutura. Por esta reorganização, tornada legal pela Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, foi extinta a Superintendência do Ensino Profissional, e seus encargos foram para a Divisão do Ensino Industrial, que seria, a partir de então, órgão do Departamento Nacional da Educação (FONSECA, 1961). Francisco Montojos, que era o Superintendente, continuou na direção deste órgão e passou a ser o Diretor do Ensino Industrial, cargo que ocupou por um longo período, de 1937 a 1949 e de 1955 a 1961.

Esta mesma lei daria ao Ministério nova denominação, suprimindo a palavra "Pública", ficando apenas Ministério da Educação e Saúde. A reforma, tal como fizera ao nome do Ministério, mudaria, também a designação que caracterizava as escolas onde se ensinavam oficios. As Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser denominadas Liceus (BRASIL, 1937a; MONTOJOS, 1949). Os Liceus foram destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus de ensino e esta Lei previa, também, a instituição de novos liceus para disseminação do ensino profissional, por todo o território do país (ALMEIDA, 2013). A Divisão do Ensino Industrial tinha dentre seus objetivos principais a direção superior dos liceus industriais e da Escola Normal de Artes e Oficios Wenceslau Braz.

Também em 1937 foi promulgada a Constituição Brasileira pelo Governo Getúlio Vargas que veio imprimir novos rumos ao ensino profissional e industrial, sendo a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, com assistência do governo federal (BRASIL, 1937b). A nova Constituição inseriu um artigo específico sobre a educação profissional, que, segundo Montojos (1949 p. 40), "Deu-a, sabiamente, [...], determinando, em

seu art, 129, que seria dever das indústrias e dos sindicatos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes."

Com essas providências alargavam as possibilidades de integração das ações educativas do Ministério da Educação e Saúde ao projeto mais amplo de construção de um novo país (ALMEIDA, 2013). Iniciava-se, do mesmo modo, neste período, um momento político específico no país, o chamado Estado Novo⁶⁰, que durou de 1937 a 1945.

E assim, vários acontecimentos marcaram a Educação, em especial, a Educação Profissional e o Ensino Industrial no final da década de 1930 e início da década de 1940, com forte presença de Francisco Montojos no cerne destes acontecimentos.

No período de 1937 a 1945, enquanto atuava na Divisão do Ensino Industrial, Montojos pôde fazer parte de importantes grupos de trabalho que discutiam a sistematização do ensino, seu rumo, bem como, foi um momento de oportunidades de sociabilização com os nomes da educação de sua geração e de contribuição efetiva para este ramo de ensino.

Em junho de 1937, Montojos participou de uma comissão designada por Lourenço Filho (Diretor do Departamento Nacional de Educação) da qual fazia parte Mário de Brito (Diretor da Divisão do Ensino Secundário), para estudar o inquérito aberto com o intuito de equiparar a Universidade da Capital Federal aos demais institutos do Ensino Superior do país (O CASO..., 1937).

Em setembro de 1937, Montojos participou da solenidade comemorativa da Independência, na comissão do Ministério da Educação e Saúde, juntamente com Carlos Drumond de Andrade⁶¹ e outros nomes indicados por Capanema (AS GRANDES..., 1937; POMPA!, 1937).

No início de 1938, tendo como amparo a disposição do art. 129, da Constituição de 1937, Montojos organizou um anteprojeto de regulamento de escolas sindicais, como forma de regimentar este artigo. Para isso utilizou os dados referente a todos os estabelecimentos existentes de ensino industrial e doméstico, públicos e particulares, que nesta época constavam apenas de 55.301 alunos matriculados, de ambos os sexos, sendo este número insignificante, frente aos cerca de 400.000 menores de 14 a 17 anos, que poderiam se destinar às indústrias. Tal projeto apesar de ter sido aprovado pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação foi silenciado pela Federação Brasileira dos Industriários (MONTOJOS, 1949). De acordo com Fonseca (1961), "[...] sente-se, pelo conteúdo de seu

⁶⁰ O Estado Novo foi a fase ditatorial da Era Vargas, iniciada em 1937, quando Vargas, aliado aos militares, realizou um golpe, que durou até 1945, com a renúncia de Vargas (TODAMATERIA, 2019).

⁶¹ Carlos Drummond de Andrade (Itabira / MG 31/10/1902 - 1987) foi um dos maiores poetas brasileiros do século XX (FRAZÃO, 2019).

texto, o amadurecimento da ideia que iria, pouco tempo depois, cristalizar-se na solução batizada com o nome de SENAI".

Algo similar à ideia preconizada por Montojos surgiu no Decreto-Lei nº 1.238, de 1939, que obrigava as empresas com mais de 500 empregados a disponibilizarem cursos de aperfeiçoamento profissional a menores e adultos.

Em fevereiro de 1938, a Divisão do Ensino Industrial do MES, pelo seu Diretor Francisco Montojos enviou uma sugestão ao presidente da república para que o Brasil aderisse ao Instituto Internacional de Ensino Técnico (Bureau Internacional do Trabalho - BIT), que era uma organização científica fundada em Paris no ano de 1931 e destinada a coordenar os esforços das nações em torno da organização, do desenvolvimento e do aperfeiçoamento do ensino técnico. Representavam-se no instituto, até 1938, 23 países como membros filiados, além de oito outros países entre os quais o Brasil, que mantinham correspondentes devidamente credenciados (O BRASIL..., 1938). A sugestão posta por Montojos foi acatada pelo presidente.

Os Congressos promovidos pelo BIT tinham grande relevância para a difusão deste ramo de ensino. Estes congressos eram realizados de dois em dois anos, atraindo representantes de quase todos os países do mundo para o debate deste tema tão importante. E daquela data em diante o Brasil se faria representar não mais como mero correspondente, mas como parte integrante do Instituto, em virtude da resolução do governo que autorizou sua filiação ao mesmo.

Neste mesmo período, por intermédio do MES e por ação da Divisão do Ensino Industrial, os estabelecimentos de ensino técnico foram dotados com equipamentos indispensáveis às suas atividades e foi dada execução ao programa de aperfeiçoamento do ensino industrial. Importantes obras físicas eram verificadas nas unidades da federação, o que demonstravam as grandes preocupações do governo federal com este assunto.



Foto 2 - Obra do prédio que abrigaria a Escola Técnica Nacional (1938/1942)

Fonte: Vila Flor (2010)

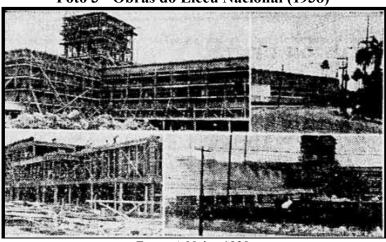


Foto 3 - Obras do Liceu Nacional (1938)

Fonte: A Noite, 1938

Em 1938, Montojos foi convidado a participar da comissão indicada para organizar o anteprojeto de respostas aos questionários elaborados pela BIT, que tomara como base as conclusões adotadas pela 24° conferência internacional. Montojos ficou responsável pela parte relativa ao ensino técnico e profissional dos trabalhos desta comissão.

Em 1939, no XXV Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça, Francisco Montojos foi nomeado para representar o Brasil, juntamente com Oscar Saraiva⁶². Durante a conferência Montojos expôs a situação do ensino técnico profissional no Brasil. Detalhes da participação de Montojos nesta comissão serão apresentados no capítulo três desta dissertação.

No ano de 1940, Montojos formalizou uma sugestão, ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com relação às Escolas Normais Industriais (MONTOJOS, 1949). Neste texto Montojos expressou sua concepção sobre a formação de professores.

Como o país estava em pleno processo de desenvolvimento industrial, de acordo com Montojos (1940) fazia-se necessário fomentar o ensino técnico profissional, sendo que, apenas os institutos voltados para este fim não eram suficientes, pois estes demandavam mestres e professores. Assim, fazia-se necessária a criação de institutos voltados para a capacitação e formação de mestres e professores para o ensino profissional, o que, com a proposta de Montojos poderia ser resolvido através das escolas normais industriais.

⁶² Oscar Saraiva (30.05.1903 – 20.08.1969) atuou como magistrado no Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Federal de Recursos e Tribunal Superior Eleitoral. Exerceu atividades como advogado, procurador, professor e escritor (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1998).

Montojos (1940) argumentava que, de nada adiantava a escola ser bem equipada, ter laboratórios e oficinas se não havia mestres e professores aptos para ensinar os oficios. Desta forma, para cada tipo de formação haveria uma "escola normal" para o respectivo curso.

Os artífices ou operários saídos de simples escolas profissionais, elementares ou médias, por mais destros, hábeis e inteligentes que sejam não poderão ensinar, como cumpre ao verdadeiro mestre ou professor, por isso que não dispõem, não só de cultura geral, mas também de conhecimentos bastante desenvolvidos de matemática e ciências físico-naturais, a fim de que possam aplicá-los nas explicações do ofício em que forem profissionais. (MONTOJOS, 1949, p. 53).

Para desempenhar a referida função, os artífices ou operários teriam que ter recebido orientações pedagógicas e científicas, o que não é englobado em sua grade curricular. Já os graduados nas escolas normais estariam preparados para desempenhar esta função. Por este motivo Montojos reforça a relevância destes institutos voltados para a capacitação e formação de mestres e professores, e, de acordo com sua definição, estas instituições não deveriam ser "acadêmicas e livrescas" sendo que o objetivo

[...] das escolas normais industriais, por cujas criações se devam interessar os poderes públicos, não são nem devem ser casas de fazer doutores ou bacharéis, mas só isso, que é tudo para nós – viveiros de homens de trabalho iluminados pela luz que só a ciência, com um pouco de letras e de artes, poderá dar àqueles que pretenderem ensinar a outros a profissão que de outros aprenderam. (MONTOJOS, 1949, p. 54).

Nesta exposição, Montojos reforça a relevância deste tema da docência para a disseminação de uma educação de qualidade.

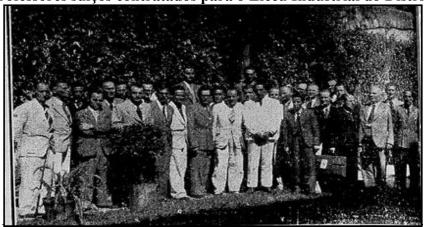
Condizente a esta iniciativa, percebe-se, em fevereiro de 1940, a busca de professores estrangeiros para suprir a necessidade do país. Para isso, foi designada uma comissão para formular um plano de contratação de professores estrangeiros para atender a carência de professores capacitados para lecionarem nas escolas, sendo esta comissão formada por Francisco Montojos, Joaquim de Faria Goes e Rodolfo Fuchs (ALMEIDA, 2013; FONSECA, 1961).

Esta comissão concluiu que os técnicos escolhidos deveriam ser da mesma nacionalidade, de modo a assegurar a unidade de métodos, imprescindível à eficiência da aprendizagem, e que os únicos países naquele momento que teriam condições de disponibilizar técnicos especializados seriam a Itália, os EUA e a Suíça (ALMEIDA, 2013).

A comissão apresentou uma proposta para a contratação de 37 técnicos suíços para trabalharem no Liceu Nacional, a ser inaugurado no Rio de Janeiro (SENAI-SP, 1991). Em

1941, a contratação dos profissionais Suíços se concretiza. Na publicação do Diário Oficial constou a aprovação do contrato, pelo prazo de três anos, de 44 professores, sendo 42 recrutados na Suíça e dois na Argentina (ALMEIDA, 2013).

Foto 4 - Professores suíços contratados para o Liceu Industrial do Distrito Federal



Fonte: Diário de Notícias (1942)⁶³

No dia 06 de abril de 1940, Montojos participou da primeira reunião da comissão constituída para estudar os critérios a serem adotados para a remuneração condigna dos professores dos estabelecimentos particulares de ensino de modo a atender ao Decreto-Lei nº 2.028, de 22 de fevereiro de 1940 (BRASIL, 1940; A REMUNERAÇÃO..., 1940; REMUNERAÇÃO..., 1940). Esta reunião ocorreu no gabinete do Ministro da Educação, presidida por Gustavo Capanema. Além de Montojos, Lourenço Filho e Costa Miranda⁶⁴ faziam parte desta comissão. Gustavo Capanema salientou a relevância deste assunto e esperava a competência e esforço dos membros da comissão no sentido de se eleger uma solução pronta e satisfatória para o relevante problema de remuneração dos professores dos estabelecimentos particulares de ensino (REMUNERAÇÃO..., 1940).

Vale ressaltar que esta comissão durou por cinco meses e resultou em um relatório que teve sua aprovação pelo Ministro da Educação no mês de novembro. A solução apresentada buscou conciliar mais ensino, melhor educação sem encarecimento da escola (PROBLEMAS..., 1940).

Em agosto de 1940, Montojos participa da conferência de Aristides Casado, professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa do Rio de Janeiro, na Sociedade Brasileira de Economia Política sobre o tema: O Liberalismo Econômico de Adam Smith e o

⁶³ Francisco Montojos ao centro de branco, que durante a reunião presidiu informações e orientações aos professores.

⁶⁴ Diretor do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho.

Estado Novo Brasileiro. Montojos participa da mesa que presidiu a solenidade, juntamente com Plínio Casado e outros nomes (O LIBERALISMO..., 1940).

Em novembro de 1941 Montojos participou da 1º Conferência Nacional de Educação, presidida pelo ministro Gustavo Capanema. Montojos participou como delegado do MES juntamente com Lourenço Filho (Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e outros. Esta conferência foi instituída pela Lei nº 378 de 1937, que definia:

Art. 90. Ficam instituídas a Conferencia Nacional de Educação e a Conferencia Nacional de Saúde, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes à educação e à saúde, realizadas em todo o País, e a orientá-lo na execução dos serviços locaes da educação e de saúde, bem como na concessão do auxilio e da subvenção federais (sic) (BRASIL, 1937).

A lei definia também que a Conferência Nacional de Educação seria convocada pelo Presidente da República com intervalos máximos de dois anos, nelas tomando parte autoridades administrativas que representassem o Ministério da Educação e Saúde e os governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre (BRASIL, 1937a).

Para a realização desta 1º Conferência, a Divisão do Ensino Industrial, por seu diretor Francisco Montojos, prestou, em outubro do mesmo ano, informações que serviram de subsídios à conferência: a administração das atividades dos estabelecimentos de ensino industrial mantidos pela União, os objetivos da Divisão do Ensino Industrial, o quadro de pessoal, os cursos mantidos pelos Liceus, a forma de admissão dos professores e coadjuvantes, estatísticas de matrículas, a metodologia de aferição do aproveitamento dos alunos, a associação cooperativa e de mutualidade e as novas construções para os Liceus Industriais (MONTOJOS, 1941).

Também em novembro de 1941, Montojos participou de uma comissão especial composta por ele, Sá Filho e Abgar Renault com vista a convocação de uma Convenção Nacional de Educação e a constituição de um Fundo Nacional de Educação para o qual deveria contribuir a união, estados e municípios. Esta convenção teria por fim estabelecer um sistema geral de ensino, pela harmonização das iniciativas e pela organicidade dos aspectos de vida nacional, cuja unidade, respeitadas as atividades constitucionais coexistentes e autônomas, só poderia resultar de uma fórmula convencional⁶⁵. Outra vez esse assunto é discutido, já em 1954 e Montojos novamente compõem a equipe⁶⁶.

⁶⁶ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 1954.

⁶⁵ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 1941.

Montojos estava diretamente envolvido com a constituição de um sistema nacional de educação no Brasil. Outros importantes intelectuais da educação brasileira da época se recusaram a integrar o governo Vargas. Entre eles estão Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Outros intelectuais dessa mesma geração escolanovista e que mantinham entre si vínculos de sociabilidade se integraram ao governo Vargas e ao ministério de Capanema. Nesse grupo estão Lourenço Filho e Francisco Montojos: ambos faziam circular no âmbito do governo a defesa de ampliação de investimentos na educação visando à constituição de um sistema nacional.

Neste período, com o intuito de padronizar o ensino de oficios, foi formada pelo MES outra comissão composta Francisco Montojos, Horácio da Silveira⁶⁷, Lourenço Filho, Leon Renault, Rodolfo Fuchs⁶⁸ e Roberto Mange, além de representantes das forças armadas, para preparar um projeto com as diretrizes do ensino industrial em todo o país, englobando as escolas mantidas pelo poder público e pelos particulares (MONTOJOS, 1955; CUNHA, 2005b). De acordo com Fonseca (1961) esta comissão comparava todas as organizações existentes nos países industriais com o intuito de aproveitar no Brasil as melhores práticas. Ao ser concluído o anteprojeto apresentado por esta comissão, em fins de 1941, o mesmo foi submetido ao presidente da República, que aprovado, culminou na Lei Orgânica do Ensino Industrial promulgada, em janeiro de 1942.

O ano de 1942 se inicia com significativos acontecimentos, tendo em vista três decretos que concebiam uma nova forma para a educação profissional, em especial o ensino industrial. Trata-se do decreto-lei que estabelecia a "Lei Orgânica do Ensino Industrial" e a criação de duas instituições direcionadas para a formação de trabalhadores e de técnicos para a indústria em expansão, a rede de Escolas Técnicas Federais e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, ambos sancionados pelo presidente Getúlio Vargas (BRASIL, 1942a, 1942b, 1942c). A lei orgânica será abordada especificamente no capítulo dois desta dissertação.

É também em 1942 que o Brasil declara sua entrada na Segunda Guerra Mundial, iniciando assim várias negociações com o governo dos EUA, envolvendo o domínio estratégico e operacional no Atlântico Sul e, como contrapartida, a transferência de tecnologia, equipamentos militares e industriais e recursos financeiros para o Brasil (COSTA, 2006). Com esta aproximação dos EUA muitas oportunidades surgiram para o ensino industrial, tendo Montojos como um articulador.

⁶⁸ Educador e Inspetor do Ensino Industrial da Divisão do Ensino Industrial.

⁶⁷ Educador paulista que implantou a rede de escolas profissionais no Estado de São Paulo (SENAI-SP).

Na ocasião, Montojos foi designado para participar da Comissão Nacional do Ensino Industrial de Emergência⁶⁹, constituída, pelos Diretores dos serviços de ensino industrial do MES e da Prefeitura do Distrito Federal, Francisco Montojos e Luís Palmeira, dos Diretores dos Departamentos Nacional e Regional do SENAI, João Luderitz e Joaquim Faria Góes Filho e pelo Diretor da Escola Técnica Nacional, Celso Suckow da Fonseca (DIÁRIO DA NOITE, 1943-1949; SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 1984).

Essa comissão seria responsável por organizar os cursos de emergência do SENAI, começando "[...] por aquele que cuidasse da melhoria dos conhecimentos, especializados dos empregados adultos da indústria" (FONSECA, 1961, p. 500), invertendo assim a ordem lógica com que deveria iniciar as atividades do SENAI, visto que, sua finalidade precípua consistia em destinar a capacitação aos aprendizes. Esta ação tinha o fim de atender a "urgente necessidade" de preparação de profissionais para o trabalho nacional.

Em julho de 1942, Montojos inaugura cursos da Escola Técnica Nacional, juntamente com Gustavo Capanema (TÉCNICOS..., 1942).

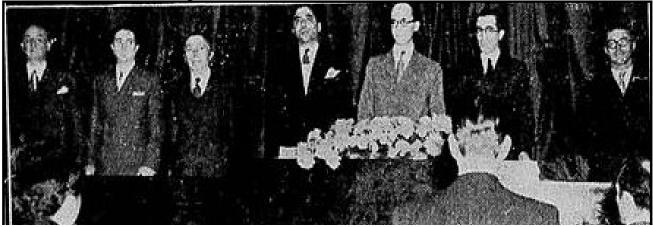


Foto 5 - Inauguração dos Cursos da Escola Técnica Nacional

Fonte: Diário de Notícias (1942)

De fevereiro a maio de 1943, Francisco Montojos acumulou o cargo de diretor da Escola Técnica Nacional por ocasião do falecimento do ocupante deste cargo (CIAVATTA; SILVEIRA, 2010; O EXPEDIENTE..., 1943; DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1943). Dentre outras atividades, Montojos fazia parte, também, do Conselho Nacional do SENAI, juntamente com Roberto Simonsen e João Luderitz, participando ativamente de suas reuniões⁷⁰, onde tinha a oportunidade de influenciar com suas ideias.

 ⁶⁹ Decreto-Lei nº 4983, de 21 de novembro de 1942.
 ⁷⁰ DIÁRIO DA NOITE / RJ, 1943 a 1949.



Foto 6 - Vista do prédio da Escola Técnica Nacional

Fonte: Diário de Notícias (1942)

Em setembro de 1945, Montojos viajou para os EUA onde permaneceu até 22 de novembro do mesmo ano, com o intuito de visitar escolas técnicas e estudar as possibilidades de enviar professores do Brasil para intercâmbio nas escolas profissionalizantes do país. A ida de professores aos EUA seria para a realização de cursos de aperfeiçoamento, dentro das cláusulas do convênio de cooperação entre o Brasil e os EUA (VIAJANTES, 1945). Neste mesmo ano esta aproximação do Brasil com os EUA, no que tange ao ensino industrial, resultou num acordo que, firmado em janeiro de 1946 contribuiu para o ensino industrial e viabilizou um programa de capacitação de professores.

Dentre outras atividades, em todo o período de existência da Divisão do Ensino Industrial, Montojos participou de vários eventos como inauguração de escolas, solenidades de colação de grau, palestras em reuniões como "Rotary Club", dentre outros. Em 1946 a Divisão do Ensino Industrial passou a ser designada Diretoria do Ensino Industrial e Montojos continuou em sua direção.

1.2.5 Montojos na Diretoria do Ensino Industrial

A Diretoria do Ensino Industrial (DEI)⁷¹ foi um órgão do Ministério da Educação e Saúde, diretamente subordinado ao Ministro da Educação e que tinha um regimento próprio⁷². A esta Diretoria competia: orientar e fiscalizar o ensino industrial nas escolas e nos cursos

 $^{^{71}}$ Criada em 02/01/1946 (BRASIL, 1946f) e extinta em 03/03/1970 (BRASIL, 1970). 72 Decreto-Lei nº 8.535, de 02 de janeiro de 1946.

mantidos pelo MES e promover o aperfeiçoamento dos métodos do ensino; colaborar com as entidades públicas e particulares, quando solicitado, em tudo que se relacionar com o ensino industrial e for autorizado pelo ministro; estudar os assuntos de ensino industrial, submetidos ao Ministério pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.⁷³

Competia também a esta Diretoria, dirigir a rede federal de Escolas Técnicas e Industriais, orientar e fiscalizar as redes de escolas equiparadas e reconhecidas, promover e incentivar o desenvolvimento do Ensino Industrial no país (SAMPAIO, 1955). Pode-se sumarizar as atribuições e responsabilidades desta Diretoria como de assistência técnica, fiscalização e orientação geral das escolas técnicas e industriais.

A DEI era assessorada pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). Na condição de Diretor do Ensino Industrial do MES Montojos foi também superintendente da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) por dois mandatos, entre 1946 a 1949 e 1955 a 1961.

A DEI nasceu após o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo e com a volta da democracia do país, em um momento em que a Lei Orgânica do Ensino Industrial sofreu alterações⁷⁴. Em 1947 como forma de dar corpo à ideia de redemocratização do país no que concerne a educação, o ministro do MES baixou a portaria que instituiu a Comissão de Estudos e Diretrizes e Bases da Educação, que tinham por fim reunir e sistematizar os estudos para a elaboração de um anteprojeto de lei para a educação nacional (CBAI, 1947a). Atentos às exigências da realidade brasileira os intelectuais do Ensino Industrial, em especial, Francisco Montojos, empenham-se no encaminhamento de reformas do ensino que consistia na educação para o trabalho da nova geração.

Montojos argumenta, em 1947, acerca da flexibilização do ensino, ensejando a articulação entre os ensinos de diferentes níveis, sendo que, suas ideias se concretizam em 1953 quando surge a Lei de Equivalência⁷⁵, permitindo a entrada no ensino superior, em qualquer curso, de alunos egressos do segundo ciclo dos ensinos secundário, industrial, comercial ou agrícola. Segundo Fonseca (1961, p. 295), a Lei de Equivalência "[...] era a coroação das ideias democráticas da educação: igual oportunidade para todos".

Como a lei orgânica não se ajustava à acepção da Constituição de 1946, o governo instituiu, em 1955, uma Comissão Especial da qual fizeram parte Anísio Teixeira, Francisco Montojos, Joaquim Faria Góis Filho, encarregada, em articulação com a Diretoria do Ensino

T3 Diário Oficial da União (DOU), p. 7 da Seção 1, de 4 de janeiro de 1946.

T4 Decreto nº 8.680, de 15 de janeiro de 1946.

T5 Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953.

Industrial do Ministério da Educação (MEC)⁷⁶, de proceder estudos e elaborar o anteprojeto de lei que reajustaria a legislação vigente. Esta comissão teve um prazo de 90 dias para apresentar o projeto. Tudo o que anteriormente havia sido esboçado no Decreto de 1909, retornou incorporado ao Decreto-Lei de 1942 e adquiriu, pela filosofía educacional dominante na época, as reais condições de execução em 1955 com o Projeto 501/1955 (CBAI, 1956). Montojos foi peça chave em todos estes movimentos no âmbito do governo.

Em 1949, Montojos lançou seu livro "Ensino Industrial" no qual apresenta estudos relativos aos problemas gerais do ensino industrial, relatórios e documentários de sua participação nos Congressos em Roma (1936), Genebra (1939) e EUA (1946), e alguns discursos e artigos publicados nos boletins da CBAI. Neste ano ele deixou a superintendência da CBAI e a direção do Ensino Industrial.

Em agosto de 1949, Montojos passou a fazer parte da Diretoria do Centro dos Técnicos de Educação, na função de vice-presidente. Esse centro de estudos, também iniciado em 1949, congregava os componentes da carreira técnica do MES. Em consonância com as suas atividades na Diretoria do Ensino Industrial Montojos continuava como membro do Conselho Nacional do SENAI.

Montojos foi o primeiro Diretor do Ensino Industrial, sendo exonerado em 1949⁷⁷. Em dezembro 1955, foi nomeado novamente como Diretor⁷⁸, atuando até 1961. Vale ressaltar que a existência da CBAI marcou de maneira significativa o desenvolvimento dos trabalhos de Montojos no período de 1946 a 1949. Isto posto, o tópico seguinte será dedicado à atuação de Montojos na CBAI.

1.2.6 Montojos na Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial – CBAI

O período de 1946 a 1963 foi marcado pela atuação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), órgão executivo de um Acordo firmado em 3 de janeiro de 1946 entre o Ministério da Educação e Saúde⁷⁹ e a Education Division - The Institute of Inter-American Affairs⁸⁰ (órgão filiado ao governo americano), sobre a educação

⁷⁶ Até 1953 era nomeado Ministério da Educação e Saúde. Com a autonomia dada à área da saúde, surgiu o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015).

⁷⁷ Diário Oficial da Únião (DOU), p. 1 da Seção 1, de 24 de junho de 1949.

⁷⁸ Diário Oficial da União (DOU), p. 6 da Seção 1, de 13 de dezembro de 1955.

⁷⁹ Por meio do Ministro da Educação, Raul Leitão da Cunha, representando o Brasil.

⁸⁰ Por meio de Kenneth Holland, Presidente da Inter-American Educational Foundation, Inc., corporação subordinada ao Office of Inter-American Affairs, órgão do governo dos Estados Unidos, representando os EUA.

industrial, entrando em vigor em 3 de setembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 9.724 (MONTOJOS, 1949).

Este programa de cooperação educacional entre Brasil e EUA ficava sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Industrial e tinha dentre suas principais tarefas transformar instrutores em educadores industriais. Esta comissão era mantida por recursos oriundos dos governos brasileiro e anglo-americano, e operava sob a direção conjunta de um superintendente brasileiro, que era o próprio Diretor do Ensino Industrial do MES, e de um Chefe da Delegação de especialistas anglo-americanos (GRIFFING, 1947). Como Montojos era o Diretor do Ensino Industrial ele passou a conciliar este cargo com o de Superintendente da CBAI.

Vários foram os representantes por parte do Brasil na direção da CBAI, todavia, dentre os superintendentes brasileiros pode-se dar destaque a Francisco Montojos, que foi o primeiro a ocupar o cargo e o representante que permaneceu por mais tempo, tanto na direção do ensino industrial (25 anos) como na superintendência da CBAI (9 anos de um total de 16 anos da existência deste acordo), e também como o único a atuar por dois períodos nestas posições. Sua atuação na CBAI foi dividida em dois períodos, de janeiro de 1946 a junho de 1949 e de dezembro de 1955 a fevereiro de 1961, o que concedeu a ele o registro de maior permanência no cargo.

A CBAI não funcionava com base em formalidades ou regulamentos administrativos, mas com autonomia financeira e técnica, e tomava decisões nos diferentes casos que se apresentavam.

A idealização desse acordo educacional entre Brasil e EUA ocorreu no início da década de 1940. Segundo Cunha (2005b), ao mesmo tempo em que o SENAI se expandia e conquistava o domínio no campo do ensino profissional, o MES também buscava o reforço do sistema escolar. Porém, sendo o país pouco experiente com o ensino industrial em larga escala, a busca por referências internacionais foi a solução encontrada pelo MES, que, para este fim, contou com a assistência técnica anglo-americana. Anteriormente, o Brasil já havia buscado apoio através de contratação de professores e técnicos alemães e suíços, contudo, a alternativa americana parecia mais propícia (FALCÃO; CUNHA, 2009).

De acordo com Fonseca (1961), num contexto em que o mundo se encontrava em guerra, um fato peculiar ocorria entre países da América Latina, que buscavam se aproximar com o intuito de conhecerem como se formatava o sistema público de ensino em cada país. Esta aproximação se devia também, em especial, pelo fato dos EUA, país que se consolidava

como potência, demonstrar sua intenção para a América Latina, com o propósito de disseminar nestes países sua presença econômica. Para o Brasil, a aproximação com os EUA resultou em investimentos, seja com a instalação de indústrias, seja pelo envio de técnicas e técnicos.

Tendo em vista o sentido comum entre os países da América Latina em busca por conformidade por meio da educação, os países que faziam parte da União Pan-Americana se reuniram em Havana, no período de 25 de setembro a 04 de outubro de 1943, para a I Conferência de Ministros e Diretores de Educação dos países americanos, ocasião em que o Brasil enviou seus representantes⁸¹. No que diz respeito ao ensino industrial, foi destacado na conferência que cada país deveria tomar ações que melhorassem os níveis educacionais, bem como, propiciassem o acesso à educação. Como resultados deste evento, surgiram diversas resoluções, recomendações, acordos e convenções (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1965).

Segundo Fonseca (1961), este evento teve notável influência na procura, por parte do governo brasileiro, de suporte técnico estrangeiro para o ensino industrial. Neste período já iniciava a influência de técnicas e de técnicos anglo-americanos na consolidação do ensino industrial, como explicado por Falcão e Cunha (2009, p.150):

[...] depois da tentativa frustrada de obter professores alemães, em 1936, e da contratação de professores suíços para as escolas industriais, em 1941/42, o Ministério da Educação voltou-se para os Estados Unidos como fonte de assistência técnica para esse importante ramo do ensino, estratégico para a política industrialista do Estado Novo.

E é neste cenário que a ideia de um acordo entre Brasil e EUA começava a ser concebido. De acordo com Cunha (2005b, p.9):

[...] após a conferência, o ministro Gustavo Capanema iniciou gestões com a Inter-American Fundation, órgão vinculado ao governo dos EUA, para a formalização da assistência técnica pretendida, que resultou num convênio firmado entre o MEC e essa instituição, em 1946.

Assim nasceu a CBAI, um programa de cooperação educacional firmado entre Brasil e EUA que teve importante intervenção no ensino industrial brasileiro que surge como uma fórmula para resolver o problema da capacitação de professores, bem como a preparação e

⁸¹ Conforme Fonseca (1961), na ocasião, o Brasil foi representado por Gustavo Capanema (Ministro da Educação), Lourenço Filho (Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), Paulo Germano Hasslocker (Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil no Panamá) e por Francisco Clementino San Thiago Dantas.

aplicação de métodos de ensino e de orientação educacional (RAMOS; PEDROSA, 2018). A CBAI cumpria o papel de promover uma maior aproximação entre os dois países, mediante intercâmbio de professores do ensino industrial, aprimoramento técnico pedagógico dos professores e da possibilidade de circulação de práticas e ideias anglo-americanas que contribuíssem para fazer avançar a educação industrial no Brasil (RAMOS; PEDROSA, 2018).

Conforme constatado nos boletins da CBAI, entre os trabalhos que estavam sob sua responsabilidade constam:

- a) Aperfeiçoamento de professores, instrutores, pessoal técnico e diretores/administradores das escolas de ensino industrial através do desenvolvimento de um programa de treinamento e aperfeiçoamento;
- b) Levantamento e análise das maiores necessidades das escolas em relação às suas instalações e determinar as necessidades do ensino industrial;
- c) Estudo e revisão do programa de ensino industrial;
- d) Preparo e aquisição de material didático, equipamento, pessoal, organização de seus serviços e ajustamento de seus cursos às reais necessidades das indústrias da região;
- e) Aperfeiçoamento dos processos de administração e supervisão escolar;
- f) Seleção e orientação profissional e educacional dos alunos do ensino industrial;
- g) Aperfeiçoamento dos processos, de organização e dos métodos de administração e direção de oficina;
- h) Cooperação no planejamento e análise dos resultados das atividades das escolas industriais da rede federal;
- i) Ampliação dos serviços de bibliotecas com a verificação da literatura técnica existentes em espanhol e português e exame da literatura técnica existente em inglês, bem como a providência e aquisição de tradução das obras que interessarem ao ensino industrial;
- j) Desenvolvimento de um programa de educação para prevenção de acidentes.

Para concretizar as ações propostas pelo programa, Fonseca (1961, p. 564) ressalta que,

[...] a Foundation forneceria um pequeno corpo de especialistas, que viriam colaborar com as autoridades brasileiras no estudo e pesquisas das necessidades do ensino industrial, assim como na melhor maneira de se fazer a concessão de meios que permitissem a administradores, educadores e técnicos brasileiros irem aos Estados Unidos com o fim de estudar, proferir conferências, lecionar e permutar ideias com seus colegas americanos, e ainda quanto à forma de realizar o treinamento de professores, a aquisição de equipamento, preparação de material didático e de recursos auxiliares para o ensino, bem como a prestação de serviços para as bibliotecas das escolas.

No que se refere à instalação física, nos primeiros onze anos de atuação da CBAI, sua sede encontrava-se no Rio de Janeiro. No começo de 1957, com o ensejo de que a atuação da CBAI fosse mais próxima às escolas, houve o desmembramento dos serviços e, então, a sua organização foi dividida em três cidades: no Rio de Janeiro permaneceu o escritório central (coordenação administrativa); em São Paulo, o escritório de difusão do *Training Within Industry – TWI*⁸²; e, em Curitiba, o Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, que passou a manter cursos anuais destinados ao aperfeiçoamento de instrutores oriundos de todos os estados do Brasil (FONSECA, 1961).

No que concerne à pedagogia do ensino industrial, a CBAI destacou-se pela introdução do método *Training Within Industrry* (TWI), que iniciou em São Paulo e foi difundido para todo o país, tendo como seu eficiente vetor o SENAI (CUNHA, 2005b).

Neste sentido também, pode-se citar a Biblioteca do Ensino Industrial da CBAI, que de acordo com o Boletim da CBAI, foi criada com o objetivo de atender às necessidades de professores, alunos e profissionais da indústria, com a disponibilização de um conjunto de livros específicos deste ramo de ensino, sendo seus exemplares essencialmente técnico-industriais. Um dos exemplares disponíveis nesta biblioteca era o próprio livro de autoria de Montojos "Ensino Industrial".

As atribuições desta Biblioteca incluíam o constante contato e intercâmbio com as bibliotecas das escolas técnicas e industriais da rede federal, através da orientação em sua organização e funcionamento; fornecimento de bibliografias e informação a respeito de aquisição de livros e revistas especializadas para o ensino dos vários ofícios ministrados; empréstimo dos livros a todos os funcionários da CBAI, professores, alunos e técnicos interessados em educação e ensino industrial.

Com o decorrer da vigência da CBAI a Biblioteca do Ensino Industrial foi se tornando cada vez melhor equipada e com exemplares atualizados. Além dos livros, era possível encontrar na biblioteca uma coleção de folhetos técnicos, bem como diversas revistas técnicas, brasileiras e anglo-americanas, que podiam ser consultadas. O empréstimo de suas obras, a divulgação de bibliografias especializadas e o auxílio prestado às bibliotecas-escolares era uma das formas encontradas para bem cumprir as finalidades para as quais a biblioteca do ensino industrial da CBAI fora criada. Também era um meio de contribuir com

-

⁸² De acordo com Cunha (2005), o TWI foi criado nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial para o treinamento rápido de trabalhadores para a indústria bélica.

professores e instrutores e no auxílio de estudantes, principalmente como parte de sua formação técnica (COSTA, 1950).

Em 27 de novembro de 1946, seguiu Montojos para os EUA para participar do Congresso Nacional de Ensino Industrial na cidade de Saint Louis em Missouri e visitar escolas e fábricas deste país. No ano anterior, no mesmo período, Montojos havia viajado para este país com a finalidade de buscar alternativas de capacitação para os professores brasileiros. Estas viagens foram realizadas em virtude da aproximação com os EUA e da própria CBAI. Detalhes sobre a viagem de 1946 destacados no capítulo três desta dissertação.

Um dos primeiros trabalhos promovidos pela CBAI sob a direção de Francisco Montojos foi a II Reunião de Diretores do Ensino Industrial, ocorrida em 1947, que tinha o objetivo de realizar e encaminhar as ações propostas pela CBAI, estabelecer normas para a orientação do ensino industrial e medidas uniformes para a administração escolar. Este tópico também será detalhado no capítulo três desta dissertação.

Montojos teve sua atuação marcada, no período de 1946 a 1949, por ações que promoveram a transferência de conhecimento entre diretores do Ensino Industrial, aperfeiçoamento de diretores e professores, viagem aos EUA, visitas às diversas escolas espalhadas pelo país e envio de diretores, professores e técnicos brasileiros para os EUA.

Montojos organizou, em sua gestão, vários intercâmbios com os EUA em especial para promover curso de aperfeiçoamento para professores do ensino industrial, iniciando em 1947 quando 10 diretores de escolas técnicas e industriais, da rede federal, puderam viajar aos EUA a fim de realizarem um curso de especialização no State College, na Pensilvânia. Um segundo grupo, que não havia integrado a primeira turma, com todos os diretores de escolas industriais ou técnicas da rede federal, embarcou para os EUA em 1948, com o mesmo propósito.

As atividades de formação de professores promovidas pela CBAI não se limitavam às viagens aos EUA. Em 1948, a CBAI promoveu cursos em São Paulo, Rio de Janeiro e em Recife e organizou cursos de férias para professores, a título experimental, o que foi posto em práticas nos anos seguintes em outras cidades do país. Outro destaque para este período foi a promoção de cursos pedagógicos e estágios nas indústrias (MONTOJOS, 1948).

A CBAI promovia a divulgação de suas atividades por meio de Boletins que eram editados mensalmente e tinham como público alvo os diretores e professores das escolas do ensino industrial. Estes boletins tinham o intuito de difundir ideias, informar sobre o desenvolvimento e o progresso do ensino industrial no Brasil, publicar artigos sobre o Ensino

Industrial e fazer circular informações específicas para professores e diretores de estabelecimentos de Ensino Industrial (RAMOS; PEDROSA, 2018). O primeiro boletim foi editado em janeiro de 1947.

Conforme Ramos e Pedrosa (2018, p.148), "Além de receber mensalmente os boletins, todos os diretores, professores e técnicos do Ensino Industrial no Brasil podiam submeter artigos para publicação", sendo que os boletins da CBAI também eram uma forma de divulgação dos ideários anglo-americanos e um meio de clarificar a importância da presença dos especialistas e técnicos dos EUA no país criando um clima receptível a eles.

Nos boletins é possível verificar os compromissos assumidos para esta Comissão, como realizar estudos e pesquisas sobre as necessidades educacionais dos dois países, mormente no campo da educação industrial, conceder meios de administradores, educadores e técnicos brasileiros irem aos EUA, com o fim de estudarem e terem contato com ideias e experiências naquele país, executar programas de treinamento de professores no ramo do ensino industrial, adquirir equipamento, material e recursos auxiliares para o ensino.

Conforme demonstram os Boletins da CBAI, a imprescindibilidade de formação de mão de obra mais qualificada, incluindo professores, como meio para o progresso do Brasil era encarada como tarefa cada vez mais incitada. No caso específico dos professores, no que tange o seu aperfeiçoamento, este era um assunto que merecia especial atenção e por isso era considerado como uma das atividades mais importantes e fecundas de resultados desta Comissão, onde ela teve forte atuação.

O investimento na capacitação dos professores pode ser comprovado pelo investimento que a CBAI tinha disponível para este fim durante sua vigência. As leituras dos boletins permitiram ver que 50% dos recursos da CBAI foram investidos na formação técnica e pedagógica dos professores. Além da formação dos professores, a CBAI se ocupava em promover treinamento e aperfeiçoamento para os diretores dos estabelecimentos da rede federal, que também tiveram a oportunidade de se capacitarem no State College - Universidade de Pennsylvania - EUA, realizarem estágios nas escolas deste país, além de visitarem uma série de escolas vocacionais e industriais (MONTOJOS, 1948).

A CBAI foi importante para o ensino industrial. Por meio desta comissão foram realizados investimentos e melhorias nos edifícios e equipamentos para *upgrade* do ensino. A menção a investimento em educação, em especial no ensino industrial, consta em diversos Boletins da CBAI. O discurso do presidente Getúlio Vargas, em sua mensagem ao Congresso Nacional de 1952 declara a relevância da CBAI para o ensino industrial.

Prestimosa colaboração vem sendo prestada pela Comissão ao Ministério da Educação e Saúde, mediante a promoção de viagens, aos Estados Unidos, de professores e técnicos e o fornecimento de instalações e equipamentos importados daquele país (BRASIL. MEC. INEP, 1987, p. 219. V.1 apud AMORIM, 2004, p.203)

Atento às exigências da realidade brasileira Francisco Montojos, enquanto dirigente da CBAI pleiteava o encaminhamento de reformas do ensino que consistiam na educação para o trabalho das novas gerações.

CAPÍTULO 2 – A EVOLUÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL SOB A ÓTICA DE FRANCISCO MONTOJOS⁸³

"O caráter e o sentido do ensino e de todo o sistema escolar de uma época encontra explicação em fatores sociais, filosóficos, científicos e, sobretudo, históricos. O presente encontra explicação no passado".

(MONTOJOS, 1949)

Preâmbulo

Este capítulo focaliza a evolução da educação profissional e do ensino industrial sob a ótica de Francisco Montojos. Em seu livro "Ensino Industrial" Montojos apresenta dois textos que representam suas percepções sobre a história e a evolução deste ramo educacional que marcou o país nas décadas de sua atuação. O primeiro texto foi escrito em 1933 e tem relação com um trabalho apresentado na "Conferência Nacional de Proteção à Infância" ocorrida no Rio de Janeiro, intitulado "O Ensino Profissional no Brasil". Deste texto, foram extraídas informações sobre a história do ensino industrial. O segundo texto foi escrito em 1939 e é denominado "Evolução do ensino industrial no Brasil" oriundo de uma exposição feita por Montojos perante uma Comissão Interministerial encarregada de regulamentar os cursos profissionais nas fábricas. Com estes textos, Montojos faz incursões na história da educação profissional e do ensino industrial no Brasil. Em alguns momentos serão expostas referências de outros autores de textos sobre a história da educação profissional, sempre com o sentido de realçar as informações de Montojos. O tempo histórico da atuação de Montojos corresponde a uma conjuntura intensa no que diz respeito ao trabalho, à educação profissional, ao ensino industrial e, ao mesmo tempo, um dos períodos mais proficuos e de criação de novas instituições orientadas para a educação pública. É um tempo de intensas disputas, negociações e definições envolvendo intelectuais da educação, industriais, o MESP e o MTIC. Montojos foi protagonista em muitos e significativos atos desse boom da indústria, do trabalho e da educação profissional.

2.1 A "pobreza de fatos" da história do Ensino Industrial que antecede a Montojos

O conjunto de textos que compõem o livro "Ensino Industrial" contribui com a compreensão tanto da "pobreza de fatos" da história da educação profissional no Brasil

⁸³ Evolução foi o termo utilizado pelo próprio Francisco Montojos em seu livro "Ensino Industrial".

quanto das precárias condições do ensino industrial da época. Neste livro Montojos apresenta o texto "O Ensino Profissional no Brasil", no qual faz incursões acerca da história da educação profissional no país. Este texto foi escrito em 1933, quando Montojos atuava como Inspetor Geral do Ensino Profissional Técnico, e é relacionado à sua participação na "Conferência Nacional de Proteção à Infância" ⁸⁴ voltada para análises e proposições de soluções para os problemas referentes à saúde, educação e ao desenvolvimento físico e mental da infância no Brasil (VARGAS, 1933). Nesta exposição, Montojos destaca a importância da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico e dentre seu pronunciamento busca amparo na história.

Interessante salientar que a abordagem da história do ensino profissional no Brasil pelo Inspetor Geral do Ensino Industrial do MESP na "Conferência Nacional de Proteção à Infância" é decorrente do fato de que a educação para o trabalho no Brasil, até por volta dos anos 1940 com a criação do SENAI e das Escolas Técnicas, era voltada para o público infantil. Era uma educação menos voltada para o mercado de trabalho, menos educação profissional *stricto sensu* e mais uma educação para o trabalho no sentido da formação da moral do trabalho entre as crianças, cuja origem estava nas classes populares ou, nos termos oficiais, as crianças pobres, órfãs ou desvalidas da sorte.

É com o avanço da industrialização que a educação para o trabalho vai tornar-se educação profissional e passar a ter como público os jovens e adultos, visando à formação do trabalhador urbano. É também por essa ênfase na difusão dos valores relacionados ao trabalho que no primeiro tópico do mesmo texto Montojos focaliza o brinquedo como ato formativo: "Brincando, a criança começa imitando os que trabalham e acaba aprendendo a trabalhar [...]" (MONTOJOS, 1949, p. 10).

Isto posto, Montojos começa sua abordagem no que tange a história do ensino profissional no Brasil ressaltando a sua "pobreza de fatos". Por pobreza de fatos Montojos entende a precariedade institucional, a escassez de profissionais especializados nesse tipo de ensino e a ausência de métodos e de materiais didáticos próprios. Segundo seu relato como

⁸⁴ Conferência ocorrida em setembro de 1933 na cidade do Rio de Janeiro, em virtude de uma convocação realizada pelo governo provisório Getúlio Vargas, tendo em vista o atraso e a insuficiência dos serviços de proteção à infância no Brasil e o alto índice de mortalidade infantil, em contrates com o que já era realizado em outros países. A conferência foi dividida em sessões: Medicina, Educação, Higiene, Assistência, Legislação e Sociologia. Seu propósito foi congregar os especialistas e estudiosos dos assuntos relativos à infância de cada estado do Brasil, a fim de estudarem e discutirem em detalhes, os problemas referentes à saúde, a educação, ao desenvolvimento físico e mental, a proteção e ao bem da criança, com o fim de obter a devida orientação quanto as medidas a serem tomadas para a realização de um plano eficaz de proteção à infância, desde antes do nascimento, pela assistência a maternidade, até a idade escolar e a adolescência, proporcionando-lhe, ainda, subsídios indispensáveis a promulgação de leis e regulamentos tendentes a realizar uma proteção eficaz à infância com segurança de êxito (VARGAS, 1933).

Inspetor Geral do Ensino Industrial ou Ensino Profissional Técnico, até então o Brasil tinha poucas experiências relevantes a serem consideradas. O principal traço dessa "pobreza de fatos" era a ausência de organicidade ou de um sistema nacional de educação profissional..

Dentre as experiências existentes, Montojos faz referência a "[...] algumas instituições religiosas, [...] como a dos Órfãos de S. Joaquim, na Bahia, para o ensino de primeiras letras e alguns ofícios." (MONTOJOS, 1949, p. 11). Vale ressaltar que os jesuítas foram os pioneiros do processo de educação no Brasil, e também colaboraram com o ensino de ofícios manuais. (FALCÃO; CUNHA, 2009)

Somente mais tarde surgem os Liceus de Artes e Oficios do Rio de Janeiro e em alguns estados. Logo após, "[...] instituem-se as escolas profissionais da Congregação Salesiana [...]" (MONTOJOS, 1949, p. 11). Já para a educação profissional do público feminino a pobreza de fatos era mais contundente: "[...] havia, além das conhecidas 'mestras' de costura e, raríssimamente, de leitura, os conventos onde, a par dos trabalhos de agulha, se davam os ensinamentos de cozinha, inclusive doçaria, pastelaria e confeitaria." (MONTOJOS, 1949, p. 11).

O diagnóstico de Montojos sobre os fatos e dados brasileiros relacionados à educação para o trabalho e à educação profissional é sintética, ocupando apenas um parágrafo de seu texto, entretanto, a conclusão é bastante enfática: "[...] o pouquíssimo existente era de iniciativa privada ou, quando muito, parcamente protegido por esmolas de soberanos ou seus propostos" (MONTOJOS, 1933, p. 11). Em outros termos, o que Montojos salienta é a ausência do Estado e de políticas públicas para a educação profissional, para a infância e para a inclusão social da população pobre e o quanto a educação para o trabalho era marcada pelo cunho filantrópico e dissociada de um projeto de formação da nação republicana e do desenvolvimento econômico e social do país.

Mas há, na abordagem de Montojos, um aspecto que merece ser reiterado: a mencionada pobreza de fatos relativos à educação para o trabalho, ou, a pobreza de políticas públicas voltadas para a educação profissional, não era decorrente de uma igual pobreza de ideias referentes a esses mesmos assuntos. Em outras palavras, se o Estado brasileiro não inseria em sua agenda as referidas políticas, tal fato não era decorrente da ausência de ideias ou de propostas.

Em outro artigo, também contido no livro "Ensino Industrial", Montojos da mesma forma apresenta a "Evolução do Ensino Industrial no Brasil" e os problemas gerais deste ramo de ensino. Um ponto observado nos textos de Montojos é o quanto ele explora o passado para

enriquecer sua exposição, fortalecer seus argumentos e de maneira positiva narrar o presente e vislumbrar o futuro da nação. A história contada por Montojos coloca-o no centro de um divisor de águas entre o velho e o novo, entre a pobreza de fatos e a riqueza inaugural de fatos. Nesse sentido, é um texto com um narrador bem definido: o narrador está na trama e quer ser protagonista, quiçá o ator principal.

A narrativa de Montojos no texto "Evolução do Ensino Industrial no Brasil" permite elaborar uma relação com uma questão posta por Hannah Arendt (1988) no prefácio de sua obra "Entre o passado e o futuro". A ligação entre o passado e o futuro é feita pelo homem, "[...] que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro." (ARENDT, 2016, p. 36). Neste texto Montojos tanto faz narrativas sobre o pobre passado do ensino industrial no Brasil como também faz propostas, ou seja, Montojos, na posição de Diretor do Ensino Industrial, é o ponto de partida para um futuro que seria narrado como rico em fatos na história do ensino industrial. O protagonista quer livrar-se do passado e caminhar rumo a um futuro certo: o problema eram os limites do presente.

Este artigo ("Evolução do Ensino Industrial no Brasil") é proveniente de uma exposição realizada por Montojos, enquanto Diretor do Ensino Industrial, perante a Comissão Interministerial encarregada de regulamentar os cursos profissionais nas fábricas. É um texto de 1939, ou seja, seis anos após o texto escrito para a conferência sobre infância. Pertinente destacar que 1939 é um ano intermediário de alguns fatos emblemáticos, que marcaram a época: a Constituição de 1937, que inseriu um artigo sobre a educação profissional, a Lei Orgânica do Ensino Industrial e a criação do SENAI e das Escolas Técnicas em 1942. Em relação à Constituição de 1937, Montojos (1939) enfatiza dois pontos significativos: a referência ao ensino profissionalizante e a obrigação das indústrias e dos sindicatos de criarem escolas de aprendizagem, na esfera de sua especialidade, para os filhos de seus funcionários ou sindicalizados.

Com seus dois textos, Montojos contribui tanto para a elaboração da história da educação profissional quanto para a história dos pensadores da educação profissional no Brasil. Nestes discursos, Montojos reflete sobre nomes que tentaram colocar na agenda governamental do país o ensino profissional, desde os anos de 1820. Montojos faz isso ajuntando os posicionamentos e opiniões de autoridades que discutiram ou escreveram acerca da educação profissional. Ele afirma que "[...] injusto seria esquecerem-se tentativas de altos espíritos pela implantação do ensino profissional entre nós, já do ponto de vista puramente utilitário, já com relação a fins pedagógicos." (MONTOJOS, 1949, p. 11). Ou seja, se não

haviam políticas, tal fato não era decorrente da ausência de ideias ou de propostas, como já mencionado.

E assim, para facilitar a compreensão dos textos e ideias de Montojos, os tópicos seguintes serão ordenados e dedicados às (1) apresentações de Montojos sobre o ensino profissional no Brasil no período de 1800 a 1900 (Século XIX), com ênfase em seus pensadores; (2) ao período de 1900 a 1930, com ênfase à Escola de Aprendizes Artífices; (3) o período de 1930 a 1949 com ênfase nas diversas transformações ocorridas na educação profissional e, em especial, no ensino industrial. Ênfase especial será dada à perspectiva de Montojos sobre a Lei Orgânica do Ensino Industrial.

2.1.1 Ensino profissional no Brasil e seus pensadores no Século XIX

Montojos (1939) inicia sua explanação em seu texto "A evolução do Ensino Industrial no Brasil" fazendo referências ao primeiro sistema de trabalho no Brasil, a escravidão: "[...] braço escravo, único empregado então em todas as atividades no campo industrial, incipiente e restrito a uma pequena parte da agricultura e à extração do ouro" (MONTOJOS, 1949, p. 26). Recorda criticamente que o plano econômico era restrito aos colonos que não davam valor ao trabalho organizado e se importavam apenas com obtenção de riqueza fácil e produtos de necessidades imediatas.

No século XIX grandes eram as lacunas no ensino público do Brasil, e sensível eram os seus defeitos, sendo que nenhum, porém, parecia maior nem mais notável do que a falta quase absoluta de escolas técnicas ou profissionais (FILHO, 1887). Segundo Montojos (1939), um dos fatores para a morosidade do desenvolvimento de pequenas indústrias no Brasil era justamente o fato de nenhuma importância ser dada ao trabalho organizado. Ou seja, não havia investimentos na formação do trabalhador industrial, tanto no sentido técnico quanto da aptidão ao comando da gerência e ao controle dos tempos e movimentos típicos da racionalização industrial do trabalho. O que existia sobre este tema era pouco e insignificante comparado com as necessidades da população e as urgências que a época impunha (FILHO, 1887).

Ao lado do trabalho escravo, encontrava-se em domínio dos imigrantes as artes e ofícios, sem haver, no entanto um processo educativo que assegurasse a disseminação destas atividades entre os nativos: "[...] as artes e os ofícios eram privilégio dos imigrantes que, avaramente, transmitiam os seus conhecimentos, sonegando, muitas vezes, a verdadeira

técnica aos aprendizes, técnica a que davam o nome de 'segredo do oficio'." (MONTOJOS, 1949, p. 26). Ou melhor, os imigrantes não se esforçavam para transmitir seus conhecimentos, omitindo o "segredo do oficio". Com isso a disseminação do conhecimento se fazia de modo empírico, sem professores habilitados e sem finalidade educativa, o que é ressaltado por Montojos: "Para crianças do sexo masculino há que se tratar, antes de tudo, das 'tendas', cujos processos de aprendizagem ministrados por mestres, na maioria analfabetos, não tinham nada de educativos." (MONTOJOS, 1933, p. 10-11, grifo nosso).

Em razão do predomínio do elemento escravo nas atividades manuais ou "carreiras laboriosas", estas não se desenvolviam plenamente e tampouco se propagavam (MONTOJOS, 1939). A causa de tudo isso, conforme Montojos (1939), era o preconceito que havia entre as elites brasileiras contra o trabalho manual, algo que, indubitavelmente dificultava a disseminação do ensino técnico. Este empecilho só foi abolido anos mais tarde com o iminente avanço econômico e a necessidade de formação de mão de obra para as indústrias que estavam em pleno crescimento. Foi apenas neste momento, para atender a esta demanda, que começaram a surgir os institutos que teriam a missão de preparar os trabalhadores para suportar este crescimento, seja no comércio, na indústria ou na agricultura.

Isto quer dizer que somente após o movimento que passou a interferir na estrutura do país que os políticos, empresários e particulares passaram a ver na educação profissional uma solução para a nação "[...] todos se convenceram de que, evidentemente, na expansão do ensino profissional, nos seus diversos graus e em todos os ramos, residia a grandeza de um país." (MONTOJOS, 1949, p. 26). Entretanto, este convencimento de todos foi resultado de um processo moroso, conforme o contexto histórico trazido por Montojos.

Para melhor explicar esta morosidade, Montojos remonta a 1820, momento de início da preocupação no Brasil com as indústrias, com a fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, apontada por ele "[...] como o primeiro passo para a instituição, muitos anos mais tarde, do ensino industrial [...]" (MONTOJOS, 1939, p. 27).

Montojos aponta também um registro de 29 de julho de 1839 no "Jornal do Comércio", com referência ao Colégio de Misericórdia Pública, que no ano de 1824 criou o "seminário industrial e manufatureiro, destinado a prover o bem-estar dos brasileiros menos abastados" (MONTOJOS, 1949, p. 27, grifo nosso). Demonstrando o público alvo deste tipo de ensino. Ele complementa que deste local saíram artistas que em 1837 ensinavam no Arsenal de Guerra. Destaca também que anos mais tarde, para receber órfãos e desvalidos, ocorreu o aumento destas oficinas. O fato é que, "historicamente, as iniciativas religiosas,

particularmente as da Igreja Católica fizeram parte das práticas socioculturais da sociedade brasileira desde a sua constituição." (MANFREDI, 2017).

Em seu texto, Montojos referencia uma lista de nomes de pensadores da educação para o trabalho no Brasil no século XIX que contribuíram para este ramo de ensino. Entre os homens citados está o baiano Antonio Ferreira França ⁸⁵, o constituinte de 1824: "[...] precursor de ideias só muito mais tarde realizadas" (MONTOJOS, 1949, p. 11). A ele, de acordo com Montojos, "[...] cabe a glória de ser quem primeiro cogitou do ensino profissional oficialmente organizado entre nós." (MONTOJOS, 1949, p. 11, grifo nosso). Até aquele momento não existia legislação que respaldasse seu funcionamento.

Ainda sobre Ferreira França, o parlamentar constituinte, Montojos traz à tona um de seus projetos do ano de 1830 que apresentava a proposta de que "[...] em cada distrito de 100 fogos houvesse uma escola de ensino elementar e outra de artes: os aprendizes que, de manhã, foram a uma, irão à outra à tarde." (MONTOJOS, 1949, p. 11). A ênfase de Montojos, entretanto, é que o projeto nunca foi aprovado, ou seja, a ideia não ganhou força de lei e, muito menos, se tornou política pública.

Ao relacionar a história dos fatos com a história das ideias, Montojos (1933) é duro na crítica aos dirigentes públicos do país daquela época: "[...] a verdade tristíssima, porém evidenciada, é que tudo não passava de esperanças e de projetos frustrados." (MONTOJOS, 1949, p. 11). A crítica de Montojos tinha respaldo em Vicente Licínio Cardoso⁸⁶, que em seu texto "A margem do Segundo Reinado", escrito em 1925 escreveu:

Meio século de reinado não foi suficiente para compreensão do que deveria ser o ensino profissional. Desveladamente cuidou Pedro II, apenas, modelar e humanitariamente da educação profissional... dos cegos e surdos-mudos... deixados que ficaram sem esse ensino os milhões de normais que dele careciam (CARDOSO, 1925 apud MONTOJOS, 1949, p. 11).

Destarte, segundo Montojos, o que ocorreu de fato no âmbito do ensino industrial remonta a 1858, quando foi fundada pelo arquiteto Francisco Joaquim Bittencourt a

⁸⁵ Antônio Ferreira França (Salvador 14/01/1771 – 9/03/1848), médico, político, matemático, filósofo e professor. Foi membro do Conselho Provincial (1822), Deputado Constituinte (1823, e outras legislaturas). Como deputado apresentou em 1831 o primeiro projeto de lei visando a abolição da escravatura e em 1835 projeto de lei abolindo a monarquia (LEITE, 2014).

⁸⁶ Vicente Licínio Cardoso (Rio de Janeiro, 1890 – Rio de Janeiro, 1931). Engenheiro civil, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi também sociólogo e professor universitário. Em 1924, foi lançada À margem da história da República, que teve em Vicente Licínio Cardoso seu organizador e prefaciador. Além dessa obra, também foram publicadas, de sua autoria, *Arquitetura norte*- (1916), *A filosofia da arte* (1918), *Pensamentos brasileiros*, *Vultos e ideias* (1924), *À margem da história do Brasil* e, postumamente, *Maracãs* (1934) (FGV/CPDOC).

Sociedade Propagadora das Belas Artes, mantenedora do Liceu de Artes e Oficios, na cidade do Rio de Janeiro. Este liceu foi o primeiro instituto de caráter educativo para formação de artífices, no qual "[...] o ensino profissional deveria ser ministrado nas oficinas de tipografia, encadernação, composição e litografia, para o sexo masculino, costura, rendas, chapéus e alto relevo em couro, para o sexto feminino." (MONTOJOS, 1949, p. 28).

O que a narrativa de Montojos sempre salienta é que a história do Ensino Profissional no Brasil é pobre de fatos, e, em particular o ramo industrial. Nas publicações disponíveis, encontra-se "[...] apenas algumas referências em discursos parlamentares e publicações na imprensa, permanecendo indiferentes sobre o assunto, os poderes aos quais cabia a administração pública." (MONTOJOS, 1949, p. 28).

No rol dos pensadores da educação profissional citados por Montojos está Liberato Barroso⁸⁷, que escreveu e publicou em 1867 o livro intitulado "A Instrução Pública no Brasil". Montojos destaca que, de acordo com este livro, no Brasil havia somente alguns estabelecimentos de ensino agrícola.

O ensino profissional - é forçoso confessar - pode-se dizer quase desconhecido entre nós. Em nenhum país do mundo, talvez, a sociedade perde maior quantidade de forças humanas, por causa do abandono das vocações e da escolha forçada das profissões, sem as necessárias aptidões naturais (BARROSO, 1867 apud MONTOJOS, 1949, p. 28).

Como nesta época o país era essencialmente agrícola, os legisladores e administradores tinham em vista apenas esse ramo do ensino profissional, mesmo que parcamente, deixando de lado o ensino industrial. Ou melhor, até o ensino profissional agrícola era desanimador, como afirmava o Conselheiro Liberato Barroso: "As pequenas escolas agrícolas, organizadas sobre bases muito estreitas, não têm prosperado; e, pelo estado atual de decadência, estão elas ameaçadas de completa ruína." (BARROSO apud MONTOJOS, 1949, p. 28). Pois é justamente no final do século XIX que a inquietação acerca da concepção de escolas de ensino profissional para as classes menos favorecidas começava a crescer no Brasil.

⁸⁷José Liberato Barroso (1830 - 1885) graduou-se em Direito no ano de 1852 pela Faculdade de Direito de Recife, doutorou-se em 1857 e, cinco anos depois, passou a integrar o corpo docente. Foi escritor, tradutor, jornalista e político brasileiro, atuando como deputado Provincial e Deputado-geral pela sua província. Ocupou cargo de Ministro do Império e presidiu a província de Pernambuco (NOBRE, 1996).

Montojos destaca também que no ano de 1875, o Barão de Paranapiacaba⁸⁸ indicou a carência do ensino industrial e a ausência da instrução profissional, o que reitera a afirmação de Montojos quanto a pobreza de fatos sobre o ensino profissional, em especial o industrial.

Do ponto de vista industrial, acrescenta: 'a única instrução dispensada era a da Casa dos Meninos Desvalidos e em raros institutos denominados Liceus de Artes e Ofícios em algumas Províncias: ofícios rudimentares de sapateiro, alfaiate, marceneiro e carpinteiro'. Os clamores tornavam-se gerais contra a deficiência que se observava no ensino especializado e o abandono a que foi relegado. (SOUZA, 1875 apud MONTOJOS, 1949, p. 29)⁸⁹.

Neste período a falta de políticas públicas para a Educação Profissional era evidente. E é nessas circunstâncias que, em 1887, veiculou o livro "O Ensino Técnico no Brasil" de Tarquínio de Souza Filho⁹⁰, ao qual Montojos faz referências. No livro, o autor expressa que "[...] o que existe entre nós, nesse assunto é pouco, é insignificante, comparado com as necessidades da nossa população e as urgências da atualidade [...]" (FILHO, 1887 apud MONTOJOS, 1949, p. 29). Afirma também:

[...] que nós temos olhado com frieza e indiferença quase criminosa para tão magno assunto. Faltam-nos, diz ainda aquele insigne brasileiro, escolas de agricultura, cursos profissionais, institutos técnicos e outras instituições congêneres que florescem animadamente em outros países da Europa, nos Estados Unidos e até na Austrália. Entretanto, tudo entre nós está por ser feito (FILHO, 1887 apud MONTOJOS, 1949, p. 29).

Montojos cita outros nomes de autoridades que preconizavam a necessidade da instituição do ensino profissional no Brasil do século XIX. Mas, constantemente Montojos salienta que, apesar das boas propostas, esta questão não entrou na agenda das políticas públicas até as décadas iniciais do século XX.

É neste cenário com tamanha deficiência do ensino profissional, que,

[...] começava a aparecer no País, de maneira esparsa e pouco sistemática, discursos e projetos elaborados pelas elites intelectuais e políticas, apontado a necessidade de se adotar no Brasil um ensino mais sintonizado com as

-

⁸⁸ Conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza (Santos, 25/04/1827 - Rio de Janeiro, 2/02/1915) foi um poeta, jornalista, advogado, tradutor, professor e político brasileiro (WIKIPEDIA).

⁸⁹ O texto de Souza, conforme Montojos (1949) está disponível no relatório apresentado em 1875 ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

⁹⁰ Tarquínio de Souza Filho (Recife, 1859 - Rio de Janeiro, 1908). Advogado, promotor, inspetor escolar, redator de jornal, lente catedrático de Direito Público e Constitucional da Escola Naval (a partir de 1887), e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (a partir de 1893) e professor do Liceu de Artes e Oficios do Rio de Janeiro (CHAMON, 2017).

exigências do mundo moderno que despontava por aqui [...] (CHAMON, 2017, p. 2851).

As "[...] tentativas e as realizações, observadas naquele período, se apresentavam em projetos, pareceres, discursos e poucas disposições legais." (MONTOJOS, 1949, p. 30).

Montojos traz em seu decurso histórico outro nome da educação profissional no século XIX, Felix Ferreira⁹¹. Dentre seus escritos está um livro de 1876, cujo título é "O Ensino Profissional", e nele, Felix Ferreira faz alusão a José Bonifácio de Andrade⁹², que foi um defensor da abolição do trabalho escravo, que considerava este um dos entraves para a educação:

> [...] a escravidão como barreira insuperável ao desenvolvimento da agricultura e das artes industriais. [...] Cuidar da educação artística e científica do operário é aperfeiçoar a indústria e, por conseqüência, aumentar uma das principais fontes da fortuna pública (ANDRADE, 1876 apud MONTOJOS, 1949, p. 30).

Para este mesmo período, Montojos menciona outro nome, o do então presidente da Bahia, João Maurício Wanderley⁹³ (Barão de Cotegipe), tendo em vista a importância política que teve na época, que indo além do seu tempo, sugere a fundação de escolas industriais. E cita também o parlamentar João Alfredo Correia de Oliveira⁹⁴, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que, em 1874, apresentou um decreto⁹⁵ acerca das escolas profissionais, onde "[...] traz de novo à baila tão magno assunto" (MONTOJOS, 1949, p. 11).

O decreto de João Alfredo tratava da criação de 10 Escolas públicas de instrução primária, do primeiro grau. Uma das 10 escolas foi destinada a servir de asilo e se tornou o Asilo de Meninos Desvalidos. Quando este decreto foi publicado, não tinha o cunho de responder apenas ao problema assistencial, mas também educacional, visto que, a casa destinava-se não só a recolher como a educar meninos de 6 a 12 anos de idade (FONSECA, 1961). Segundo Montojos, o governo deveria da mesma forma "[...] auxiliar os

⁹¹ Félix Ferreira (Rio de Janeiro RJ 1841 - idem 1898). Escritor, jornalista, livreiro e historiador da arte. (ITAUCULTURAL, 2017).

José Bonifácio de Andrade (Santos/SP, 1763 - Niterói/RJ, 1838) formou-se em Direito, Filosofia e Mineralogia e foi um cientista, político e estadista brasileiro cujas ideias e influência política foram decisivas

para a Independência do Brasil (BEZERRA, 2018).

93 João Maurício Wanderley (1815 – 1889), o Barão de Cotegipe, foi jurista de grande destaque na política do segundo Império, ocupando os mais diversos cargos, principalmente nos ministérios, além de consecutivos mandatos de senador. (HIRATA, 2012).

⁹⁴ João Alfredo Correia de Oliveira (Pernambuco 1835-1919) foi um político brasileiro, delegado e promotor púbico, deputado provincial, deputado geral, senador do Império, conselheiro de Estado, presidente das províncias do Pará e de São Paulo e do Conselho de Ministros no reinado de Dom Pedro II (FRAZÃO, 2016). ⁹⁵Decreto nº 5.532, de 24 de janeiro de 1874.

estabelecimentos particulares de instrução primária ou profissional, gratuita, do mesmo município, que se mostrassem dignas deste favor, sendo preferidos os que se propuserem a manter cursos noturnos para adultos". (MONTOJOS, 1949, p. 30).

Outro pensador da educação citado por Montojos é Ruy Barbosa⁹⁶, que apresentou no ano de 1882 um projeto que incluía o ensino profissional nas classes e escolas de artes. Em seu "Discurso do Liceu de Artes e Ofícios", apresentado à Câmara, ele tratou amplamente o ensino secundário junto ao profissional e superior. Todavia, as propostas de Ruy Barbosa jamais foram postas em prática. Com isso o país perdia "[...] outra obra prima em prol da mesma idéia e de objurgatórias aos dirigentes do país, tão morosos e descuidados dela." (MONTOJOS, 1949, p. 11). Ou seja, havia ideias, mas não havia fatos na história da educação profissional pública no Brasil dos séculos anteriores ao XX.

De acordo com Montojos (1939), nomes como Tavares Bastos⁹⁷, Leôncio Carvalho⁹⁸ e Manoel Dantas⁹⁹ abordaram igualmente a necessidade da instituição do ensino profissional e propuseram medidas para a sua execução. Entretanto, as reivindicações para que a instrução profissional fosse discutida e praticada só alcançaram êxito depois de muito tempo. Era este o quadro que, no século XIX, se apresentava no tocante a deficiências deste assunto (MONTOJOS, 1939).

No que competia ao governo imperial, Montojos (1949) ressalta um projeto de 1887 autorizando a criação das escolas profissionais e asilos industriais e a liberação de subsídios para liceu de artes e ofícios, dentre outras ações, como resposta aos clamores pela educação profissional. Iniciativa similar havia sido apresentada anteriormente, em um projeto de 1879¹⁰⁰ que estabelecia que o governo criasse ou auxiliasse no município da Côrte

[...] escolas profissionais, destinadas a dar instrução técnica que mais interessasse às indústrias dominantes, bem assim, difundir o ensino prático das artes e ofícios de mais imediato proveito para a população do Estado,

_

⁹⁶ Ruy Barbosa (Salvador/BA 1849-1923) foi um político, diplomata, advogado e jurista brasileiro. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e seu presidente entre 1908 e 1919 (FRAZÃO, 2018).

⁹⁷ Aureliano Cândido Tavares Bastos (AL 20/04/1839 - Nice, França 03/12/1875), advogado, jornalista, político e publicista (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS).

^{98°}Carlos Leôncio de Carvalho (18/06/1847 – 09/02/1912) foi advogado, professor, político, por meio do Decreto de 19 de abril de 1879, reformou a instrução pública primária e secundária no Município da Corte, o ensino superior em todo o Império, e deu origem a Pareceres/Projetos de Ruy Barbosa intitulados Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública (1883). Nesse Decreto autorizava o governo a criar ou auxiliar, nas províncias, cursos para o ensino primário, permitindo que os escravos freqüentassem as escolas. Buscava também estimular a alfabetização dos adultos (LIRA, 1949 apud MACHADO).

⁹⁹ Manoel Dantas (RN 26/04/1867-1924) foi juiz, educador, jornalista, advogado e político (NETSABER, 200?).
100 Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879.

conforme, as necessidades e condições da localidade (MONTOJOS, 1949, p. 31).

Segundo Montojos, D. Pedro II, percebendo a importância e abrangência do ensino profissional e sua influência na economia, criou nos anos de 1882 e 1885 duas escolas-oficinas, que se tornaram modelos dadas as suas condições de higiene e sua organização material e pedagógica. Em ambas as escolas ministravam-se o ensino técnico e conhecimentos práticos de vários ofícios, além da instrução moral e científica e de conhecimentos teóricos. Uma crítica feita por Montojos é que o mesmo não foi feito nas cidades do interior do país, que continuavam com carência destes institutos. Já Fonseca (1961), destaca que em 03 de maio de 1889, D. Pedro II, em sua última *Fala do Trono* pediu Assembléia Geral Legislativa a criação de escolas técnicas, o que também não ocorreu.

Então, no final do período imperial e um ano após a abolição do trabalho escravo no país, de acordo com o relatório do Ministério da Educação (2010),

[...] o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais précapitalistas.

Havia uma mudança no cenário, na qual as indústrias começavam a despontar, principalmente nas capitais, e a necessidade de mão de obra qualificada começava a se fazer notar.

Assim como nos países europeus e nos Estados Unidos, essa industrialização, que entre nós foi combinada com a abolição da escravidão, alimentou o debate em torno da necessidade de qualificar a mão de obra, criando uma nova cultura do trabalho, mais racional, científica e moderna, condizente com os novos tempos que demandavam um trabalhador capaz de lidar com novas técnicas, ferramentas, máquinas, e de se inserir em um novo ambiente de trabalho. (CHAMON, 2017, p. 2851).

Mesmo com essa condição, Montojos (1949, p. 31) reitera que nos fins do século XIX e início do século XX "[...] permaneceu em quase completo abandono das atenções oficiais o ensino técnico industrial", não havendo nenhuma política pública sobre tal assunto, apesar de haver iniciativas. Conforme Montojos (1949), nem os arsenais de guerra e da marinha que tinham como propósito a formação de bons cidadãos por um processo integral de educação,

cumpria seu papel no que tange a educação, pois a limitava apenas na formação de bons soldados e marinheiros.

Toda a crítica de Montojos aos dirigentes do Brasil monárquico do século XIX é estendida às décadas iniciais da república, que, "[...] em seus primeiros tempos, sobretudo no que tange à ação do Governo Federal, nada fez pelo ensino profissional" (MONTOJOS, 1949, p. 12). A crítica é, mais uma vez, ancorada em Vicente Licínio Cardoso: "O vício é, de fato, orgânico. A constituição de um país que acabava de alforriar cativos, não falou também uma só vez sobre educação profissional" (apud MONTOJOS, 1949, p. 12). Mas a crítica de Montojos aos dirigentes da pueril república não se limitava à ausência de avanços e incluía algumas desconstruções na educação profissional:

[...] a República, longe de decretar e promover, logo de início, o ensino em apreço, muito ao contrário disso, quase dez anos após a sua proclamação, fechava, em janeiro de 1899, os arsenais de guerra e da marinha com sede na Bahia e em Pernambuco, deixando centenas de operários sem trabalho e milhares de meninos privados daquelas fontes de aprendizagem. (MONTOJOS, 1949, p. 12).

Fora isso, Montojos destaca que nas primeiras décadas iniciais da república a preocupação com o ensino industrial e profissional se torna mais manifesta e começa a se concretizar. Ressalta a persistência das instituições particulares criadas e mantidas "[...] ora com os próprios recursos, ora subvencionadas por governos locais" (MONTOJOS, 1949, p. 12). Além disso, em "[...] alguns Estados, fundam-se educandários técnicos de nota, como em São Paulo, no Pará e no Rio Grande do Sul. Em Natal, cria-se uma Escola Profissional Feminina [...]" (MONTOJOS, 1949, p. 12).

Assim, começa-se a perceber uma mudança na força de trabalho, impelida pelo novo cenário econômico que se fundia a uma herança do Império, delineando o processo educacional no princípio da industrialização brasileira (CUNHA, 2005a).

2.1.2 Ensino Industrial no Brasil – As Escolas de Aprendizes Artífices (1900 a 1930)

Em um capítulo do livro "Ensino Industrial", Montojos focaliza a condição do ensino industrial no período de 1900 a 1940 salientando os fatores que corroboraram para que o país se industrializasse tardiamente. Segundo Montojos (1949), um dos fatores dessa industrialização morosa era o próprio caráter tardio da constituição e do desenvolvimento das instituições voltadas para o ensino industrial.

Assim, este tópico abordará os principais acontecimentos destacados por Montojos relativos ao Ensino Industrial no Brasil que marcaram este ramo de ensino neste período, com ênfase às Escolas de Aprendizes Artífices, que representaram no Brasil o início de uma política nacional do governo federal no campo da educação profissional, em especial do ensino técnico e industrial.

Os últimos anos do Império e as primeiras décadas de implantação da república foram períodos "[...] marcados por profundas mudanças socioeconômicas, provocadas pela extinção da escravatura, pela consolidação do projeto de imigração e pela expansão da economia cafeeira" e "pela aceleração dos processos de industrialização e urbanização." (MANFREDI, 2017, p. 23). A Educação Profissional começa a ganhar nova configuração.

Um dos marcos das primeiras décadas da república no que tange a Educação Profissional são as Escolas de Aprendizes Artífices, que é apontado com ênfase por Montojos em seu livro, no qual reserva um artigo específico. Tal evento tem um valor simbólico para Montojos: "Só a simples lembrança de se criarem no Brasil, país de decantado academicismo, instituto de artes e ofícios representa apreciável avanço de ideias e de ideais." (MONTOJOS, 1949, p. 12).

Não deixando de pontuar os aspectos positivos relacionados às iniciativas para a implantação do ensino profissional no país, Montojos expõe que algo de concreto em relação a este ensino foi visto somente vinte anos depois de implantado o regime republicano, quando instituídas as escolas de aprendizes artífices em 1909, formalizando-as através de políticas públicas: "São as Escolas de Aprendizes Artífices a origem da oficialização do ensino técnico-profissional por parte do Governo da União" (MONTOJOS, 1949. p. 12). Assim, pela primeira vez no Brasil o Governo Federal chama para si a iniciativa de se criar instituições voltadas para a Educação Profissional.

De acordo com Fonseca (1961), em 1906, o Presidente da República Afonso Pena, já havia feito referência ao ensino industrial em sua plataforma de governo, o que era inédito em relação a uma fala presidencial. Entretanto, somente três anos depois, o cenário apresentado por Montojos, e contextualizado no tópico anterior, começou a mudar, tendo em vista o aumento populacional das cidades e a necessidade da provisão de meios de sobrevivência para este contingente de pessoas. Foi Nilo Peçanha¹⁰¹, então Presidente da República, que teve o mérito de assinar o decreto que criou nas capitais do país, 19 Escolas de Aprendizes Artífices,

_

¹⁰¹ Nilo Peçanha em 1906 já havia fundado durante sua gestão no Rio de Janeiro quatro escolas profissionais naquele estado (FONSECA, 1961).

tornando efetiva a implantação do ensino profissional público no Brasil. Estas escolas tinham o intuito de

[...] facilitar às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência, habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, fazendo-os adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime, assentou esse Decreto três diretrizes da educação moderna, já como expressão das determinantes conveniências sociais - as justas, humanas reivindicações dos trabalhadores, e o combate à delinqüência de menores. (CBAI, 1956).

Este fato, além de constituir o ensino industrial no país, dava-lhe possibilidades de se desenvolver nas décadas posteriores. Estas escolas destinavam-se "[...] a ministrar, gratuitamente, o ensino técnico-industrial primário necessário à formação de operários e contramestres." (MONTOJOS, 1949, p. 32). Conforme Montojos (1949), tinham o cunho social, pois seria a solução para problemas sociais oriundos da desordenada urbanização. Eram admitidos nestas escolas os menores de 10 a 16 anos, "[...] preferencialmente os desfavorecidos de fortunas." (MONTOJOS, 1949, p. 32).

Mesmo ressaltando este avanço para o ensino profissional, Montojos faz críticas ao processo de constituição e instituição dessas escolas, que, apesar de terem sido criadas com o intuito de formar operários e contramestres, ministrando-se nelas o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, já nasceram arcaicas. A crítica era dirigida ao seu regulamento que era:

<u>Lacunoso</u>, um tanto <u>antiquado</u> e com <u>disposições antipedagógicas</u>, sobre ser um dos obstáculos que muito nos dificultam atingirmos o escopo visado ao se instituírem esses estabelecimentos de ensino, <u>tolhe as melhores iniciativas e acanha a ação mais firme</u>. Com a portaria de 13 de novembro de 1926, que expediu a consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas, procuraram-se remover essas falhas e inconvenientes, introduzindo-se dispositivos novos, que, infelizmente, ainda não bastaram. (MONTOJOS, 1949, p. 13, grifo nosso).

Ou seja, tais escolas tiveram, desde o início, a esfera de sua ação definida com excesso de latitude e sem a necessária regulamentação ou pedagogia que correspondesse ao programa traçado. Parte da crítica de Montojos era referente ainda à ausência de um sistema nacional de educação profissional e pelo isolamento entre si das unidades criadas em 1909.

A atual organização desconexa das Escolas de Aprendizes Artífices e dos outros estabelecimentos oficiais ou subvencionados, não corresponde, absolutamente, aos fins que tiveram em vista, ao criá-los, os administradores e legisladores do tempo. (MONTOJOS, 1949, p. 14).

Montojos (1933) critica também o programa educativo e a inexistência de uma política de seleção de professores e de material didático próprios para a educação profissional. Soares (1982) relata que a crítica de Montojos, enquanto chefe da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico não foi menos rigorosa no que diz respeito a contratação dos mestres, que eram escolhidos, na maioria das vezes,

[...] entre operários atrasados, quase analfabetos muitos, iam ronceiramente, quando o faziam, 'ensinando' a meia-dúzia de crianças aquilo que aprenderam de outros iguais a eles, por processos coloniais, isto é, sem nenhuma técnica, sem nenhuma pedagogia e não raro por processos truculentos. (MONTOJOS apud SOARES, 1982, p. 79)

E o problema não residia apenas na escolha de mestres e diretores, conforme afirma Montojos (1933), já que o processo de escolha dos diretores destas escolas era marcado pelas injunções partidárias e comumente resultava em contratados que não possuíam domínio de questões de ensino e administração de oficinas. A escolha inadequada dos diretores, professores e mestres de oficina impactava diretamente na qualidade do que era ensinado.

Se os diretores houvessem sido, na sua maioria, homens de longa prática em questões de ensino e administração de oficinas, se fossem eles mesmos professores e técnicos, justificar-se-ia a liberdade que lhes conferia o regulamento. Mas, infelizmente, as coisas não se passaram desse modo. (MONTOJOS, 1949, p. 15).

Esse posicionamento de Montojos decorria da falta de orientações e de diretrizes na definição do que seria lecionado. Com isso, era concedida uma capacidade de decisão e encaminhamentos a quem não tinha competência no assunto. Observa Montojos (1933) que o mesmo ocorria na escolha dos mestres, cujas indicações dos ofícios a serem ensinados nas diversas escolas não obedeciam a critérios industriais e nem sequer visavam a adaptar-se às indústrias locais:

Nestas condições, é bem de ver que as Escolas de Aprendizes Artífices, tais como existiam, não passavam de <u>escolas primárias</u>, em que se fazia <u>alguma aprendizagem de trabalhos manuais</u>, e onde, havendo alunos dedicados e caprichosos, se tinha podido, "à force de faire" e muito boa vontade, <u>adestrar</u> alguns operários; tais são, porém, as condições de escassez do operariado

nacional neste vasto país, que, mesmo assim, muitos alunos egressos dessas escolas têm logrado colocar-se bem e com boa remuneração. (MONTOJOS, 1949, p. 15, grifos nosso).

Este ensino precário se dava em virtude da ausência de mestres capacitados, que, naquela época, não correspondiam à necessidade de uma produção de oficina, e além das restrições individuais, constituía, no que tange ao ensino das profissões, absoluto desastre, sendo que o ensino dado "[...] nos cursos primário e de desenho era mal orientado, conquanto houvesse exceções de bons professores." (MONTOJOS, 1949, p. 14).

Estas conclusões de Montojos estão expostas também no Relatório de João Luderitz ¹⁰². Percebe-se nas falas de Montojos sua constante afirmação da carência de professores e mestres, nestas escolas de aprendizes artífices. Montojos foi um dos primeiros intelectuais pensadores da educação profissional no Brasil a advertir para a especificidade dos professores de oficina ou da docência de cultura técnica.

Mesmo com a carência de ordenação das escolas e de equipes pedagógicas qualificadas, a necessidade de desenvolver o ensino profissional no Brasil era imediata, não só pelo cunho social. Montojos destaca que a Primeira Guerra Mundial, em 1914, também contribuiu para o desenvolvimento do ensino industrial no Brasil. De 1915 a 1919 várias empresas do ramo industrial foram criadas, em virtude do aperto externo que impossibilitou a importação de bens industriais, e este crescimento da indústria nacional demandou braços qualificados e melhor qualificação¹⁰³.

Verificada a necessidade da formação de professores especializados, em cursos normais, além dos operários e contramestres habilitados pelas Escolas de Aprendizes Artífices, cuidou o governo, em 1919, de incorporar à União o ensino profissional ministrado na Escola Normal de Artes e Oficios "Wenceslau Braz", antes superintendida pela Prefeitura do Distrito Federal. Nela se preparam professores, mestres e contramestres para estabelecimentos de ensino profissional e professores de trabalhos manuais para as escolas primárias. (MONTOJOS, 1949, p. 34).

Com o mesmo sentido e no intuito de analisar o funcionamento das escolas de aprendizes artífices e as causas de sua pouca eficiência, a fim de saná-las, melhorando assim a situação desordenada que se encontravam, em 1920 o governo através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criou o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico que era uma comissão formada por especialistas (MONTOJOS, 1949). Como

. .

¹⁰² LUDERITZ, op. cito p. 143-4 apud SOARES, 1982.

¹⁰³ De acordo com Fonseca (1961), entre 1915 e 1919 foram criadas 5.936 empresas de caráter industrial. Em cinco anos, a indústria avançou mais do que nos 24 primeiros anos da República.

dirigente deste serviço foi nomeado João Luderitz que elaborou um relatório que expôs falhas da educação profissional e das Escolas de Aprendizes Artífices (PEDROSA; SANTOS, 2014).

De acordo com João Luderitz, o mau funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices antes de 1926 era decorrente da falta de um currículo uniforme (SOARES, 1982). Então, o Serviço de Remodelação tinha como uma de suas finalidades estudar um currículo uniforme para as Escolas de Aprendizes Artífices e assim esboçou uma lista de ações para atuar na melhoria destas escolas. Para realizar as intervenções propostas por este setor, Montojos relata os obstáculos encontrados

Na execução desse plano, encontrou este Serviço óbices de toda a espécie, não só na manifesta má vontade de alguns funcionários, fossem diretores, professores, mestres e até adjuntos e contra-mestres, que se furtavam, de todo, a seguir as instruções prescritas ou se punham, então, a dar interpretações absurdas, mas, também, nas normas burocráticas estatuídas. (MONTOJOS, 1949, p. 17).

Nessa passagem Montojos remete ainda, mesmo que as referências conceituais sejam ausentes, às resistências às mudanças postas pela *modus operandi*. A precariedade técnica e pedagógica do quadro de diretores e funcionários tinha ancoragem na força política oriunda das injunções partidárias.

Mesmo com os empecilhos, Montojos relata melhorias alcançadas pelo Serviço de Remodelação: construção de prédios, disponibilização de máquinas e equipamentos para as oficinas, merenda escolar, contratação de corpo docente e implantação de um sistema de industrialização.

Em 1926, foi posto em prática pela Remodelação o sistema de industrialização, que tem por alvo não só intensificar a produção e renda das escolas, senão também oferecer ao aluno um campo de aprendizagem mais vasto, onde, sobre enriquecerem ou consolidarem seus conhecimentos profissionais, encontram probabilidades de receber, pelos artefatos produzidos [...] o que lhes representa um grande auxílio, dada a pobreza da maioria deles. (MONTOJOS, 1949, p. 18).

A partir de 1927, Francisco Montojos começa sua atuação na educação profissional atuando neste Serviço de Remodelação, na função de Inspetor. Em fins de 1927 e início de 1928 Montojos (1933) destaca, como pontos positivos, a realização de concursos para a

contratação de professores, adjuntos, mestres e contra-mestre, nos quais, em alguns destes processos ele participava na banca¹⁰⁴.

Outra situação compreendida neste período e exposto na narrativa de Montojos (1939) era a tamanha pobreza da população brasileira, sendo um fator impactante para a educação, pois alunos que ingressavam nas escolas de formação profissional desistiam dos estudos antes mesmo de aprenderem o mínimo referente ao ofício e já iam trabalhar em oficinas particulares para contribuírem financeiramente em suas residências. Ou seja, a evasão escolar era muito grande.

Embasado neste fato, Montojos defendia uma educação profissional que cuidasse da função educativa e contribuísse financeiramente com o aluno para o seu sustento e de sua família, dando-lhe condições para continuar os estudos e realizar seu trabalho. Havia no ideário de Montojos acerca da educação profissional aspectos relacionados ao que hoje é chamado de política estudantil. Isso significa que, além de acolher, as instituições públicas têm que criar condições para a permanência do aluno na instituição até a sua formação.

Nesse ponto, mais uma vez, Montojos busca amparo em Licínio Cardoso, quando este salienta: "O ensino profissional, pois, deve ser de tal modo instituído que, satisfazendo às exigências do aprendizado, satisfaça igualmente às de um emprego que proporcione renda pecuniária" (apud, MONTOJOS, 1949, p. 19). Em outros termos: estudar, trabalhar e ter renda. Em sua fundamentação, Licínio Cardoso apontava soluções para esta questão:

Como se poderá obter isso? Com a escola oficina, com a escola fábrica. Esta é que deve ser a orientação para educar, profissionalmente, a gente pobre de um país de riqueza avaliada ou transformada, como é o nosso. Ê míster que os meninos, como igualmente os adultos, que pretendem aprender o necessário para adquirimento de uma profissão definitiva, possam ganhar dinheiro enquanto estudam; é preciso que a sua atividade teórica ou mental para adquirir a primeira instrução e os conhecimentos necessários à técnica não prejudique a atividade prática capaz de produzir um certo rendimento pecuniário. Estudar praticando, desde logo, na profissão a obter e com estímulo proveniente do rendimento que ela dê, eis o problema. (apud, MONTOJOS, 1949, p. 19, grifo nosso).

Um dos ideários de Montojos, consonante a Licínio Cardoso, era a industrialização da escola como meio de produzir renda e propiciar a continuidade do aluno carente na escola: assim o aluno conseguiria obter renda no próprio ambiente escolar. Esse era um projeto iniciado pelo Serviço de Remodelação um ano antes da entrada de Montojos no setor e que teve continuidade.

¹⁰⁴ Informações disponíveis em Diário Oficial da União – Anos 1927 e 1928.

Conforme Montojos, seria essencial que nas escolas de ensino profissional e a partir de pelo menos dos dois últimos anos do primeiro grau, os alunos pudessem executar trabalhos para a venda imediata. Essa era uma maneira, de evitar ou reduzir a evasão escolar, pois os alunos teriam alguma renda, isso quer dizer que as encomendas oriundas de particulares poderiam ser aceitas nessas escolas. Montojos (1949) deixa claro na concepção de sua ideia que a finalidade do estabelecimento de ensino era o ensino em si, e não a produção, ou seja,

[...] a forma e a natureza dessas encomendas não deverão jamais oferecer prejuízos ao ensino e a escola deverá sempre obedecer aos princípios pedagógicos. Essa possibilidade de aceitar encomendas não tem outro objetivo senão dar ao aluno, no próprio interior da escola, o ambiente da vida exterior, fazendo-o saber melhor produzir. (MONTOJOS, 1949, p. 130).

Com isso a política estudantil não era mantida com recursos governamentais. De acordo com o texto de Montojos, com a industrialização da Educação Profissional, a escola torna-se uma indústria, em que, "Mediante remuneração pelo trabalho, os educandos aprendem e produzem ao mesmo tempo" (MONTOJOS, 1949, p. 38).

Esta é uma ideia que já era defendida por Kerschensteiner¹⁰⁵ em seu livro "Concepção da escola do trabalho". Kerschensteiner é um importante teórico da escola do trabalho cujas ideias circularam no Brasil por intermédio de Lourenço Filho, conviva de Montojos. Em 1929, ao discorrer sobre o tema, Lourenço Filho¹⁰⁶ trouxe o esclarecimento deste autor quanto ao significado de escola trabalho: "a escola em que se aprenda pela experiência do trabalho" (FONSECA, C., 1929, p. 6).

Montojos era favorável a que o ensino profissional propiciasse uma educação para e pela prática. No entanto, ele reforçava que deveria ser assegurado que o movimento industrial não constituísse a finalidade das escolas, tendo em vista que estas deveriam ter um caráter mais elevado: "[...] a produção industrial de maneira alguma poderá preterir o ensino e a aprendizagem das oficinas. O aprendiz deverá seguir paralelamente aulas e oficinas, executando integralmente as séries de exercícios necessários ao seu preparo." (MONTOJOS, 1949, p. 19).

Este processo de industrialização, em quase todas as escolas produziu resultados animadores em relação à produção e à renda. Montojos (1933) apresenta dados de 1921 a 1932 referentes ao movimento financeiro das escolas de aprendizes artífices neste período que

¹⁰⁵ Georg Kerschensteiner (Munique, Alemanha 1854-1932) foi pedagogo e educador muito popular, sendo o criador da Escola do Trabalho. Atuou como diretor de escolas públicas, professor universitário e político. Defensor do trabalho manual na esfera pedagógica (RODRIGUES, 2018).

¹⁰⁶ Lourenço Filho no prefácio do livro de Corinto da Fonseca.

demonstram este aumento. Aponta também dados referentes à matrícula e frequência nestas escolas, cujos números demonstravam um aumento positivo, o que já era resultado de um programa organizado de acordo com a moderna pedagogia, que tinha como objetivo uniformizar o ensino nas escolas de aprendizes artífices. Enfatiza também que o Serviço de Remodelação preparou, publicou, adotou e propagou livros didáticos que foram elaborados para atender aos compêndios tecnológicos necessários para orientar professores e mestres para este ensino.

Montojos (1933) destaca que neste processo de ensino profissionalizante o aprendiz entrava na escola analfabeto e em seis anos saía com habilitações para trabalhar e ensinar outros artífices e em condições de estabelecer-se em lugar de destaque, seja em oficinas ou empresas particulares.

Outro fato ocorrido em 1927 e descrito por Montojos foi em relação ao projeto de lei¹⁰⁷ de autoria do deputado federal Fidélis Reis¹⁰⁸ que havia sido apresentado como apoiador da educação profissional. Montojos (1933) destaca que este projeto tornava obrigatório o ensino profissional em todo o país. O projeto de Fidélis Reis definia a obrigatoriedade deste ensino para todos, pobres ou abastados. Este projeto foi decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República em 1927 sem a profissionalização compulsória (FONSECA, 1961; ENSINO..., 1928). Entretanto, como outras iniciativas anteriores, foi "letra morta", ou seja, não se efetivou em política pública.

No mesmo ano começa a circular no Brasil a obra de Omer Buyse – Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica - utilizada como referência na educação primária da Bahia por Anísio Teixeira (SENNA; TEIXEIRA, 2015)¹⁰⁹. Montojos (1939) se refere a Omer Buyse como grande educador e especialista em educação profissional e técnica. Em 1928 as ideias de Omer Buyse passaram a ter circulação mais ampla no país, pois o governo o convida para vir ao Brasil organizar o ensino profissional (ENSINO..., 1928).

E neste cenário que Montojos ingressa no MESP e inicia sua atuação na educação profissional e no ensino industrial.

¹⁰⁸ Fidélis Reis (Uberaba, MG 1880 − 1962) ingressou na política ao ser eleito deputado federal, atuou como engenheiro agrônomo, jornalista e líder empresarial. Defendia a ideia de que o trabalho enobrece e representa uma verdadeira força social, uma base e um meio de educação (SOUZA, 2010).

¹⁰⁷ Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927.

¹⁰⁹ A obra foi adotada na Bahia no período em que Anísio Teixeira estava a frente da Gestão da Diretoria de Instrução Pública do Estado (SENNA; TEIXEIRA, 2015).

2.1.3 Ensino Profissional no Brasil (1930 a 1949)

Esta parte do capítulo apresenta as principais transformações, evidenciadas por Montojos, ocorridas no período de 1930 a 1949 e que impactaram diretamente no crescimento da educação profissional, em especial do ensino industrial.

Em 1930, no âmbito do governo federal, houve uma significativa movimentação visando à constituição e instituição de um novo ensino industrial, em face da expansão industrial e do crescimento do mercado interno. Neste período que é marcado pela chegada de Getúlio Vargas ao poder, por um golpe de Estado, o Brasil vivenciou uma reviravolta na política, passando a orientar-se por uma perspectiva industrial, deixando de ser um país essencialmente agrário, havendo uma sobreposição do modelo agroexportador pelo modelo de industrialização (MANFREDI, 2017).

Da mesma forma o país experimentava um crescimento urbano, o surgimento de uma massa de trabalhadores assalariados e projetava-se para se estabelecer como nação industrial. Getúlio Vargas possibilitou em seu governo a alavancagem do Ensino Industrial, pois propiciou espaço para os industrialistas em contraposição aos coronéis do latifundio (FERNANDES, 2013; WESTIN, 2015).

Assim, conforme é possível observar também nos textos de Montojos (1949), o olhar mais atento para o ensino profissional e técnico ganha força nos anos 1930, em especial com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e as iniciativas de constituição do sistema nacional de educação. Neste período, universidades foram estruturadas com a integração de diversas instituições isoladas de ensino superior e o sistema nacional de ensino, até então inexistente, foi sendo engendrado.

De acordo com Montojos (1939), em 1932, foi aprovado o decreto ¹¹⁰ que regulamentava a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, em substituição ao Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, incumbindo-lhe diversas disposições, incluindo como sua dependência o funcionamento, dentre eles, da escola normal de artes e ofícios Wenceslau Braz, cuja missão era formar professores e mestres para lecionarem em escolas para artífices.

Como síntese dos resultados obtidos até 1933 com a educação profissional, Montojos (1933) ressalta que, apesar de serem lentos, eram naturais.

¹¹⁰ Decreto nº 21.353, de 3 de maio de 1932.

Diversos os fatores que retardam o seu evoluir entre nós: desde a pouquíssima compreensão no assunto, por parte de muitos dos que o dirigem, até o descaso revoltante dos responsáveis pelos aprendizes. Muito poucos em nossa terra são os que já podem entender a elevação do trabalho manual na educação, e isso se explica pela simples razão de sermos um povo que conheceu os horrores da escravidão. Felizmente, porém, após um longo período de preparo, já alguns frutos se colhem, como se verifica pela exposição que vimos fazendo (MONTOJOS, 1949, p. 23, grifos nosso)

Em 1934, com a finalidade de ampliar e organizar o ensino profissional, a Inspetoria do Ensino Profissional e Técnico mais uma vez muda de nome, passando a ser denominada Superintendência do Ensino Profissional e ele permanece em sua direção (MONTOJOS, 1949). Neste ano também é outorgada a Constituição Federal contendo um capítulo exclusivo para a educação e a determinação da elaboração de uma lei de diretrizes e bases da educação nacional que conferisse unidade aos estados. Assim o Brasil começava a conceber as bases da educação nacional e Francisco Montojos se fazia presente com sua atuação.

Três anos mais tarde a Constituição de 1937 revelava uma preocupação com o ensino industrial, através do artigo 129, que assegurava que o mesmo era o primeiro dever do Estado, no que tange à Educação e instituía a cooperação entre a indústria e o Estado. Ou seja, neste período, nenhum outro tipo de ensino estava exigindo, no Brasil, tamanha atenção dos poderes públicos como o ensino profissional.

Em sua explanação acerca desta Constituição, Montojos (1949) focaliza o que é instituído no art. 129, que discorre acerca do Ensino Industrial, destacando que, além de outras providências, este artigo estabelecia que

O ensino prevocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. [...] É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos dos seus associados. (MONTOJOS, 1949, p. 35-36).

Como exímio cumpridor de suas obrigações enquanto Diretor do Ensino Industrial, Montojos visando à regulamentação do artigo 129, apresentou em março de 1938, ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Valdemar Falcão, um anteprojeto para criação de escolas de aprendizes, chamadas Escolas Sindicais, ou também chamadas de "pré-vocacionais", que seriam mantidas pelos estabelecimentos industriais ou sindicatos de empregados.

De acordo com Montojos (1938), os cursos pré-vocacionais seriam voltados para jovens a partir de 11 anos de idade e voltado ao "adestramento manual" e a obtenção de conhecimentos de desenho e princípios de ciências, aperfeiçoando assim seus conhecimentos

gerais. Para esse fim, Montojos apresenta uma proposta para a implantação destas escolas, atuando no intermédio entre o término da escola primária, onde o aluno tem aproximadamente 11 anos de idade e o seu ingresso na indústria, o que ocorre por volta dos 14 anos, evitando assim o chamado "ócio nocivo".

Quando este anteprojeto foi escrito, já haviam transcorridos quatro anos desde que Capanema criara a comissão de reestruturação da educação profissional. Ainda não havia, nesta época, um Sistema Nacional de Educação Profissional e tampouco um Sistema Nacional de Ensino Industrial. Neste anteprojeto Montojos expõe suas ideias relativas a este sistema.

Em determinada passagem do texto, Montojos faz menção à ociosidade da população em idade ainda não suficiente para ingressar no mercado de trabalho. O objetivo de Montojos com as escolas sindicais ou pré-vocacionais era preencher uma lacuna no tocante à continuidade do processo escolar. A proposta era que as escolas pré-vocacionais cumprissem uma função menos de educação profissional - no sentido do ensino das técnicas de um ofício – e mais de educação para o trabalho, no sentido do valor moral do trabalho, da ética do trabalho e do gosto pessoal pelas atividades manuais ou pela técnica.

Esta proposta tinha um cunho, portanto, de ensino complementar, ou seja, era um suplemento à educação escolar regular. Montojos se posiciona acerca da profundidade da educação primária: "Sendo, em geral, o preparo das escolas primárias insuficiente para o início da aprendizagem profissional [...]" o intervalo entre a escola e o início do trabalho acentuaria este problema (MONTOJOS, 1949, p.25)

A ideia central de Montojos com esse projeto era criar escolas sindicais em todos os centros industriais, sendo que, a sua manutenção se daria pelo imposto sindical. Vale ressaltar que a proposta do de criação de escolas sindicais era nitidamente sintonizada com o atrelamento dos sindicatos ao Estado brasileiro, algo típico do Governo de Vargas.

Segundo a proposta de Montojos, ingressaria nestas escolas quem já tivesse 11 anos completos, com curso primário concluído e que fosse filho, irmão ou órfão de trabalhador sindicalizado. O período compreendido por estas escolas seria de dois anos e nesse tempo os sujeitos teriam instrução para o trabalho manual, da mesma maneira que conhecimentos de "Português, Aritmética e Geografia Aplicadas, Desenho, Ciências Físicas e Naturais, Educação Cívica, Educação Física e Trabalhos manuais." (MONTOJOS, 1949, p. 25). Em outros termos, formação cultural, científica e técnica.

Pela proposta, a orientação técnica das escolas sindicais (pré-vocacionais) seria ofertada por um conselho central, composto por representantes dos sindicatos, do Ministério

do Trabalho e do Ministério da Educação. Os conselhos locais seriam constituídos de representantes de cada sindicato, de um técnico de educação e de um representante do Ministério do Trabalho.

Montojos (1939) ressalta ainda que, apesar do anteprojeto ter sido aprovado pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, não teve o necessário apoio da Federação Brasileira dos Industriários. Porém, de acordo com Montojos (1939) na obediência às diretrizes traçadas pela Constituição, o Presidente Getúlio Vargas, instituiu os cursos de aperfeiçoamento profissional nos estabelecimentos de mais de 500 operários (BRASIL, 1939).

Segundo Montojos (1949), apesar deste anteprojeto não ter sido aprovado, o amadurecimento da ideia, pouco tempo depois, seria a base para a solução denominada SENAI, criado em 1942.

Inicia assim, com a constituição de 1937, a organização do ensino industrial que passaria a ser ministrado em três graus sucessivos, sendo o primeiro destinado a formação do operário qualificado, o segundo destinado a formação de contramestres e condutores de serviço e o terceiro, a formação do professor de ofício. Instituem-se cursos especializados e ampliam-se os existentes, sendo ministrado, nos três graus, além dos já existentes: "artes aplicadas às indústrias, cerâmica, construção civil, mecânica de precisão, eletrotécnica, indústria têxtil, trabalhos de pedra." (MONTOJOS, 1949, p. 36).

Montojos (1939) destaca que se implanta também um padrão didático em todas as escolas, sendo liberada verba para a construção de novos liceus industriais, bem como, a reestruturação dos já existentes, sendo que, os novos passaram a compreender o mesmo padrão de estrutura física. Pela narrativa de Montojos, a partir de 1937 cessa a "pobreza de fatos" na história do ensino profissional, em especial do ensino industrial no Brasil, e o pioneiro nesta nova etapa é o Ensino Industrial.

Outra questão apontada por Montojos era que, neste momento, a idade de entrada nos cursos profissionalizantes oferecidos também se alterava, deixando-se de dar ênfase à criança desvalida para englobar jovens e adultos, com idade de 16 a 45 anos. Nesta época ainda não havia uma população de trabalhadores que se situava no entorno da indústria. Ainda não havia uma cultura do trabalho industrial. Daí a função dos cursos de atrair o operário a um centro de atividades úteis (MONTOJOS, 1949).

Montojos frisa que, para dar cumprimento integral ao que foi convencionado no art. 129 da Constituição, foram definidas leis complementares que objetivavam o amparo ao trabalhador das indústrias com a criação dos cursos profissionais, sendo estas ações desenvolvidas, de maneira conjunta, entre o MES e o MTIC.

Em sua narrativa, Montojos faz também uma exposição acerca da situação em que se encontrava o ensino profissional em alguns estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco), destacando a progressão histórica em cada um deles e seu empenho na cooperação da expansão do preparo técnico.

Em São Paulo, ressalta as escolas profissionais masculinas e femininas, os cursos e núcleos de ferroviários orientados pelo engenheiro Roberto Mange, as escolas de ensino doméstico e agrícola e as múltiplas iniciativas particulares, ficando em voga o pioneirismo deste estado. No Distrito Federal (RJ) destacam-se várias escolas que ministravam ensino industrial, doméstico, comercial e agrícola, distinguindo-se cursos de graus primários e secundários. O Rio Grande do Sul, considerado por ele também um pioneiro no desenvolvimento do ensino profissional, tem como destaque o Instituto Parobé, fundado em 1908. Nos estados da Bahia e Pernambuco também são destacados os esforços empreendidos em prol do ensino profissional.

Tendo em vista os resultados alcançados pelas escolas profissionais no Brasil, Francisco Montojos enviou uma carta aos diretores destas escolas onde afirma:

[...] é motivo de regozijo para todos nós que a semente lançada pelo grande estadista não tenha caído em terreno sáfato, tanto que tem crescido e frutificado, como bem o atestam, os operários qualificados que, anualmente, são incorporados às indústrias de norte a sul do País. (MONTOJOS, 1941 apud AMORIM, 2004, p.77).

Como nas décadas de 1930 e 1940, em termos econômicos, o ensino profissional consistia em uma das demandas não somente no Brasil como nos países mais desenvolvidos do mundo, Montojos faz referências em seu texto à situação do ensino industrial nos países estrangeiros, especificando o funcionamento do ensino regular e ensino profissional na Rússia, Japão, Polônia, Espanha e com mais detalhamento, Alemanha, Bélgica, EUA, França, Itália e Suíça.

Na década de 1940, os problemas relacionados à formação de mãos e cabeças de obra tornavam-se evidentes, o que exigia uma atuação rápida para atender à demanda do mercado. Nesse cenário de industrialização eram imprescindíveis a constituição e o aumento de instituições especializadas no ensino industrial (RAMOS; PEDROSA, 2018). Essa necessidade se tornou mais evidente no período da Segunda Guerra Mundial, o que é

destacado a partir de 1942. Nesta época é possível perceber uma aceleração no ensino industrial como resultado do crescimento econômico e da conjuntura internacional, que demandava a exportação de produtos industriais básicos (MONTOJOS, 1949).

Como isso, Getúlio Vargas baixou três decretos que marcaram de maneira significativa o ano de 1942: o decreto que criou o SENAI, que atendia as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho e o que estabelecia a rede de Escolas Técnicas Federais, originando assim duas instituições direcionadas para a formação de trabalhadores e de técnicos para a indústria em expansão. E o decreto que criou a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Assim, o SENAI se encarregaria da "formação profissional dos aprendizes", sob a responsabilidade da Federação Nacional das Indústrias ficando vinculadas ao MESP as Escolas Técnicas Federal.

Conforme o Decreto que criou o SENAI, era de sua competência organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários, sendo organizado e dirigido pela CNI¹¹¹. A autorização para criar o SENAI veio como resultado dos trabalhos da Comissão Interministerial¹¹² em 1939, criada para "[...] estudar o problema da formação de mão-de-obra industrial e regulamentar os cursos para os trabalhadores da indústria, previstos no Decreto-Lei nº 1.238, de maio de 1939." (CUNHA, 2005b, p. 34) e da XXV Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra. Esta conferência influenciou também à organização da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Este tema será abordado especialmente no próximo tópico deste capítulo, de modo a elucidar melhor as ideias de Montojos quanto a esta legislação.

Enquanto isso, iniciava a Segunda Guerra Mundial, e os países envolvidos diretamente direcionavam sua força industrial para atender as demandas da guerra e o Brasil sentia a necessidade de acelerar sua produção. Quando o Brasil declara apoio aos aliados em 1943, lhe é oportunizada uma maior proximidade com os EUA, o que impactou positivamente no crescimento industrial brasileiro. Esta aproximação contribui para o acordo entre os dois países firmado em 1946, a CBAI.

A criação das novas instituições, SENAI e Escolas Técnicas, fez emergir outro problema, que já havia sido levantado por Montojos: o da formação de professores para o ensino industrial, sendo esta uma preocupação latente deste intelectual da educação. Como solução para este aprimoramento técnico e pedagógico dos professores e da possibilidade de

Art. 2º e 3º do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.
Três representantes do Ministério da Educação e três do Ministério do Trabalho.

inserir ideias americanas que contribuíssem para suportar a Educação Industrial, surgiu, então, a CBAI para cumprir este papel de propiciar o programa de aprimoramento.

Para um país que estava em pleno crescimento industrial, a busca por soluções para o desenvolvimento da indústria e capacitação de trabalhadores por meio do suporte de países estrangeiros, que já estavam com seu processo industrial consolidado, iria servir como sustentação para a execução das ações no Brasil. Por isso este acordo foi importante, pois a CBAI cumpria este papel.

2.2 Lei Orgânica do Ensino Industrial

No prefácio de seu livro, Montojos destaca a importância da Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 que, segundo ele, foi um marco na evolução do ensino industrial brasileiro, cujo reflexo foi percebido no desenvolvimento das indústrias.

O ensino profissional não dispunha até 1942 de uma sistematização uniforme para todo o país, pois até então a União havia se limitado a regulamentar as escolas federais (FONSECA, 1961). De acordo com Fonseca (1961), as escolas estaduais, municipais ou particulares orientavam-se pelas próprias normas ou seguiam a uma regulamentação de caráter regional.

Assim, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 1942, veio modificar esta realidade, pois uniformizou este ramo de ensino em todo o país, dando-lhe "[...] nova estrutura, bases mais amplas, objetivos mais largos, sociais e humanos." (MONTOJOS, 1949, p. 5). Sendo um marco na evolução do ensino industrial brasileiro, reflexo do desenvolvimento industrial (MONTOJOS, 1949). De acordo com esta lei, o ensino industrial deveria atender aos interesses do trabalhador, das empresas e aos interesses da Nação.

Esta lei representou um marco para o ensino industrial e representava também, para a época, a importância que estava sendo adquirido por esse tipo especial de ensino, voltado para a formação do trabalhador urbano. Conforme Fonseca (1961), esta lei passou a vigorar em todo o país e abrangia todos os aspectos do ensino profissional, uniformizando suas normas. Esta lei dispunha sobre o regulamento de cursos, a organização da rede de escolas federais e outros pontos complementares.

Este decreto definiu também que o ensino industrial seria ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrangendo o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreendendo o ensino técnico e o ensino pedagógico. Desta forma, por meio da LOEI o ensino industrial passou à categoria do segundo grau, o que

elevou de nível o ensino industrial, deixando assim de pertencer ao grau primário posicionando-se em paralelo com o ensino secundário (BRASIL, 1942b; FONSECA, 1961; SILVA, 1947). De acordo com Montojos (1949, p. 65), o ensino industrial passou a ter a

[...] forma de uma educação completa, dada a instrução profissional, humanística e cívica de que se ocupa. As escolas de ensino industrial, juntamente com disciplinas de cultura técnica, ministram ensinamentos de cultura geral e práticas educativas, que asseguram a educação social dos escolares.

Montojos (1949) ainda salienta que o Ensino Industrial passa a ser um ramo de ensino formativo e não informativo apenas. Isto quer dizer que neste momento, parte dos ensejos de Montojos com relação ao ensino industrial e a educação profissional começavam a se concretizar. Nada mais coerente, visto que, ele foi um dos predecessores desta Lei.

A LOEI estabeleceu as bases de organização e o regime de funcionamento do ensino industrial, que era destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. Embora só permitisse ingresso ao nível superior em carreiras correlatas, havia uma democratização do ensino (BRASIL, 1942b).

Ou seja, um dos pontos principais da LOEI foi justamente deslocar o ensino profissional para o grau médio (CUNHA, 2005b). De acordo com Fonseca (1961), ao subir de categoria o ensino industrial, grande passo fôra dado, visto que, esta medida possibilitaria "[...] a sua articulação com outras modalidades de ensino, [...], o que estabelecia a garantia do ingresso em escolas superiores diretamente relacionadas com os cursos concluídos, aos portadores de diploma de um curso técnico." (FONSECA, 1961, p. 266).

A LOEI foi resultado do trabalho de uma comissão organizada por Gustavo Capanema que tinha a missão de estudar as melhores alternativas para a organização e sistematização do ensino industrial, dando-lhe as bases pedagógicas, bem como a normatização do funcionamento das escolas. Desta comissão, que desde 1936 era presidida pelo Ministro da Educação, faziam parte os importantes pensadores da educação profissional à época como Francisco Montojos, Horácio da Silveira, Lourenço Filho, Leon Renault e Rodolfo Fuchs, que contaram com a contribuição de Roberto Mange, assim como representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica com o intuito de explicitar as necessidades militares no campo do ensino industrial (FONSECA, 1961).

Junto à Lei Orgânica do Ensino Industrial foi promulgado o Decreto-Lei nº 4.127/42 de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, extinguindo assim os liceus industriais, os transformando em escolas industriais e técnicas que passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial. Ou seja, este decreto transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

De acordo com Cunha (2005b), a LOEI foi resultado de uma composição entre os interesses conflitantes do Ministério do Trabalho, que na ocasião tinha como ministro Valdemar Falcão, e do MES, cujo ministro era Gustavo Capanema.

Conforme LOEI, o ensino industrial objetivava especificamente a formação de profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais, dando aos trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoamento e especialização dos conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados; e a divulgação de conhecimentos de atualidades técnicas. Também, encarregava-se o ensino industrial de "[...] formar, aperfeiçoar ou especializar professores de determinadas disciplinas próprias desse ensino e administradores de serviços a esse ensino relativos." (MONTOJOS, 1949, 1956).

O ensino industrial até então estava estagnado no conjunto da organização escolar do país, visto que, se uma pessoa se matriculasse em uma escola profissional não teria o direito de prosseguir seus estudos, ao terminar o curso inicial (FONSECA, 1961). Desta maneira, o ensino industrial adquiriu grande apreço e status social, entre todas as classes, passando a constituir legítima ponte de ligação entre o humanismo e a técnica, os dois componentes fundamentais da cultura moderna. De acordo com os Boletins da CBAI a educação industrial constituiu a mais alta fonte de produtividade vigente no Brasil em sua época, bem como, sólido esteio da segurança nacional:

O problema do ensino industrial é o problema mais novo de educação porque a educação geralmente não debatia problemas da indústria; é um dos acréscimos mais

significativos da educação dos tempos modernos, e os senhores hão de me permitir que eu procure descer do problema educacional e mostre, mais nitidamente, que o problema do ensino técnico-industrial é, realmente, a maior novidade no sistema educacional público e social, e do qual mais poderemos esperar a transformação de todo o sistema escolar, de todo o sistema educacional. (Anísio Teixeira, I - Mesa Redonda Brasileira de Educação Industrial – 3ª secção-Salvador) (CBAI, 1955a).

Se antes o ensino de atividades manuais/industrial era destinado aos desvalidos, órfãos e delinquentes, como forma de combate à vadiagem, agora, em virtude do acentuado crescimento econômico nacional encabeçado pela indústria, este passa a ser destinado para suportar esta eclosão industrial tendo aporte de significativos recursos orçamentários.

Com a Lei Orgânica do Ensino Industrial "[...] o sistema de ensino industrial foi ampliado e mais fortemente entrosado com a vida e as necessidades industriais, em virtude da criação do SENAI." (MONTOJOS, 1949, p. 5). Adequando-se à nova ordem econômica e social que se configurava no Brasil naquela época.

CAPÍTULO 3 – MONTOJOS E SUAS IDEIAS ACERCA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO ENSINO INDUSTRIAL

"Quando tantos e tão brilhantes talentos se inutilizam, e perdem-se em uma luta estéril, e prejudicial aos verdadeiros interesses do país, deve achar benevolência, aquele que aplica a sua fraca inteligência ao estudo da mais importante das necessidades sociais."

(BARROSO, 1867)

Preâmbulo

Este capítulo tem o propósito de elucidar as ideias e posicionamentos de Montojos acerca da educação profissional e do ensino industrial nos anos 1920 e 1950, tempo de constituição de sistemas nacionais. Para isto, também foi utilizado como documento básico e fonte primária o livro "Ensino Industrial" que é uma publicação de autoria de Francisco Montojos do ano de 1949. De acordo com Montojos, seu conjunto de textos pretende ser um documentário com alguns dados e fatores que tiveram influência na organização deste ramo de ensino. Cabe ressaltar que a publicação de Montojos fazia parte de suas defesas em prol da constituição de um sistema nacional de educação profissional, algo que significasse a superação da preponderância das iniciativas locais e de caráter filantrópico. O livro contém 150 páginas e é dividido em três partes, além de um prefácio. E sobre estas narrativas de Montojos que será constituído as análises de suas ideias.

As ideias de Montojos estão aqui expostas em quatro partes, tendo como referência o conteúdo, a finalidade e tipo de ambiente em que foram elaboradas: a primeira diz respeito a trabalhos apresentados em conferências e reuniões realizadas por Montojos; a segunda apresenta estudos relativos a princípios e práticas do ensino industrial; a terceira refere-se aos discursos realizados em eventos acadêmicos; e, a quarta, às viagens realizadas por Montojos à Europa e EUA. Ambiciona-se também, neste capítulo, demonstrar as articulações de Montojos, suas expectativas e perspectivas e seus argumentos em benefício da construção de um Sistema Nacional de Educação, mais precisamente à institucionalização no país de um Sistema Nacional de Educação Profissional, além de evidenciar as ideias trazidas por Montojos da Europa e dos EUA, elementos estes que ajudam a sustentar seus discursos.

3.1 Parte 1 - Conferências e Reuniões

Esta parte focaliza dois textos de Montojos escritos em contextos diferentes. Têm em comum a sua forma e as razões da escrita: ambos são discursos apresentados em conferências e reuniões.

3.1.1 Sobre a pedagogia dos trabalhos manuais

O texto que abre a primeira parte do livro de Montojos, cujo título é "Trabalho manual no lar, na escola e na sociedade – Motivos desta contribuição" é um trabalho apresentado na Conferência Nacional de Proteção à Infância ocorrida no Rio de Janeiro, em 1933. Esse evento era pertinente a crianças e o público alvo era os especialistas e estudiosos dos assuntos relativos à infância no Brasil (VARGAS, 1933).

Este primeiro texto traz em seu título o tema relativo aos trabalhos manuais. A questão dos trabalhos manuais era um assunto em voga nos anos 1920, 1930 e 1940 e mobilizava a atenção de importantes nomes da educação entre os quais Manoel Pena¹¹³, Lourenço Filho, Corinto da Fonseca¹¹⁴ e o próprio Montojos. Lourenço Filho, ao prefaciar "A escola ativa e os trabalhos manuais", livro de Corinto da Fonseca, afirmou:

[...] se há trabalho intelectual e trabalho manual, [...] não há dúvida alguma em que o trabalho intelectual isolado leva às aberrações do verbalismo, da formação intelectualista pura, sem finalidade para as atividades normais, por um lado, e sem assento, por outro, na afetividade criadora e motilidade natural da criança. Donde, ser o centro de irradiação da moderna didática o próprio trabalho com as mãos. (FONSECA, C., 1929, p. 6).

O relevo dado a esse assunto era decorrente de dois fatores. O primeiro era referente ao preconceito em relação aos trabalhos manuais que prevalecia tanto na cultura e quanto na educação brasileira: herança direta da cultura escravista. O segundo fator era resultado da circulação no Brasil de ideias escolanovistas, que preconizavam a educação pelo fazer e atribuía significado especial os trabalhos manuais como método: "[...] encarados não apenas numa dimensão técnica, mas, sobretudo como um poderoso meio de educação intelectual;

¹¹³ Manoel Penna (Sabará, MG 20/12/1871 – 13/07/1939) educador que atuou na Instrução Pública em Minas Gerais sendo referência no que diz respeito à Trabalhos Manuais e fez suas ideias circularem através de publicações de artigos, tais como "Trabalho Manual Escolar Alinhavos" (1915), "Exposição escolar" (1920), "O Ensino technico na escola primária" (1928). Em 1933, publicou um artigo na *Revista de Ensino* de Minas Gerais consolidando as suas ideias no compêndio "Trabalhos Manuaes Escolares" (DUARTE, 2017). ¹¹⁴ Corinto da Fonseca (Rio de Janeiro 1882 -) foi professor e diretor de escola, fundou a "Bolsa Escolar Irineu

Marinho". Dedicou sua carreira à educação e ao jornalismo. Autor de diversas obras, dentre elas: O ensino profissional no Brasil (1916); O ensino profissional em São Paulo; A Escola Ativa e os trabalhos manuais (1929) (HOELLER e DAROS, 2014)

todo o ensino deve organizar-se a partir de métodos ativos que estimulem o gosto pelo trabalho e a criatividade." (ALVES, 2014, p. 169).

Montojos (1949), ao trazer o tema relativo ao trabalho manual, discorre sobre a importância deste para a saúde física, mental e para o desenvolvimento intelectual da criança desde tenra infância e enfatiza: "[...] nada mais cabível que se cuidar do trabalho manual na educação dos homens ainda nos seus primeiros anos, seja com o fim de se lhes desenvolverem as qualidades físicas, intelectuais ou morais." (MONTOJOS, 1949, p. 7). São ideias sintonizadas com o escolanovismo:

É absurdo supor que uma criança conquiste mais disciplina mental ou intelectual ao fazer, sem querer, qualquer coisa, do que fazê-la, desejando-a de todo o coração'; 'interesse e disciplina são coisas conexas e não opostas' como sucedia no passado, afirmava Dewey [...] (ALVES, 2014, p. 168).

Montojos destaca, com pesar, o preconceito existente com relação a esta atividade no Brasil. Segundo Montojos (1949), essa ênfase na cultura livresca era um dos traços da assim chamada pedagogia tradicional:

A velha pedagogia, eivada de preconceitos de todo em todo contrários à natureza, ditava leis, hoje verificado, antes serviam para formar autômatos que homens propriamente ditos, incapazes de entenderem a vida como esta deve ser exercida ou, melhor, vivida na plenitude das suas faculdades e funções todas correlatas entre si. Assim, eram subentendidas uma educação literária, uma educação científica e, entre outros muitos processos educativos que se chamavam, arbitrariamente, do espírito, falava-se, afinal, em tom depreciativo, de uma educação profissional, separada por fortes barreiras hierárquicas das primeiras enumeradas, por isso que esta só se referia aos trabalhos feitos apenas com as mãos. (MONTOJOS, 1949, p. 7).

Montojos pontua que a evolução dos conhecimentos tem se encarregado de corrigir tais erros de concepções, e aponta o trabalho manual como um dos pilares para a educação integral: "[...] hoje se vem compreendendo que ler, estudar e ouvir lições, ao mesmo tempo que se executam obras manuais, constituem a verdadeira educação integral, que é a derivante do exercício das mãos pelo espírito e do espírito pelas mãos." (MONTOJOS, 1949, p. 7).

A relação entre a mão e espírito exposta por Montojos pode ter afinidades com Rousseau¹¹⁵, um dos educadores que ele cita em seu texto. Em seu livro "Emílio, ou da

-

¹¹⁵ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) nasceu em Genebra, Suíça. Foi um filósofo social, teórico político e escritor que também tem influência na pedagogia (FRAZÃO, 2018).

Educação" 116, Rousseau preconiza quatro princípios básicos para um programa educacional: a criança deve ser educada pela e para a liberdade; a infância na criança deve ser amadurecida; a educação do sentimento deve preceder à educação da inteligência; o saber importa menos que o exercício de juízo (ROUSSEAU, 1762 apud RAMOS, 1983).

Goethe¹¹⁷, embasado em Rousseau afirma que "quem quiser ser forte espiritualmente deve cultivar as suas forças físicas" e, quanto à integração do corpo ao espírito afirma "cultivai a inteligência de seu filho, mas, antes de tudo, cultivai o seu físico, porque é ele que orienta o desenvolvimento mental; é necessário primeiro tornar seu filho são e forte, para poder vê-lo mais tarde, inteligente e sábio." (GOETHE apud RAMOS, 1983, p. 175).

Po outro lado, esta relação entre a mão e espírito trazida por Montojos tem afinidades com ideias de outros autores como: Dewey¹¹⁸ ou mesmo Ferrière¹¹⁹, ambos ligados à Escola Nova e defensores da autonomia dos alunos e da experiência da criança como base para uma educação intelectual pela utilização do trabalho manual (VASCONCELOS, 2015).

A crítica de Montojos à velha pedagogia o remete à nova pedagogia que já estava em voga no país e que já era defendida por Lourenço Filho em seu livro de 1930 "Introdução ao estudo da Escola Nova". O ideal da escola nova, afirma Lourenço Filho:

> [...] é a liberdade interior, a formação de dentro para fora. O ideal da velha pedagogia era a autoridade externa, a imposição de normas e a transmissão de conhecimentos de fora para dentro. Era a escola da autoridade. Autoridade do mestre, a cujo espírito o discípulo deveria amoldar-se, autoridade do texto e máxima autoridade, quando este fosse único... Antes, a pedagogia era a condução por mão estranha. Agora, toda educação significa, em última análise, autoeducação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 62).

Autoeducação é uma perspectiva oriunda do modelo Montessori¹²⁰ que constitui um exemplo dos ideais da Escola Nova, que enfatizava a importância da infância e da liberdade

¹¹⁶ Livro escrito em 1762.

Johann Wolfgang Von Goethe (Frankfurt, Alemanha 28/08/1749 - 22/03/1832) escritor, romancista, dramaturgo e filósofo. Figura entre as personagens mais ilustres da literatura alemã (SANTANA)

¹¹⁸ John Dewey (Vermont/EUA 20/10/1859 – 01/06/1952) foi pedagogo, psicólogo e filósofo (PORTO, 2003-2019).

¹¹⁹Adolphe Ferrière (1879-1960) nasceu em Genebra, Suíça. Foi educador, escritor e conferencista cujo trabalho pedagógico está estreitamente ligado ao movimento da Escola Nova (CASTRELLÓN, 2018).

120 O Método Montessori é o resultado de pesquisas científicas e empíricas desenvolvidos pela médica e

pedagoga Maria Montessori (Itália, 31/08/1870 - 6/05/1952). É caracterizado por uma ênfase na autonomia, liberdade com limites e respeito pelo desenvolvimento natural das habilidades físicas, sociais e psicológicas da criança. A pedagogia Montessoriana insere-se no movimento da Escola Nova (PEREIRA, 201?).

da criança em aprender aquilo que para ela é razão de sentido, aproveitando assim sua capacidade inata de querer aprender (SANTOS, 2003).

Esta idealização de uma pedagogia moderna ou "escola nova", segundo Lourenço Filho (1930), era "[...] um conjunto de doutrinas e princípios tendentes a rever, de um lado, os fundamentos da finalidade da educação, e de outro, as bases de aplicação ciência à técnica educativa (sic)" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 61).

Montojos estava sintonizado com os ideais da escola nova, defendendo a aplicação da nova pedagogia na educação em geral e no ensino profissional em particular. Para reforçar seu posicionamento, Montojos apresenta um breve histórico de efetivação de uma nova e "racional concepção pedagógica", ou seja, uma concepção que enfatiza a importância do trabalho manual como método. Neste relato Montojos destaca que o norte da Europa, EUA e mais tardiamente o sul da Europa foram os vetores desse movimento. Interessante notar como ainda na segunda metade do século XIX os acontecimentos pioneiros em educação já começam a ocorrer fora da Europa, principalmente nos EUA.

Montojos salienta um argumento do filósofo francês Gustave Le Bon acerca do preconceito contra o trabalho manual:

A causa principal da nossa antipatia pelo trabalho manual e por tudo que com ele se pareça não é tanto pelo esforço que aquele requer como pelo desprezo que inspira. Este sentimento é um dos que mais têm precipitado a nossa atual decadência industrial e econômica. Entre os latinos, o mais ínfimo clérigo, o mais humilde empregado, o mais modesto professor se julgam de casta superior a de um industrial ou de um artífice, embora estes ganhem mais e executem trabalhos que exigem mais inteligência. (MONTOJOS, 1949, p. 8, grifo nosso).

Le Bon era francês e Montojos estava buscando nele referências para a defesa da educação da e pelas mãos, da educação pelos trabalhos manuais visando à "autoeducação". Interessa salientar as expressões do escárnio pelas atividades manuais: antipatia, desprezo, inferioridade.

Montojos destaca o quanto a crítica de Le Bon seria apropriada ao Brasil, "[...] onde impera ainda, o preconceito hereditário de descendentes de senhores e a revolta radical dos filhos e netos de escravos contra o trabalho manual." (MONTOJOS, 1949, p. 8). Essa antipatia pelas mãos e pelos trabalhos manuais tornava difícil a missão dos dirigentes e educadores de criar a cultura laboral e técnica necessária ao crescimento industrial e econômico do país.

Em uma sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos, "[...] essa característica 'contaminava' todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou utilização das mãos." (CUNHA, 2005c, p. 16).

Em seus argumentos sobre a importância do trabalho manual na educação dos novos, Montojos aborda o tema "brinquedo" como meio de desenvolvimento intelectual, uma forma de aprendizagem baseada na evolução afetiva da criança, ou seja, por meio de seu interesse natural. Para isto, utiliza interlocutores como Rousseau, que, segundo Montojos, "[...] aconselhava o trabalho manual como o único capaz de tornar o homem independente." (MONTOJOS, 1949, p. 8). Cita também Braunschwing ¹²¹, que considera que "[...] o brinquedo do ponto de vista biológico e social se nos aparece como um fato importante que permite classificar os seres na hierarquia das espécies." (MONTOJOS, 1949, p. 8). Ou seja, o brinquedo humano expressando a diferença qualitativa entre homens e animais. Por fim, cita um dos pioneiros da pedagogia ativa, Adolphe Ferrière, que "[...] tece interessantes conceitos sobre o brinquedo que envolve a ideia do divertimento e liberdade absoluta e a de trabalho que abrange a de utilidade e coação." (MONTOJOS, 1949, p. 9).

Montojos salienta que o brinquedo estimula a curiosidade, a iniciativa, a imaginação, a invenção e tem um papel importante no desenvolvimento infantil. Montojos justifica essa ênfase com uma frase de Herbert Spencer¹²², que "[...] afirma que qualquer coisa, por mínima que seja, tem algum valor desde que nos prenda a atenção." (MONTOJOS, 1949, p. 9). Segundo Montojos (1949, p. 9, grifo nosso):

Todas essas opiniões invocadas vêm em abono do papel importantíssimo que essa coisa aparentemente simplíssima, como dissemos - o brinquedo - atingiu na moderna pedagogia, a ponto de merecer que se criem doutrinas a seu respeito e se façam consequentes críticas e comentos em páginas e, até, em livros notáveis. [...] A verdade indisputável é que o "brinquedo-brinquedo" ou o "brinquedo-trabalho" são como que o vestíbulo ao preparo integral do homem.

O preparo integral do homem foi bandeira de Montojos durante sua atuação na educação. E a ênfase na atenção revela sintonia com o pensamento de John Locke¹²³, que era empirista, que acreditava que a origem do conhecimento estava nos sentidos, daí a definição

¹²² Herbert Spencer (1820-1903) foi um filósofo inglês (FERRARI, 2008).

¹²¹ Marcel Braunschwig, educador alemão.

¹²³ John Locke (Inglaterra 29/08/1632 – 28/10/1704) foi um importante filósofo inglês, considerado um dos líderes da doutrina filosófica conhecida como empirismo e um dos ideólogos do liberalismo e do iluminismo. Locke teve uma vida voltada para o pensamento político e desenvolvimento intelectual. Estudou Filosofia, Medicina e Ciências Naturais na Universidade de Oxford. Foi também professor desta Universidade, onde lecionou grego, filosofia e retórica (SUA PESQUISA).

de atenção, concentração dos sentidos num foco: "[...] todas as ideias seriam originadas da experiência, resumida às impressões sensoriais recebidas do mundo e ao processamento intelectual das ideias geradas pelos sentidos" (MOREIRA, 2016, p. 158). Essa ênfase de Montojos também remonta às ideias de Rousseau que em seu método educacional valoriza o desenvolvimento da criança, levando em consideração a temporalidade e sua necessidade de aprendizagem, atendendo ao desenvolvimento sensorial, mental e moral (LORENZON; JORGE, 2011).

A abordagem do brinquedo como recurso didático é encerrada com uma referência a Leonardo da Vinci, "gigante da mentalidade universal", que tinha como "[...] uma das maiores distrações fazer brinquedos munidos de molas e engrenagens, que o seu gênio ia criando em horas de lazer." (MONTOJOS, 1949, p. 10).

Por fim, Montojos enseja que os presentes no Congresso da Criança tenham conseguido ver e sentir, "[...] com cérebro e o coração, o valor do trabalho manual na educação de todos, seja do ponto de vista físico, intelectual e, também, moral." (MONTOJOS, 1949, p. 23).

A apresentação é concluída com uma citação do anglo-americano William James¹²⁴ onde os principais pontos ressaltados por Montojos são abordados:

O mais grandioso progresso obtido, durante os últimos anos, na educação, é devido à instituição de escolas para os trabalhos manuais, não porque com elas se produzem pessoas mais destras, [...] senão porque se formarão cidadãos de uma fibra intelectual muito distinta. O trabalho do laboratório e o das oficinas incutem tais hábitos de observação, tal conhecimento da diferença que existe entre a precisão e a indeterminação, e tal idéia da complexidade da natureza e da insuficiência de todas as definições verbais abstratas dos fenômenos da realidade, que uma só vez adquirida pela mente, esta a conservará por toda a vida. Com o trabalho manual se consegue a precisão [...] Isso, ademais, infunde honradez, porque, quando vos expressais por meio de algo material, isto é, sem auxílio da palavra, não podeis dissimular vossa confusão ou ignorância com ambiguidades. Outrossim, os trabalhos manuais produzem hábitos de confiança própria, mantêm, continuamente, despertos o interesse e a atenção, reduzindo ao mínimo as funções disciplinares do que ensina. (MONTOJOS, 1949, p. 24, grifo nosso).

Nessa explanação sobre a pedagogia do brinquedo Montojos fez um discurso finamente sintonizado com o ideário escolanovista de uma educação ativa e articulada com o trabalho.

_

¹²⁴ William James (1842-1910) nasceu em Nova York, EUA. Foi um filósofo, educador e importante psicólogo sendo um dos criadores da escola filosófica conhecida como "pragmatismo" e um dos pioneiros da "Psicologia Funcional" (PORTO, 2003-2019).

3.1.2 Sobre a constituição e instituição do sistema nacional de ensino industrial

No livro já citado, há um texto que é um resumo de uma exposição realizada por Montojos no auditório do MESP, na sessão inaugural da "II Reunião de Diretores do Ensino Industrial", ocorrida na cidade do Rio de Janeiro nos meses de janeiro e fevereiro de 1947. Era a primeira atividade efetiva da CBAI, sob a direção de Francisco Montojos.

Nessa sessão inaugural Montojos esteve mais uma vez envolvido diretamente com figuras da educação no país, confirmando que ele se sociabilizava com importantes intelectuais da época. Esta reunião foi promovida pela CBAI, oportunizada por Francisco Montojos, enquanto seu superintendente, como forma de dar prosseguimento às questões levantadas na I Reunião de Diretores de Escolas Industriais e Técnicas, ocorrida em janeiro de 1943.

Naquela ocasião, a reunião havia sido promovida por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde juntamente com Francisco Montojos, na posição de Diretor do Ensino Industrial. Conforme Fonseca (1961), este evento de 1943 foi uma iniciativa que representou algo que até aquele momento era inédito na história do ensino industrial no Brasil, mas que se fazia necessário em virtude de "[...] diversas questões pedagógicas e administrativas surgidas com a promulgação da Lei Orgânica." (FONSECA, 1961, p. 278).

Montojos contribuía, assim, para que o ensino industrial avançasse da etapa de sua constituição para a sua efetiva instituição, ou seja, para que o projetado na forma de lei entrasse para a esfera da existência. E é com esta finalidade que a II Reunião de Diretores ocorrida em 1947 foi convocada.

Montojos se mostrava atento às mudanças ocorridas no âmbito da educação e procurava antever aos acontecimentos da época, buscando sempre que possível, colocar em prática as exigências legais que estavam em vigor, ao mesmo tempo em que propunha alternativas de melhorias às leis existentes, como poderá ser verificado a diante.

No evento, Montojos pôde trabalhar com os intelectuais de sua geração. Na solenidade de abertura, presidida pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, Montojos dividiu a mesa com Lourenço Filho, diretor do Departamento Nacional de Educação; João Luderitz, diretor do Departamento Nacional do SENAI; professor Mário de Brito, que fez a leitura de uma exposição de John Griffing 125 - representante especial da Inter-American Foundation, que não pôde comparecer ao evento. Francisco Montojos, Diretor do Ensino

¹²⁵ O texto de John Griffing discorria acerca do programa de cooperação brasileiro-norte-americana no campo do ensino industrial.

Industrial fez um discurso representando a CBAI (GRIFFING, 1947; INSTALOU-SE..., 1947; MONTOJOS, 1947).

Esta reunião contou com a participação dos representantes de estabelecimentos de ensino da rede federal, estaduais e de escolas reconhecidas e equiparadas, sendo que, na solenidade de abertura estavam presentes também, técnicos, professores e estudantes (INSTALADA..., 1947). A pompa do evento permite entender a abrangência das ações preconizadas pela CBAI.



Foto 7 - Diretores de Estabelecimento de Ensino Industrial

Fonte: CBAI, 1947

Em seu pronunciamento Montojos falou sobre como seria organizada a II reunião de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Industrial, bem como, o seu objetivo. Apresentou o plano geral de trabalhos que a CBAI definiu para ser cumprido entre o MESP e a Inter-American Education Foundation até junho de 1948, destacando, dentre as atividades que compunham o plano, as seguintes ações:

[...] aperfeiçoamento de professores, pessoal técnico e diretores de escolas de ensino industrial; levantamento e análise das maiores necessidades de nossas escolas em relação às suas instalações, equipamento, pessoal, organização de seus serviços e ajustamento de seus cursos às reais necessidades das indústrias da região a que servem, aperfeiçoamento dos processos de administração e supervisão escolar; melhoria das normas utilizadas na organização e direção das oficinas e, ainda, coleta de material e cooperação no planejamento e análise dos resultados das atividades das escolas técnicas e industriais da rede federal. (MONTOJOS, 1949, p. 55).

A realização desta reunião poderia, segundo Montojos (1947), colocar em prática, ao mesmo tempo, todas as ações definidas para a CBAI, posto os objetivos apresentados para este evento. Entre os objetivos constavam: estabelecer normas para a orientação do ensino

industrial bem como firmar medidas uniformes para a administração escolar, de tal modo que o ensino industrial fosse capaz de proporcionar um aprendizado seguro, fornecendo ao aprendiz conhecimentos necessário para conseguir trabalho, conservar-se em seu emprego e nele progredir (GRIFFING, 1947; INSTALADA..., 1947; MONTOJOS, 1947)

A reunião "[...] seria um curso de aperfeiçoamento de diretores de escolas de ensino industrial; seria um meio de se colher rico material sobre a situação das diferentes escolas e localidades onde estão situadas, [...]" (MONTOJOS, 1949, p. 55). Ou seja, era uma oportunidade de conhecer a situação das instituições de ensino, analisar a eficiência do ensino e confrontar resultados, possibilitando assim à administração central ter o conhecimento de informações importante acerca das escolas e seu campo de atuação. Com o diagnóstico seria mais fácil efetuar um planejamento para o ano de 1947, com base nas necessidades reais de cada escola e Montojos teria insumos suficientes para conduzir seu trabalho.

A reunião ocorreu sob forma de seminários, cada qual conduzido por especialistas experientes, brasileiros e anglo-americanos, "[...] que, depois de exporem pontos de vista e problemas, encaminharão as discussões e orientarão os debates." (MONTOJOS, 1949, p. 56).

Dentre os temas previstos e seus respectivos condutores, pode-se destacar, "Mercado de Trabalho" que ficou sob a responsabilidade do Engenheiro Roberto Monge; "Orientação Educacional", sob a responsabilidade de Lourenço Filho e "Problemas de administração geral" sob a responsabilidade do próprio Francisco Montojos (MONTOJOS, 1947). A parte da tarde foi destinada a realização de trabalhos práticos nas oficinas da Escola Técnica Nacional e visita a indústrias locais (MONTOJOS, 1949, p. 56).



Foto 8 - Francisco Montojos discutindo os muitos problemas de um diretor escolar

Fonte: CBAI, 1947

Em suma, conforme Montojos (1947), com todas estas atividades se pretendia que a direção e técnicos da CBAI, bem como a Diretoria do Ensino Industrial atingissem os objetivos já pontuados¹²⁶. Interessante notar como a pauta do evento sinalizava para ações voltadas para a instituição de um sistema nacional de educação profissional, tendo como referência o ensino industrial.

Para Montojos, esta reunião teve um significado particular, pois ele acreditava na relevância do papel do diretor de estabelecimento de ensino. Segundo ele, é o diretor que imprime o caráter a uma instituição e vitaliza suas atividades, fazendo vivo o espírito educativo. Montojos reforça ainda que o diretor precisa ser um líder e sua tarefa é servir, devendo ele ser:

[...] orientador e companheiro dos professores, que devem ver nele uma pessoa mais experimentada, sempre pronta a servir [...]. Quer como agente do poder público juntos às comunidades, quer como representante da sociedade na tarefa ingente de orientar a educação das novas gerações e a formação da mentalidade técnica do país, quer ainda como chefe de uma empresa que dirige e administra, a tarefa do diretor é servir. Servir aos alunos, servir ao pessoal técnico e administrativo da escola, servir ao público em geral. (MONTOJOS, 1949, p. 58).

Montojos termina sua exposição ressaltando a importância da participação dos diretores das escolas estaduais e particulares nestas reuniões de estudo.

3.2 Parte 2 - Princípios e práticas no ensino industrial

Outro conjunto de textos do livro "Ensino Industrial" é intitulado "Princípios e práticas no ensino industrial" e corresponde a uma sequência de oito artigos de autoria de Montojos publicados no Boletim da CBI entre os anos de 1947 e 1948, nos quais expõe algumas de suas ideias acerca do ensino profissional.

Enquanto Diretor do Ensino Industrial e Superintendente da CBAI Montojos realizou várias visitas técnicas aos estabelecimentos de ensino industrial situados nos estados do

_

¹²⁶ Além dos objetivos pontuados pretendia-se com este evento: assegurar unidade de orientação e diretrizes nas escolas do país, iniciar o levantamento de dados para a organização de um plano de melhoria dos equipamentos e materiais didáticos das escolas federais, pois parte dos recursos ficariam sob responsabilidade da CBAI; propiciar que os diretores das escolas se conheçam e assim intensifiquem a troca de informações e experiência; dar conhecimento aos diretores das técnicas e processos existentes nas grandes organizações industriais do país; despertar o interesse dos industriais e públicos em geral para os problemas do ensino industrial e sendo este encontro positivo, servir de modelo para outros eventos como este (MONTOJOS, 1949).

Brasil. Estas visitas faziam parte de sua rotina de trabalho e lhe traziam satisfação, conforme percebido em seus textos.

Em cada uma dessas viagens de inspeção, Montojos buscava perceber a rotina das escolas, a atuação dos diretores destes estabelecimentos e as ações de destaque realizadas que pudessem ser compartilhadas. Uma das percepções de Montojos durante suas visitas foi em relação a preocupação, por parte de alguns diretores das escolas, em desenvolver atividades extraclasse.

Como Montojos coletava rico material em suas visitas de inspetoria aos estabelecimentos de ensino industrial, resolveu por abrir espaço no Boletim da CBAI, cuja publicação era mensal, para compartilhar as melhores ideias que estavam sendo praticadas nestas escolas. Esta seção do boletim tinha como título "Notas e Sugestões", que seriam destinadas aos administradores e professores das escolas de ensino industrial, com o intuito de "[...] orientar ideias e discutir problemas práticos de administração escolar, de manejo de classe e de oficina escolar." (MONTOJOS, 1947, p. 14).

Para facilitar ainda mais a divulgação de melhores práticas, Montojos solicitou, no Boletim da CBAI de Outubro de 1947, que os administradores e professores enviassem, em breves textos, os problemas vivenciados em suas escolas e as soluções utilizadas. Estas ideias poderiam ser aproveitadas por outros estabelecimentos que porventura estivessem com os mesmos problemas.

Na primeira divulgação desta seção de "Notas e Sugestões" Montojos apresentou suas próprias observações resultantes de suas viagens de inspeção, com os seguintes títulos: "Estudo orientado", "Atividades extraclasse", "Hábitos de higiene" e "A escola e seus diplomados".

3.2.1 Sobre estudos orientados

Montojos era ciente da dupla precariedade da educação pública brasileira, assim como da educação profissional. Uma precariedade, a mais óbvia, era o reduzido número de unidades escolares; a outra precariedade estava a qualidade do ensino. Montojos atuava nas duas frentes. Por um lado cuidava da expansão da rede física de escolas profissionalizantes, por outro, investia no aprimoramento dos quadros da gestão e, em especial, da docência, tendo em vista a melhoria do rendimento educacional.

Segundo Montojos (1949), ao analisar o rendimento do ensino industrial, em especial no tocante aos temas de cultura geral dentro do ensino industrial, era perceptível que os resultados eram insatisfatórios. Esta conclusão não era atribuída a incompetência dos professores em ensinar ou à dificuldade dos alunos em aprender. Em seu texto, Montojos pontua:

Considero erro e erro grave o que, com tristeza, tenho ouvido dizer: "ao operário ou técnico não fazem falta conhecimentos de português, geografia e história do Brasil..." De alguns, tenho ouvido dizer: "menos português ou menos geografia e mais ajustagem ou mais fundição." (MONTOJOS, 1949, p. 59).

Enquanto Montojos defendia uma educação integral que deveria contemplar a cultura geral com a formação profissional, ainda havia os que defendiam uma formação especificamente técnica. De acordo com Vasconcelos (2015, p. 85) "Cultura geral e especialização profissional devem completar-se, entreajudar-se, esclarecer-se mutuamente, e não opor-se uma à outra, como antagônicas ou alternativas." Dentro do conceito da escola nova, esta deveria ser a forma de pensar a educação, o que vai ao encontro daquilo preconizado por Montojos, mostrando sua sintonia com este movimento que estava em voga no país à época. Vasconcelos (2015) ressalta que ao possuir a cultura geral, o profissional "[...] do ponto de vista técnico ele ganha em mestria, flexibilidade, engenho, capacidades de atenção e reflexão, conhecimentos variados que aumentam as suas faculdades criativas e meios de trabalho." (VASCONCELOS, 2015, p. 85).

Montojos (1949) criticava os métodos de educação que restringia o conteúdo programático a ser ensinado aos alunos. Defendia uma educação integral em contraposição a uma educação meramente instrumental e emergencial que as pressões da época impunham. A educação integral não era de interesse e tampouco responsabilidade da classe econômica e industrial, que não concebiam projetos pedagógicos que não estivem diretamente relacionados às suas necessidades, que era a formação de profissionais qualificados, com competências técnicas para desempenhar sua função na indústria.

Montojos mantém uma linearidade em suas falas na defesa de uma educação integral, acessiva e inclusiva. A educação integral perseguida por Montojos pode ser traduzida pela explicação trazida por Vasconcelos (2015, p.86):

[...] não é apenas do ponto de vista técnico que a cultura geral é necessária para o enriquecimento da inteligência e da profissão do trabalhador, é-o

também do ponto de vista humano, pois, sob pena de se tornar uma simples engrenagem de uma máquina sem coração e sem pensamento, nada do que pertença aos outros homens lhe deve ser estranho. A cultura geral dirige-se ao espírito, fonte de toda a atividade. Ela permite ao trabalhador tomar consciência do papel social do trabalho, garante que o profissional sente o alcance da sua atividade no seio da vida humana, enquanto o esforço analítico, particularista, de uma especialidade exclusiva tende a isolá-lo.

Em seu texto, Montojos (1949) deixa claro que não se deve perder de vistas a preocupação essencial do ensino industrial. Salienta que um dos princípios fundamentais é a formação da juventude, ou seja, "[...] acentuar e elevar o valor humano do trabalhador" (p. 59). Montojos (1949) defendia que o currículo de toda formação profissional deve abranger disciplinas de cultura geral e práticas educativas, tendo todas as disciplinas a mesma importância, o mesmo tratamento, visto que a rotina nas oficinas exige conhecimentos de ordem geral para explicação de problemas que possam surgir.

No tocante ao rendimento escolar, Montojos apresenta também sua preocupação quanto à qualidade do tempo de estudo dos alunos do ensino industrial. Sua defesa é de que os professores deveriam estabelecer atividades para os alunos, ao passo que, estes deveriam mostrar dedicação ao estudo: "Para que se obtenha melhor rendimento do ensino, precisamos fazer com que nossos alunos estudem. Para isso haverá necessidade de se darem tarefas ou deveres aos alunos." (MONTOJOS, 1949, p. 59).

Com sua visão sistêmica e levando em consideração que as maiorias dos indivíduos destes cursos não dispunham de condições de contratarem professores particulares para lhes ajudar na lacuna que porventura a escola pudesse deixar, Montojos (1949) sugere que deveria ficar a cargo dos professores prestarem o apoio que os alunos necessitassem para melhor aprender. "Deverá, pois, cada escola organizar o estudo orientado, que será feito sob a responsabilidade de professores e durante o dia escolar." (MONTOJOS, 1949, p. 60). Logo, esta também teria de ser uma obrigação das escolas "[...] ao mesmo tempo em que a escola exige que o aluno apresente deveres, dá-lhe possibilidades para executá-los no próprio recinto escolar" (MONTOJOS, 1949, p. 59). Interessante notar que todas as indicações de Montojos (industrialização da escola, estudos orientados, trabalhos manuais) têm como referência uma escola de tempo integral.

Esta argumentação acerca da necessidade de adequação das condições de ensino às condições impostas pela época é percebida nos discursos de Montojos (1949, p. 60): "Se dermos, pois, a atividades como as acima apontadas o tratamento devido sem descurar, contudo, das matérias do currículo propriamente dito, estaremos dando à escola sua

verdadeira finalidade: formar jovens úteis ao país e à sociedade." Montojos (1949) não separava o operário do cidadão: por isso educação profissional tinha que ser também educação para a cidadania, assim como a cultura geral agregava valores e eficácia à cultura técnica e operária. Vale registrar a atenção de Montojos em garantir uma unidade nacional no tocante tanto às finalidades quanto aos métodos do ensino industrial. Tal preocupação com a unidade também expressa o sentido da atuação de Montojos no sentido da instituição do sistema nacional de ensino industrial.

3.2.2 Sobre atividade extraclasse

Com a nota "atividades extraclasse", Montojos reitera a importância já expressada por ele no artigo "Estudo Orientado", que é de dar atenção aos alunos e assegurar sua aprendizagem de modo a atender a finalidade do ensino que é formar jovens úteis ao país e à sociedade.

Essa ênfase na aprendizagem como referência para a condução do ensino demonstra o pertencimento de Montojos à geração escolanovista. Vale lembrar que uma das interlocuções de Montojos, nesse próprio seminário, era com Lourenço Filho, o educador que fez circular no Brasil a psicologia da aprendizagem de matriz anglo-americana e foi um dos signatários do "Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova". Outro escolanovista presente nesse seminário era Roberto Mange, o engenheiro suíço naturalizado brasileiro, que só não constou como signatário do manifesto por ser estrangeiro ainda não naturalizado à época. Conforme Montojos,

[...] é preciso que se obtenha o maior resultado da longa permanência do aluno na escola. [...]. Considerando-se que a função da escola <u>não é apenas instruir, mas educar</u>, é de grande vantagem que se tire desse tempo o maior proveito para o nosso aluno. Sabemos perfeitamente que isso não é tarefa fácil, pois o seu êxito depende de um grande número de fatores dentre os quais se destaca a sincera colaboração de todos os que trabalham na escola, sejam professores, sejam funcionários administrativos. (MONTOJOS, 1949, p. 60, grifo nosso).

Ou seja, o papel da escola não deve se limiar a transmitir conhecimentos, ensinando o aluno a fazer algo, ela deve se preocupar em desenvolver no aluno suas capacidades físicas, morais, intelectuais e sociais. Mais uma vez Montojos ressalta a educação integral e os princípios da escola nova.

Nesta passagem, de novo Montojos destaca o importante papel do diretor da escola, trazendo orientações quanto ao seu modo de atuação e postura enquanto ocupante desta posição. Esta influência do diretor no sistema educativo também provém dos ideias da Escola Nova. Montojos não via o diretor como uma figura do controle, mas da mobilização e da integração da unidade de ensino industrial:

[...] por maior que sejam sua boa vontade e sua capacidade, não poderá, sozinho, empreender essa tarefa. Assim, será de toda a conveniência que ele obtenha a cooperação de todos os que trabalham no estabelecimento, no sentido do melhor aproveitamento do tempo que o aluno passar na escola. (MONTOJOS, 1949, p. 60).

A sugestão de Montojos como forma de facilitar os trabalhos nas escolas era a organização de "[...] comissões de professores e alunos para o fim de estudarem e planejarem as atividades educacionais mais adequadas ao meio, aos alunos e aos interesses do próprio ensino" (MONTOJOS, 1949, p.60). A atividade extraclasse seria uma assistência e orientação a cada um dos alunos.

Montojos (1947) sugeria comissões de atividades artísticas, sociais, desportivas, literárias e técnicas, como forma de aproveitar melhor as horas diárias que os alunos ficavam na escola. Cada uma destas comissões ficaria sob a responsabilidade de um professor que prestaria orientação aos alunos e responderia junto à direção da escola. Estes diretores deveriam, sempre que possível, acompanhar de perto o desenvolvimento destes trabalhos. É possível notar nessa intervenção, a perspectiva de que a unidade de ensino industrial tivesse um diretor que não se distanciasse da tarefa educativa ou das práticas educativas. É como se o diretor fosse um coordenador de projetos pedagógicos integradores que permitissem os aprendizes experiências situadas além do território das disciplinas escolares.

Montojos (1947) cita o desenvolvimento, em algumas escolas, de ações nesse sentido e ressalta seus excelentes resultados. Conclui que, se bem feitas e bem aproveitadas, estas atividades teriam reflexo também no âmbito disciplinar, "[...] pois é sabido que aluno ocupado é aluno disciplinado." (MONTOJOS, 1949, p.61). A disciplina aparece como um tema de valor para Montojos.

3.2.3 Sobre hábitos de higiene

O tema hábitos de higiene teve relevância nos escritos de Montojos e era um assunto recorrente naquela época: tempo de higienismo. O higienismo é um movimento que surge no século XIX, na Europa, em decorrência da expansão precária dos centros urbanos e do surgimento de doenças e epidemias provenientes das condições sanitárias e da falta de práticas higiênicas por parte das pessoas. O higienismo tornou-se uma política de saúde pública que repercutiu no Brasil das décadas iniciais do século XX, em decorrência da urbanização. Exemplo típico dessas campanhas higienistas é a figura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato.

Conforme Montojos (1947, p.61) "A maioria dos alunos do ensino industrial, pelas suas condições econômicas, não tem certos hábitos de higiene". Montojos defendia que a escola se prestasse em desenvolver tais hábitos nos alunos. Em sua escrita, é possível perceber que Montojos se atentava ao modo com que a orientação para estes hábitos de higiene seriam repassadas aos alunos, apresentando, assim, seu lado empático: "É preciso que as providências tenham caráter eminentemente educativo e por isso mesmo não devem constranger e, deprimir os alunos." (MONTOJOS, 1949, p. 61).

Uma escola citada por Montojos como um exemplo de execução destas orientações quanto aos hábitos de higiene é a Escola Industrial de Belém. Esta percepção foi verificada por ele *in loco*, onde o trabalho educativo envolvia professores e o médico da escola. Neste texto, é possível perceber a importância que Montojos dava à estética: "É um prazer para quem visita um estabelecimento de ensino encontrar os alunos bem uniformizados e tendo bem cuidados os cabelos, os dentes, as unhas, os sapatos." (MONTOJOS, 1949, p. 61).

Em sua visita a Escola Industrial de Belém, Montojos ficou intrigado com o fato dos alunos estarem por demais preocupados com a conservação dos seus sapatos, o que o levou a indagar sobre a motivação para isto, momento em que teve "a explicação de que lá havia **revista**, uma vez por semana." (MONTOJOS, 1949, p. 61, grifo do autor). Montojos ainda ressalta: "[...] o fato pareceu-me interessante, porque obriga o aluno à aquisição de hábitos de higiene, esforçando-se cada qual, como é natural, [...] ao cuidado com sua pessoa." (MONTOJOS, 1949, p. 62).

De acordo com Montojos (1949), estes hábitos influenciam na saúde e, sendo incorporados à vida do aluno, consequentemente serão repassados aos seus familiares. Este aspecto básico, segundo Montojos, colabora para a preparação de jovens úteis à sociedade, reforçando o papel da escola de formar jovens aptos para o trabalho e à vivência em sociedade.

3.2.4 Sobre os egressos do ensino industrial

Em seu texto "A escola e seus diplomados" Montojos aborda que: "[...] a ação da Escola não se deve limitar aos alunos matriculados. É preciso que se não perca o contato com o ex-aluno, após haver ele concluído o curso." (MONTOJOS, 1949, p. 62). Segundo ele, a instituição de ensino deve se preocupar com a formação que trará resultado após a saída do aluno da escola, ou seja, ele aborda a extensão da atuação da escola.

Montojos sugere que cada escola tenha um registro dos alunos formados e de suas atividades profissionais e inclua, além disto, o comportamento deste ex-aluno na sociedade: "É preciso que a escola esteja sempre aberta a todos os seus ex-alunos, os quais deverão recorrer a ela sempre que tiverem necessidade de resolver qualquer dificuldade." (MONTOJOS, 1949, p. 62). Ou seja, Montojos propõe uma escola ativa, que consiga perceber se suas ações trouxerem resultados efetivos, se seus cursos estão atendendo a contento, se está havendo inserção profissional.

Este registro sugerido por Montojos sobre os dados acerca dos ex-alunos seria utilizado como base para orientação aos novos alunos e aos candidatos aos cursos. Este relatório seria também uma forma da escola identificar sua influência na comunidade e saber até que ponto está correspondendo à sua finalidade que é "[...] atender às necessidades da indústria." (MONTOJOS, 1949, p. 62). Estes registros, segundo Montojos, poderiam servir "[...] para corrigir eventuais falhas dos métodos e processos de ensino." (MONTOJOS, 1949, p. 62).

Montojos descreveu após sua visita à Escola Técnica de Salvador, que teve a oportunidade de "[...] ler algumas cartas de empregadores em resposta a ofício do diretor daquele estabelecimento, fazendo boas referências a ex-alunos seus operários." (MONTOJOS, 1949, p. 62). Segundo ele, estas cartas eram positivas e diziam respeito aos conhecimentos do ofício e à conduta dos trabalhadores. Nesse aspecto, Montojos revela a amplitude da tarefa formativa que ele atribuía ao ensino industrial. Além da habilidade técnica o trabalho industrial exigia capacidades para lidar com a hierarquia, com a gerência e com o cronômetro. Nessa época, além dos princípios tayloristas, as referências fordistas começavam a circular no Brasil. Um dos centros de irradiação dessas ideias era o IDORT, criado nos anos 1930, em São Paulo, e do qual participava Francisco Montojos.

3.2.5 Sobre planejamento e trabalhos eficientes

No artigo intitulado "Planejamento e trabalhos eficientes" Montojos traz orientações aos administradores das escolas acerca da importância do planejamento. Ele ressalta também aspectos de organização e análise, de modo a contribuir com eles, de maneira especial, na elaboração de um orçamento objetivo e claro.

Montojos (1949) observa, num cenário com verbas limitadas, que as escolas teriam que ser eficientes, ou seja, aproveitar da melhor forma os recursos existentes. Frente aos objetivos, desafios e demanda de trabalho a serem desenvolvidas no âmbito da educação profissional, as escolas tinham que "[...] fazer o máximo com o mínimo." (MONTOJOS, 1949, p. 64). E para isto o planejamento era essencial.

Segundo Montojos, o planejamento garante "o bom êxito de uma iniciativa", além de "[...] prevenir insucessos, que tanto desvalorizam o trabalho e desprestigiam a organização." (MONTOJOS, 1949, p. 63), seja no âmbito escolar ou para atingir os objetivos de qualquer organização e no desenvolvimento de qualquer trabalho.

Montojos se preocupava em transformar as unidades de ensino industrial em organizações com padrão, de modo a espelhar o método industrial de trabalhar. Salientava, com pesar que, "[...] o trabalho em nossas Escolas, de um modo geral, ainda se faz ao sabor das circunstâncias do momento." (MONTOJOS, 1949, p. 63), enquanto deveria se organizar de maneira estruturada, com planejamento, cumprindo e acompanhando os resultados das ações planejadas. Segundo Montojos (1949, p. 63) "[...] sobretudo, pelos processos de trabalho a que são sujeitas, dada a natureza de suas atividades, a necessidade do planejamento é ainda mais premente".

Montojos (1949) cita alguns exemplos práticos de atividades que requerem um planejamento nos estabelecimentos de ensino: estruturação de curso, preparação de aula, estruturação de uma oficina; organização de uma solenidade, realização de uma excursão ou mesmo programar medidas de caráter administrativo. Estes exemplos foram postos em virtude de suas visitas técnicas às escolas em diversos locais do país: "Percebe-se, até mesmo nas mais simples iniciativas, a insegurança com que programam as Escolas seu trabalho. E seria estendermo-nos demais apontar aqui, um por um, os pontos fracos desse sistema de trabalho." (MONTOJOS, 1949, p. 63).

Como o intuito de colaborar com as instituições de ensino, ao fazer suas considerações Montojos se colocava como parte do problema e um dos responsáveis para fazer acontecer o planejamento nas diversas escolas. Para isso fazia alusão às propostas de orçamento, que seriam um programa-base deste trabalho, visto que, não se percebia nos orçamentos recebidos por ele tal estruturação, onde

[...] formulam-se pedidos imprecisos de dotações, às vezes, mesmo, completamente destituídos de bom-senso. As consequências dessa imprevisão vão senti-las as próprias escolas no decorrer do exercício, quando não conseguem levar a cabo esta ou aquela iniciativa, ora por falta de utensílios, ora por falta de matéria prima, ora por falta de pessoal. E então sucedem-se os pedidos de 'suplementação de verbas' tão prejudicial essa à nossa política financeira e de tão poucos beneficios para o nosso trabalho, pelos demorados processos burocráticos por que se rege. (MONTOJOS, 1949, p. 63).

Montojos enfatiza três aspectos a serem levados em consideração no momento de fazer a proposta orçamentária quanto ao "planejamento das atividades escolares: o *que se fez*, o *que se faz* e o *que se deverá fazer*" (MONTOJOS, 1949, p. 64, grifo do autor), de modo a garantir financeiramente que os objetivos propostos sejam alcançados. O intuito de Montojos era apresentar fatos e dados quanto ao que é solicitado ao invés de justificativas inconsistentes.

Montojos (1949) buscava deixar claro o objetivo das instituições de ensino que deveriam prover e garantir uma eficiente aprendizagem e sólida educação ao aluno, e para isto um planejamento consistente era essencial.

3.2.6 Sobre a função social do ensino industrial

Montojos dedica um artigo, intitulado "O ensino industrial e sua função social", à discussão da posição do ensino industrial perante a sociedade e dentro do próprio sistema educacional do país: "A situação do ensino industrial no sistema educacional do Brasil ainda não está bem compreendida por muita gente, não obstante o tempo de vigência - seis anos - da lei orgânica desse ramo de ensino." (MONTOJOS, 1949, p. 64).

A referida lei é citada porque esperava-se que, a partir dela, o ensino industrial deixasse de ser o ramo menosprezado da educação, visto que, este passou do grau elementar para o secundário, subindo assim de nível em sua categoria. De acordo com Fonseca (1961):

A filosofia que lhe era peculiar e que o acompanhava havia séculos, destinando-o aos pobres, deserdados da sorte, evoluiu, transformando-o num imenso campo de atividades aberto a todas as camadas sociais. Os

obstáculos que impediam o acesso aos cursos superiores foram afastados, e o ensino industrial; assim, democratizado. (FONSECA, 1961, p. 280).

Esta política educacional de elevar de nível o ensino industrial e de "[...] criar cursos técnicos em paralelo ao 2º ciclo do ensino secundário, ligados aos cursos de engenharia, iria permitir uma providência que viria valorizar, ainda mais, os egressos das escolas técnicas." (FONSECA, 1961, p. 284). Entretanto, só o acúmulo de ações bem orientadas ao longo do tempo seria capaz de mudar a imagem conferida por anos à educação profissional. Neste artigo Montojos (1949, p. 64) exemplifica que, mesmo em 1948, após passados seis anos desta lei, não era raro, perceber em seu meio de atuação, "[...] professores e diretores desse ramo de ensino, pessoas que - presume-se - sejam das mais integradas no assunto", repassar o conceito de que "são as escolas de ensino industrial consideradas estabelecimentos em que se preparam operários adestrados e sem outro objetivo senão o de ministrarem conhecimentos peculiares aos ofícios." (MONTOJOS, 1949, p. 64).

Em seus posicionamentos, Montojos buscava elevar o ensino industrial a um patamar de prestígio, conforme preconizado na lei orgânica, elevando-o a "[...] uma educação completa, dada a instrução profissional, humanística e cívica de que se ocupa." (MONTOJOS, 1949, p. 65). Percebe-se de maneira clara sua defesa a este ramo de ensino, bem como, sua firmeza em criar uma nova imagem à educação profissional. Montojos (1949) destaca que o ensino profissional continha disciplinas de cultura técnica, de cultura geral e práticas educativas que garantiam a educação social dos alunos. Nas palavras de Montojos este é "[...] um ramo de ensino formativo e não informativo apenas." (MONTOJOS, 1949, p. 65).

Mais uma vez Montojos ressalta a educação integral. Em sua análise sobre a evolução do ensino industrial, ele salienta que, "[...] não é só de braços que a indústria moderna necessita, mas de inteligência, também, capazes de assegurarem trabalho organizado". Ele complementa ainda que "[...] em seu desenvolvimento, ela reclama operários conscientes e não máquinas humanas." (MONTOJOS, 1949, p. 65). Montojos argumenta ainda que,

[...] o operário que possuir razoável cultura geral e técnica produzirá melhor e mais economicamente. Assim, o ensino industrial não se preocupa exclusivamente com a formação do operário, em termos de aumentar a capacidade produtiva, mas - antes de tudo - com a formação do homem, para elevar nele o trabalhador. (MONTOJOS, 1949, p. 65, grifo nosso).

Ou seja, Montojos mais uma vez ressalta a educação integral, que consiste não apenas em formar o homem em uma profissão, mas formar o homem para a vida. Conforme

preconizado por Ferrière (1915 apud VASCONCELOS, 2015) e muitas vezes elucidado por Montojos, cultura geral junto com formação profissional.

Na construção do seu argumento, Montojos apresenta um raciocínio que o aproxima do modelo anglo-americano de educação profissional. Segundo ele, a escola industrial deve estar alinhada com as necessidades do local onde ela está instalada:

[...] o industrial não é somente uma função da vida econômica, mas uma condição essencial do seu desenvolvimento. Daí dizermos que o progresso econômico de uma região depende em grande parte de suas escolas profissionais que, formando operários e técnicos adestrados e conscientes, impulsionarão o progresso dessa região e, portanto, as condições de vida de seus habitantes. (MONTOJOS, 1949, p. 65).

Montojos reitera o caráter humanístico da formação do indivíduo trabalhador, para que ele não seja visto apenas como profissional. E esta era uma defesa perceptível em seus discursos.

3.2.7 Sobre o "Curso pedagógico e estágio na indústria"

Num artigo, publicado no Boletim da CBAI de Outubro de 1948, Montojos traz o disposto na Lei Orgânica do Ensino Industrial, mais especificamente o artigo 30, que no item IV estabelecia os requisitos para o ingresso nos cursos pedagógicos, bem como o detalhamento das modificações desta lei no que tange o curso de didática do ensino industrial e o curso de administração do ensino industrial. Vale lembrar que Montojos era o presidente da CBAI, cujo objetivo principal era formação do professor do ensino industrial, de modo a fazer do instrutor um educador.

Uma questão nesta lei apontada por Montojos, que foi alvo de críticas na época, é a exigência de estágio na indústria como condição de matrícula no curso pedagógico. Montojos utiliza o boletim da CBAI para prestar esclarecimentos quanto a esta obrigatoriedade que, segundo ele "[...] visa formar, aperfeiçoar ou especializar professores de determinadas disciplinas próprias desse ensino e administradores de serviços a esse ensino relativos." (MONTOJOS, 1949, p. 67).

Vale ressaltar que o aprimoramento técnico e pedagógico dos professores era uma preocupação forte deste intelectual, pelo que se percebe em seus discursos. Além do mais, a capacitação de professores era um ponto fraco do sistema escolar, conforme relatado pelo próprio Montojos em seus escritos. A CBAI veio preencher esta lacuna ao propiciar um

programa de aprimoramento e Montojos, na posição de superintendente, desprenderia esforços para tornar realidade esta iniciativa.

Ao esclarecer a finalidade do curso pedagógico de formação de professores do ensino industrial, Montojos pretendia facilitar a compreensão da referida lei e na sequência ele relembra os requisitos para o ingresso no curso técnico, onde era necessário que o candidato tivesse

[...] concluído o primeiro ciclo de qualquer ramo do ensino de segundo grau, isto é, industrial, agrícola, secundário, comercial ou normal. Isto quer dizer que nem todos os candidatos ao curso pedagógico terão tido 7 anos de trabalho nas oficinas das escolas. Essas práticas só terão adquirido candidatos oriundos dos cursos industriais; 3 anos apenas - e assim mesmo em alguns casos _ os saídos dos demais cursos do segundo grau, e nenhuma prática os que procederam dos cursos de engenharia ou química industrial. (MONTOJOS, 1949, p. 67).

Montojos explica os motivos para a realização deste estágio na indústria: "A exigência, pois, do estágio na indústria como condição para ingresso no curso pedagógico tem em vista impedir que se candidate ao curso de professor de determinada disciplina de cultura técnica quem dela nunca teve a menor aprendizagem prática." (MONTOJOS, 1949, p. 67).

Em seus argumentos, Montojos trata da abrangência ao dizer que, uma pessoa que conclui um curso em uma determinada profissão não poderia ficar de fora de um curso pedagógico.

Correlacionar o curso pedagógico pretendido com o curso industrial ou técnico concluído seria restringir as vocações, o que não é democrático, nem interessante, do ponto de vista técnico. O estágio na indústria, relativamente ao ofício a ensinar, remove essa dificuldade e dá as mesmas oportunidades a todos, princípio altamente democrático e de salutares resultados na educação. Além disso, para a tarefa de ensinar deve-se ter em conta a madureza do espírito do professor. A exigência de o estágio evita haver professores com apenas 18 anos de idade, o que é realmente pouco, para quem se destina à árdua tarefa de educar, isto é, formar caráter. (MONTOJOS, 1949, p. 67).

Em sua exposição, Montojos enfatiza que para educar não basta apenas saber um ofício do qual irá ensinar, precisa conhecê-lo por completo, saber suas exigências e desenvolvimento, ou seja, ser um técnico no assunto com experiência "É preciso que se tenha em vista que a tarefa de ensinar comporta menos a fixação de uma soma de conhecimentos

teóricos, do que a aquisição experimental de métodos pessoais. E isso se adquire na indústria [...]" (MONTOJOS, 1949, p. 68).

O que Montojos (1949) considerava inaceitável era a admissão de professores com formação apenas teórica e sem contato com a indústria. Segundo ele, o ensino seria prejudicado, o que afetaria o futuro do país que estava em pleno crescimento, tendo em vista a relação direta entre o ensino industrial e a economia.

Este assunto já havia sido objeto de debate no Congresso Internacional do Ensino Técnico realizado em Roma, no ano de 1936, no qual Montojos representara o Brasil. Ou seja, a defesa de Montojos estava embasada num conceito geral exposta num congresso de amplitude mundial.

A recomendação neste congresso era de que, na medida do possível, fossem recrutados professores que já possuíam experiência na indústria e a estes seriam dadas orientações de cultura pedagógica. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, Alemanha, Bélgica, Suíça, Holanda, "[...] o ingresso no magistério do ensino profissional está condicionado a um estágio na indústria, que varia de 4 a 10 anos." (MONTOJOS, 1949, p. 68).

Na medida do possível, Montojos buscava amparo na experiência dos países industrializados para buscar o que poderia ser aplicável ao Brasil, contudo, cuidava de fazer as ponderações necessárias, não copiando simplesmente o método usado por eles. Montojos (1949, p.68) reconhecia que "[...] como país novo, não pode o Brasil deixar de aproveitar a experiência de outros povos mais adiantados" e ressalta que o conhecimento real da indústria era necessário e sentindo pelo corpo de professores.

Em virtude da demanda existente, Montojos, enquanto superintendente da CBAI e Diretor do Ensino Industrial, já recomendava e estimulava o contato constante dos professores com a indústria, seja "através de estágios periódicos dos professores em oficinas de suas especialidades", seja "através de frequentes visitas desses professores" ou "por meio de 'comissões consultivas' junto às escolas compostas de professores, industriais e industriários." (MONTOJOS, 1949, p. 68). A ideia era aproximar o máximo possível o ensino com a realidade da indústria brasileira em ascensão.

Montojos reforça que, mesmo exigindo o estágio dos professores, a aproximação entre escola e indústria deve continuar a existir:

^[...] imagine-se como seria artificial, teórico e distante das reais necessidades nacionais se fôssemos admitir no magistério, docentes, sem nenhuma experiência vivida no trabalho. O ambiente e condições artificiais de

trabalho nas escolas, aliás, constitui, em todos os países, um dos mais serres problemas do ensino industrial. (MONTOJOS, 1949, p. 68).

Montojos ainda observa que esta exigência já existia para o ensino profissional de nível superior no Brasil, e cita os cursos de engenharia, medicina e direito. Nestes cursos havia a exigência de "[...] ter o candidato ao magistério exercido a profissão efetivamente por certo tempo depois de formado." (MONTOJOS, 1949, p. 68). Ou seja, o que se pretendia com o estágio é algo já consumado nos cursos superiores do país, "E isto porque o professor não é um teórico, mesmo em matérias teóricas deve ter experiência pessoal, no mínimo, tempo de meditação", e "tem de conhecer a sua matéria em função da vida e da realidade e não em função do livro, ou da opinião de autoridades." (MONTOJOS, 1949, p. 69).

Ao concluir, Montojos reforça que a "[...] experiência escolar como aluno é meia experiência só, a outra metade pertence ao seu professor. [...]. Só num indivíduo amadurecido, vivido no seu oficio, a preparação didática se faz vantajosa, prática e rendosa." (MONTOJOS, 1949, p. 69).

3.2.8 Sobre a reorganização da escola secundária

Em setembro de 1946 foi promulgada a Constituição da República que estabelecia, dentre outras questões, que a União deveria legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Segundo Fonseca (1961, p. 285) dessa "legislação [...], originar-se-ia uma política educacional aplicável a todo o território do país, a qual, entretanto, deveria traçar, apenas, as linhas gerais do problema, deixando os detalhes de execução à competência dos Estados".

Para dar prosseguimento ao que estava estabelecido na Constituição, o Ministro da Educação e Saúde Pública, Clemente Mariani, instituiu a Comissão de Estudos das Diretrizes e Bases da Educação. E neste artigo, Montojos traz uma análise sobre as ações indicadas por esta comissão, manifesta seu posicionamento, expõe suas ideias acerca do ensino secundário e faz proposições.

De acordo com Montojos (1949) esta comissão seria presidida por Lourenço Filho, Diretor Geral do Departamento Nacional da Educação e constituída por técnicos e "professores de alto valor", de forma que representem tanto os diversos ramos e graus de ensino como entidades devotadas ao seu desenvolvimento ¹²⁷. A comissão tinha como finalidade "[...] reunir e sistematizar, no mais breve prazo, os elementos de estudos que

_

¹²⁷ Art. 3º da Portaria 205, de 03 de abril de 1947.

possam interessar à elaboração de um anteprojeto de lei orgânica da educação nacional." (MONTOJOS, 1949, p.69).

O Projeto de Lei de Diretrizes e Bases apresentava dois princípios fundamentais: a flexibilidade e a descentralização. Segundo Fonseca (1961, p. 286):

Flexibilidade no sentido de articulação dos vários ramos e graus de ensino, de maneira a permitir o acesso de todas as classes sociais, desde o ensino infantil até o superior. Descentralização apresentada como um Imperativo do conhecimento elementar do processo de ensinar, que pede autonomia de métodos, e como exigência da imensa extensão territorial do país, que sugere administrações locais, seguindo o exemplo da solução política que deu ao Brasil uma organização federativa.

É sobre a flexibilidade prevista no projeto de Lei que Montojos discorre em seu artigo e escreve suas sugestões para a reorganização da escola secundária. Confiante de que comissão "procurará ouvir, dentro do possível, o maior número de pessoas interessadas patrioticamente na solução de tão importante assunto." (MONTOJOS, 1949, p. 69).

Conforme Montojos (1949), no discurso de posse no cargo de diretor geral do Departamento Nacional de Educação, Lourenço Filho, "[...] declarou que um dos problemas que serão logo atacados é o da educação técnica ou da formação da juventude para o trabalho, o que levará a considerar, a par dos já existentes, novos tipos flexíveis de cursos, inclusive no ensino secundário" (MONTOJOS, 1949, p. 69, grifo do autor). Sobre esta declaração, Montojos entende que provavelmente este será o roteiro seguido por esta comissão, o que acarretará na flexibilização dos cursos a serem recomendados.

Montojos destaca seu apoio a medida exposta por Lourenço Filho, mas pondera que a comissão precisará saber buscar o equilíbrio que tal flexibilidade possa proporcionar de modo a não causar prejuízo para o rendimento do ensino. Para isto Montojos defende que deve haver uma perfeita articulação entre os diferentes níveis de ensino e os vários ramos do ensino médio.

Outro ponto reforçado por Montojos (1949, p. 70) é a "[...] situação econômica e financeira da maioria ou quase totalidade da juventude brasileira, sobretudo a que prefere o ensino industrial", que não deve ficar de fora da discussão da comissão. E a fixação da idade limite de escolaridade obrigatória, questão de relevância. Para Montojos, a comissão deveria levar em consideração o futuro da economia e cita como exemplo a energia atômica, que exigirá trabalhadores com melhor formação intelectual e profissional.

Isto posto, Montojos coloca o seu ponto de vista de como seria a organização do ensino secundário, levando em consideração as condições do país:

As duas primeiras séries (admitindo-se que o 1º ciclo desse tipo de ensino tenha 4 séries) seriam comuns a todos os seus ramos - formação geral - industrial - comercial - agrícola – doméstico, etc., e abrangeriam matérias de cultura geral e trabalhos manuais ministrados em oficinas convenientemente aparelhadas. (MONTOJOS, 1949, p. 70).

Para a disciplina de trabalhos manuais deveriam ser levado em conta as "condições físicas, social e econômica da zona" (MONTOJOS, 1949, p. 70), dando a ele um caráter préprofissional. Montojos acrescenta que o tempo correspondente a esta matéria deveria ser no mínimo 1/4 em relação às demais. Já no curso de Formação Geral esta disciplina continuaria sendo ministrada nas 3° e 4° séries, com uma carga horária menor.

Em relação 3º e 4º séries deveria haver "[...] diversificação dos currículos, isto é, cada ramo de ensino abrangeria, além de matérias comuns, tais como, matemática, ciências naturais e sociais, etc. o ensino de disciplinas peculiares." (MONTOJOS, 1949, p. 70).

Conforme a sugestão de Montojos, haveria flexibilidade após 2 anos de escola secundária, momento este em que o aluno poderia definir sua escolha profissional. Montojos salienta que seria conveniente que "[...] o aluno matriculado na 3º ou 4º série de qualquer dos grupos possa transferir-se para a mesma série de outro ramo, mediante a prestação de exames das matérias peculiares ao ramos a que se candidate." (MONTOJOS, 1949, p. 71).

Quanto ao 2º ciclo, Montojos sugeria que continuasse especializado, porém, ao aluno deve ser permitido alterar sua escolha, "[...] isto é, passar de um ramo de ensino para outro, apenas com a prestação do exame das matérias que não tenha estudado." (MONTOJOS, 1949, p. 71). Esta alternativa, de acordo com Montojos, facilitaria a movimentação entre os cursos, permitiria ganho de tempo e consequentemente, contribuiria para o progresso do país.

Montojos propõe como uma das formas de praticar sua sugestão a inserção nas escolas da orientação educacional. Montojos (1949, p. 71) salientava que "[...] com um bom serviço de orientação educacional e profissional e com sala-ambiente para trabalhos manuais, poderemos conseguir no ensino médio um razoável rendimento escolar", tendo em vista que os alunos selecionados estariam de acordo com suas tendências e aptidões. "Será, portanto, de capital importância na vida do jovem o papel do conselheiro educacional." (MONTOJOS, 1949, p. 71).

3.3 Parte 3 - Discursos em eventos acadêmicos

Neste tópico serão analisados três discursos realizados por Montojos em eventos ou comemorações acadêmicas. Estes discursos foram destinados especialmente a professores e diretores de escolas do ensino industrial e fazem parte de um conjunto de eventos dos quais Montojos era convidado a participar e dentre os quais também há aqueles em que ele representa o Ministro da Educação Gustavo Capanema.

3.3.1 Montojos inaugura escola em Recife e em Vitória e discursa para formandas da Escola Técnica Nacional

Os três discursos de Montojos remetem aos anos de 1935, 1942, 1943, respectivamente e representam momentos distintos da vida pública de Montojos e da conjuntura do país. O primeiro discurso, intitulado "Inauguração das novas instalações da Escola de Aprendizes Artífices de Recife", foi um pronunciamento de Montojos, enquanto superintendente do Ensino Industrial, em maio de 1935 em Recife, por ocasião da inauguração das novas instalações na Escola de Aprendizes Artífices. Montojos foi à Recife com a missão de representar o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, o que demonstra a importância de Montojos no ministério e sua relação com Capanema.

O segundo discurso, intitulado "Inauguração da Escola Técnica de Vitória", de 1942, e o terceiro, intitulado "Alocução às diplomandas de 1943 da Escola Técnica Nacional", de 1943, foram pronunciados por Montojos enquanto Diretor da Divisão do Ensino Industrial, nos estado do Espírito Santo e Rio de Janeiro, nesta ordem. O segundo discurso foi uma inauguração de escola, o terceiro um discurso de paraninfo para uma turma de formandas.

Nos discursos de inaugurações das escolas, que serão primeiramente abordados, Montojos tinha a missão de representar o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, e pelos escritos percebe-se o zelo do autor para com o evento e em especial com a pessoa a quem representava. Pode-se perceber o cuidado na preparação do discurso e sua preocupação em destacar a importância do local, seja rememorando a história e sua representatividade para o país, ao legado que tais escolas deixavam para a cidade, estado e o país.

Nestes discursos Montojos fala para autoridades estaduais, municipais, professores e funcionários das escolas que estavam presentes nos eventos. O tom dos discursos é de alegria

e honra e representa o compromisso de Montojos com o cargo ocupado. Mesmo sendo os eventos realizados com quase uma década de diferença, sua linha de raciocínio se mantém, visto que, após falar do contexto histórico e de referenciar os nomes que marcaram a história do país, Montojos relata a importância daquelas instituições de ensino para o futuro do país.

Em um dos discursos Montojos rememora com tom de crítica o quanto o trabalho manual ficou relegado por muito tempo às mais baixas camadas sociais do país, em especial por sua origem na escravidão.

Como explicar-se esse odioso juízo de baixas camadas, num país, como o nosso, onde imperam até por índole da própria gente os mais francos princípios da' democracia? Tudo isso não passava de tacanhos erros de visão, que a monarquia alimentou e nos legou. (MONTOJOS, 1949, p. 139).

Todo o "odioso juízo" se mantinha ainda na época do discurso de Montojos, e de acordo com ele, "pelo imperativo do destino", o Brasil teria que adentrar na corrente da civilização moderna que passou a considerar o trabalho manual como o elemento basilar da educação em todos os seus aspectos. Ao referenciar o modo antigo e ressaltar o moderno, Montojos salienta a necessidade de se romper com o modelo e com a imagem então vigentes.

Montojos também faz exaltação à memória de importantes nomes envolvidos nos contextos locais onde se realizava o evento, que fizeram parte da formação de governos, sendo importante perceber sua tentativa em dar a estes o seu devido *status* social. Ele recorre à história para valorizar a Educação Profissional brasileira, demonstrando conhecimento e domínio do assunto. Ao abordar a origem da escola de aprendizes artífices, ele situa seu discurso e, ao rememorar experiências, evidencia os progressos já conquistados.

Montojos relembra as autoridades que fizeram a diferença na história das escolas de aprendizes artífices. Destaca Nilo Peçanha como o responsável pela existência das Escolas de Aprendizes Artífices e como presidente da república, que percebeu "[...] não ser possível elevar o nível moral do nosso povo sem que o preparasse, antes, para enfrentar a luta pela vida, nem educar e instruir bastante, a fim de, sabendo como trabalhar, poder explorar as nossas fontes de riqueza." (MONTOJOS, 1949, p. 139). Destaca também os antigos Ministros da Educação Simões Lopes, Miguel Calmon, Lira Castro e Francisco Campos. Ressalta a relevância do professor João Luderitz, antigo diretor do Instituto Parobé, de Porto Alegre, "[...] que, à frente da extinta Remodelação do Ensino Profissional, deu às nossas Escolas a feição que lhes cabia [...] Transformou-as, de meras repartições públicas, em casas de educação e de trabalho." (MONTOJOS, 1949, p. 149).

Montojos também faz memória a dinâmica política do presidente Vargas, em especial pela causa do ensino profissional e lista as Escolas de Aprendizes Artífices do país que passaram por melhorias semelhantes à esta escola de Recife, com instalações condignas aos seus fins: do Pará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, da Bahia, de Sergipe, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas, do Paraná e de Santa Catarina. Além de outras que ainda esperavam por reformas (MONTOJOS, 1949). Discorre sobre a escola: "É com as suas congêneres dos demais Estados uma das fundações em que se deposita grande parte das fagueiras esperanças para um Brasil maior e melhor (MONTOJOS, 1949).

Algo que difere um pouco o discurso de 1935 em Recife em relação ao discurso de 1942 em Vitória/ES é que neste último o discurso é realizado num tom mais industrialista.

Outro fator diferenciador dos dois discursos é que em 1942 Montojos fala da conjuntura mundial marcada pela Segunda Guerra Mundial e ressalta o quanto esta tornou vulnerável o intercâmbio entre os países, sendo assim imprescindível a produção interna de tudo quanto fosse necessário ao país. E aproveita a ocasião para salientar que o país estava "[...] realizando uma política de desenvolvimento industrial que tende a fortalecer as indústrias básicas e a criar novas." (MONTOJOS, 1949, p. 142). Acerca da guerra enaltece a democracia e a liberdade:

É em razão dá preservação desse ideal que os povos civilizados fogem, às vezes, à sua trajetória, para se engolfar em tenebrosas lutas armadas, ante a imposição de alguns cérebros fanáticos e ególatras. Mais uma vez, o mundo dos homens que herdaram a suave e benfazeja doutrina, da *Liberdade*, com a mesma decisão e espírito de sacrifício dos seus ascendentes, insurge-se contra os iconclastas hitleristas, inimigos da civilização, em holocausto da verdadeira função do homem sobre a terra - igualdade, manancial donde deriva a mais nobre e reverente forma de governo - a *Democracia*. Porém, da mesma forma por que os nossos ancestrais venceram os inimigos de ontem, venceremos os de hoje, firmes no propósito de não permitir que eles destruam os monumentos de civilização, pelos quais pagaram em preço de sangue e lágrima, os nossos maiores. (MONTOJOS, 1949, p. 146, grifo do autor).

No seu discurso Montojos evoca Getúlio Vargas e Gustavo Capanema como vetores e propulsores para a industrialização do país que, como forma de dar atenção a este crescimento industrial, traçaram novos rumos para a educação profissional com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, de modo a fornecer formação adequada aos operários. Montojos aproveita a oportunidade para apresentar ao público a finalidade deste ensino sob a ótica do estabelecido por esta lei, bem como seus princípios, disposições e estrutura. Em suma, o objetivo de Montojos era difundir a industrialização do Brasil e posicionar a educação e sua importância

neste contexto. Seu discurso denota um novo vetor para a educação no Brasil, em especial para o ensino profissional e industrial e, como resultado, a construção de um sistema nacional de educação.

Uma representação da relevância que Montojos dispõe na sistematização do ensino é sua ênfase à Lei Orgânica do Ensino Industrial que ocupa a maior parte do seu discurso, o que demonstra sua satisfação em ver concretizado em forma de lei parte do que almejava para o ensino industrial. Montojos procurou demonstrar a abrangência e a importância que esta legislação emprestava a este ramo de ensino, dando-lhe bases e objetivos mais amplos - sociais e humanos - sendo um marco na evolução do ensino industrial brasileiro (MONTOJOS, 1949).

Montojos destaca que em paralelo à lei orgânica o governo investiu na estrutura física das escolas federais e na construção de novas instalações técnicas e pedagógicas para atender às emergentes demandas de formação para o trabalho industrial. Com este discurso, Montojos além de demonstrar os avanços pelos quais a educação vivenciava, ele também fazia "propaganda" de suas ações, pois era ele quem dirigia o Ensino Industrial. Montojos estava também difundindo a ideia de que no Brasil estava sendo instituído um Sistema Nacional de Educação Profissional e, ao enfatizar isto em seus discursos, ele fazia a proposta ganhar forças, adesões e investimentos (parcerias) dos governos estaduais e municipais.

Esse esforço e essas realizações se verificaram sob os mais variados aspectos e traduzem, à saciedade, o interesse e o carinho que o Governo da União tem sabido emprestar ao ensino industrial, colocando-o à altura das necessidades do nosso mercado de trabalho que, cada vez mais, se mostra carecedor de operários bem adestrados e classificados e que atendam às solicitações palpitantes das indústrias, em todos os seus ramos. (MONTOJOS, 1949, p. 145)

Montojos menciona em seu discurso a formação de professores de cultura técnica e aborda a contratação de técnicos estrangeiros, no final de 1941 pelo governo federal com o intuito de organizar a "[...] instrução profissional dos industriários e com os cursos de continuação e aperfeiçoamento e especialização para os trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem." (MONTOJOS, 1949, p. 145).

E, como não poderia deixar de ser, Montojos ressalta a criação do SENAI cuja competência seria organizar e administrar escolas de aprendizagem para industriários em todo o país e providenciar o ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização para trabalhadores industriários.

Já em seu discurso como paraninfo das diplomandas da Escola Técnica Nacional¹²⁸, o interesse de Montojos foi ressaltar a posição da mulher na sociedade.

Montojos destaca que a mulher conseguiu "[...] impor-se em face do homem no sentido de sua liberdade. E reivindicou o seu verdadeiro lugar na sociedade, livrando-se de velhos tabus, que não permitiam o desenvolvimento de sua personalidade [...] (MONTOJOS, 1949, p. 148).

Montojos desenvolve seu raciocínio comentando sobre o movimento feminino, reforçando o papel da mulher na sociedade e salientando que sua presença no mundo já se havia modificado profundamente e que a sua influência nos setores socioeconômicos seria ainda mais acentuada. A mulher deixou de ser um agente passivo e tornou-se efetivamente ativa, com um papel definido e marcante a desempenhar na sociedade sem prejuízo dos seus atributos femininos.

Montojos ressalta que o progresso científico abriu novos horizontes à mulher, pois no âmbito acadêmico, a mulher desfruta das mesmas facilidades de educação que os homens e ainda ocupa as mesmas posições nas esferas administrativas e lugar de destaque na vida cultural e intelectual dos países. E assim, as mulheres estariam de par a par com seu companheiro, sendo capaz de sustentar as mesmas responsabilidades, apesar de que como consequência natural do tumultuoso progresso industrial e, sobretudo, devido à Primeira Guerra Mundial, a mulher por muitas vezes se via obrigada a contribuir de uma forma ativa e útil na manutenção da vida família. E fala diretamente às formandas:

Mas, minhas prezadas diplomandas, é preciso que se diga bem alto que a liberdade de ação conquistada pela mulher, no século das máquinas, será inútil ou, melhor, tomará nova forma de prisão, ainda mais aviltante que a dos séculos passados, se ela, por uma educação adequada aos dias presentes, não assentar com energia de caráter o sentido de sua independência. Preparadas como vós, afeitas aos segredos de profissões práticas, que são hoje as condições *sine qua non* dos processos de evolução econômica dos povos, jamais terão, de se submeter à dependência do homem, por vêzes em condições lamentáveis (MONTOJOS, 1949, p. 148).

Para demonstrar o valor que Montojos remetia à mulher, ele enfatiza que ela deveria estar preparada para o trabalho, contudo, deveria sempre se lembrar de seu valor, sendo elas:

-

¹²⁸ A Escola Técnica Nacional hoje é denominada CEFET/RJ, teve sua origem em 1917, quando criada a Escola Normal de Artes e Oficios Wenceslau Brás e tinha como incumbência formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissional. Sua jurisdição foi passada ao governo federal em 1919, e em 1937 foi reformulada, depois transformada em Liceu. Essa escola estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, cabendo a ela ministrar cursos de 1º ciclo - industriais e de mestria e de 2º ciclo - técnicos e pedagógicos (CEFET-RJ, 2017).

[...] princípios da moral-social, associados às noções de cultura humanística, de corpo e alma será, sem dúvida, um dos sustentáculos da grandeza espiritual e material do seu lar; o espelho imaculado ante o qual se transfigurarão os seus descendentes. Destarte, não serão as suas atividades econômicas lá fora que irão poluir-lhe o divino privilégio de ser o anjo tutelar da família. Ao contrário, elas garantirão sua independência pessoal e alicerçarão seu prestígio moral ante os que lhe são íntimos e, sobretudo, em face da sociedade a que, serve. (MONTOJOS, 1949, p. 148-149).

Montojos demonstra zelo ao lembrar-se da dupla jornada da mulher que, para atender também à sua função extra lar se fazia necessário prepará-las espiritualmente e tecnicamente, e este preparo seria adquirido nas oficinas da escola, visto que todas estavam familiarizadas com o meio escolar em que havia o predomínio das máquinas nas atividades práticas, imprimindo-lhes habilidades necessárias para compreender os princípios científicos que regem a produção industrial, nos seus diversos setores. Mais uma vez exaltando a mulher Montojos declara "[...] tornastes capazes de cooperar decididamente para a grandeza do Brasil, precisamente numa época em que a indústria de um país é um dos principais meios de se aquilatar do seu progresso e do seu poder defensivo." (MONTOJOS, 1949, p. 149).

A missão das novas artífices, segundo Montojos (1949) era vencer no Brasil e para o Brasil, de modo que a liberdade adquirida fora do lar pudesse redundar em benefício da família de cada uma. "A independência que conquistais lá fora deve ser real e nobre, para não contrariar a tranquilidade do vosso lar [...] e a possibilidade que ela tem de criar um lar digno de si mesma e digno de seus filhos" (MONTOJOS, 1949, p. 149). Percebe-se no discurso de Montojos a importância que ele dava a instituição familiar: "Ide, caras patrícias, e lembrai-vos sempre de que a família é o primeiro núcleo de toda sociedade civilizada, cuja educação e bem estar espiritual e material dependem de vossa obra." (MONTOJOS, 1949, p. 150).

Montojos sugeriu que as novas artífices deveriam conservar nas atividades um caráter essencialmente feminino e enfatizou sua confiança na capacidade de trabalho das alunas, porque tem confiança no ensino industrial, principalmente porque esse ramo do ensino tinha na Escola Técnica Nacional um dos melhores padrões de eficiência.

Este discurso revela a habilidade de Montojos ao falar com um público diferente do que lhe era habitual e mostra sua mente moderna, que percebe a importância da mulher para a sociedade e para a vida familiar.

3.4 Parte 4 - Viagens internacionais de Montojos

Montojos era um intelectual da educação profissional e compreendia a importância da formulação de políticas públicas para a educação regular e para a educação profissional no Brasil e era também homem de governo e ocupava o cargo-chave da educação profissional no MES. Na condição de formulador de políticas públicas e buscando referências em países capitalistas desenvolvidos, Montojos esteve na Europa e nos EUA representando o Brasil com este fim e, como intelectual metódico, fez anotações detalhadas de suas viagens pedagógicas. Seus relatos serão trazidos à tona neste grupo de textos que foram extraídos relatos de três viagens realizadas nos anos de 1936, 1939 e 1946.

3.4.1 Montojos vai à Europa (1936)

No ano de 1936, na condição de superintendente da Divisão do Ensino Industrial do MESP, Montojos viajou a Roma para participar do Congresso Internacional de Ensino Técnico, no qual representou o Brasil juntamente com Leon Renault e Lourenço Filho.

Para este evento foram designadas quatro comissões, sendo a primeira referente ao ensino técnico e à vida econômica, na qual Montojos foi o relator oficial sendo figura de destaque. A segunda comissão era voltada à orientação profissional e sua continuidade, a terceira, concernente à formação profissional do pessoal das fábricas e, a quarta comissão relativa à preparação da mulher e suas funções especiais na vida econômica (CORREIO DA MANHÃ, 1936-1939).

Além da incumbência de representar o Brasil neste congresso, Montojos esteve em missão oficial na Europa e deveria aproveitar a oportunidade e estudar os sistemas de ensino e os modos de organização e funcionamento da educação profissional em países europeus, com a finalidade de buscar referências que pudessem ser aplicadas à realidade brasileira. Em função dessa agenda, Montojos permaneceu na Europa de dezembro de 1936 a fevereiro de 1937 (CORREIO DA MANHÃ, 1936-1939). Na ocasião visitou, além de Roma, outras cidades da Itália, Alemanha e França com o intuito de se apropriar das metodologias e práticas de ensino destes países (VIAJANTES, 1937; MONTOJOS, 1949).

O Congresso Internacional de Ensino Profissional foi organizado pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT) e pode ser destacado como um dos eventos internacionais que influenciaram de alguma forma na "[...] difusão de propostas de institucionalização do ensino técnico-profissional na época [...]" (PRONKO, 2018, p. 2).

Conforme Lima (2011), neste congresso foram debatidas as vantagens que o ensino técnico-profissional propiciava ao indivíduo, de modo a transformá-lo em trabalhador

especializado, o que era imprescindível à expansão da sociedade industrial. Neste evento ficou destacado que o ensino técnico-profissional constituía uma salvaguarda e um meio eficaz para combater e conter os subsequentes efeitos decorrentes das crises econômicas, notadamente o desemprego e a empregabilidade (LIMA, 2011).

Montojos inicia o relato em seu texto abordando a iminente demanda das indústrias no que tange à mão de obra qualificada, ao mesmo tempo em que precisa alcançar um nível produtivo que assegure o rápido desenvolvimento do país. Apesar de Montojos ter tido a oportunidade de discursar no evento, não está claro se este texto é seu próprio discurso, um relatório do evento ou simplesmente suas notas pessoais.

Montojos (1949) reflete sobre a importância da produção para qualquer nação e, de modo especial, os impactos que ela gera aos países em desenvolvimento. Ressalta as competições econômicas e comerciais em voga entre os países e a força daqueles que produzem mais e melhor, justificando assim a relevância deste assunto para países como o Brasil que estavam iniciando seu processo de industrialização. Segundo Montojos (1949, p. 128), "A independência política de um país sem produção, sem riqueza, não é real, mas ilusória. [...]. Pode-se mesmo adiantar que, atualmente, o valor de um povo se mede pela sua contribuição na balança comercial do mundo". Essa expressão de Montojos é muito significativa na medida em que ela expressa um pleno alinhamento com o pensamento industrialista. Além disso, revela uma nova concepção de educação profissional forjada no Estado Novo.

Até as décadas iniciais da república brasileira a educação para o trabalho era marcada por uma "pobreza de fatos" e pela falta de relação com um programa nacional de crescimento econômico, urbanização e industrialização. A partir dos anos 1940, a educação profissional, capitaneada pelo ensino industrial, assume a lógica mercantil e passa a ser vista como estratégica para uma inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho.

O discurso de Montojos neste texto gira basicamente em torno da produção e da economia utilizando estes temas como pano de fundo para demonstrar a importância do ensino industrial. De acordo com Montojos (1949), para que um país cresça economicamente, é necessário adotar como base a educação, sendo que a preparação profissional precisa estar em harmonia com as necessidades econômicas. "Convém não esquecer que o homem é a primeira das máquinas e o primeiro dos capitais. A indústria moderna depende direta e imediatamente do saber." (MONTOJOS, 1949, p. 128).

Ainda em relação à produtividade do elemento humano, Montojos (1949) enfatiza que operário ignorante, sem a preparação adequada, incapacitado de produzir bem e bastante, "[...] é um ser de capacidades reduzidas, um fraco, incapaz de vencer e, como unidade de trabalho, um valor negativo que não se pode considerar nas sociedades senão como elemento de desordem e desequilíbrio." (MONTOJOS, 1949, p. 128-129). Nota-se assim, a importância atribuída por Montojos à função econômica desempenhada pela educação profissional.

Montojos (1949) cita como referência os países mais avançados do mundo à época: Inglaterra, Alemanha, Itália, Japão e, sobretudo, os EUA. Destaca que estes países estavam neste patamar porque depositaram na educação profissional sua grandeza econômica. Como reforço de seu posicionamento, Montojos afirma: "Não é país adiantado aquele que ignore a dependência em que se encontra a produção econômica relativamente ao ensino profissional." (MONTOJOS, 1949, p. 129). Percebe-se que o olhar de Montojos não era direcionado apenas a um país em específico. Ele procurava o que de melhor cada um pode oferecer para adequar à realidade brasileira, todavia, com relação aos EUA, nota-se seu destaque acerca deste país em relação aos outros países, além de demonstrar para onde deve ser destinado a atenção do Brasil para despontar como uma nação industrial.

Montojos (1949) destaca a importância de bons operadores e técnicos como fatores preponderantes para o desenvolvimento econômico: "A escola profissional forma, gradualmente, o homem, que teria pouco ou nenhum valor se enfrentasse a luta pela vida com os únicos conhecimentos do curso primário - por mais completo que tivesse sido este último." (MONTOJOS, 1949, p. 129). Em outros termos Montojos salienta a primazia da economia na vida moderna: "O problema econômico domina o mundo contemporâneo e sua difusão depende, em grande parte, da difusão do ensino técnico-profissional. Portanto, a força econômica dos países deve ser garantida, antes de tudo, pela educação profissional." (MONTOJOS, 1949, p. 129). E este ensino profissional deve ocupar lugar de destaque, independente de sua condição ou relação com o sistema regular de educação.

Quanto à difusão do ensino profissional, Montojos (1949) reitera sua necessidade, contudo, reforça o cuidado que se deve ter na criação das escolas, lembrando sempre que o foco deve ser na sua finalidade e não na produção de números, pois as escolas devem ser eficientes e capazes de atender a seus objetivos. "Para isso a criação de uma escola deve sempre ser precedida de um minucioso exame da região a que deve servir" (MONTOJOS, p. 129).

Montojos (1949) tinha ideias claras sobre como deveria ser a organização do sistema de educação profissional e sua estruturação, de modo a abranger a formação de operários qualificados, contramestres, mestres, condutores de serviço e engenheiros. Em sua concepção, o primeiro grau deveria ser o mais difundido, abrangendo desta forma o maior número de escolas. Já o ensino profissional deveria ser precedido pelo ensino primário, cuja duração deveria ser de 5 a 7 anos.

Quanto às instalações destas escolas, Montojos destaca que as mesmas devem ser instaladas em locais adequados com equipamentos disponíveis às necessidades de cada curso, com aparelhagem tão moderna quanto possível, além de laboratórios e oficinas. Outro destaque de Montojos é quanto a integração dos cursos:

"É necessário fazer com que os diferentes graus integrem um plano de conjunto, a fim de que não haja lacunas nem omissões, sempre tão prejudiciais. Devem ser coordenados de tal forma que o estudante, após haver terminado um ciclo, possa entrar imediatamente no ciclo superior." (MONTOJOS, 1949, p. 130)

Vale ressaltar que essas considerações de Montojos foram colocadas em prática no ano de 1938 pelo ministro Gustavo Capanema, que ampliou o âmbito do ensino profissional, dividindo-o em três graus progressivos: primeiro, segundo e terceiro graus, correspondentes à formação de operário, contramestre e mestre respectivamente (FONSECA, 1961; NOVAS..., 1938).

Os assuntos abordados por Montojos perpassavam os temas e discussões ocorridas no congresso que ele participara representando o Brasil. De acordo com Lima (2011), este congresso preconizava também que o ensino técnico profissional seria o mais indicado para juventude desvalida que se fundamente de uma educação que a ampare na luta pela vida, que a converta de um elemento prejudicial e inútil, em fator do progresso e desenvolvimento do Brasil. Tudo isso era apontado por Montojos em sua defesa da educação profissional. Dessa forma a empregabilidade viria por meio do ensino especializado e técnico. Este discurso vai ao encontro do que Montojos concebe como a função da escola, que é ampliar o campo de visão e capacidade daqueles que por lá passam, não produzindo efeitos superficiais.

Formação de professores para o ensino industrial

Outro assunto de relevância discutido no congresso foi a formação de professores do ensino industrial, bem como, a determinação de qual seria a melhor forma para a escolha dos

mesmos. De acordo com Montojos (1949), a discussão deste assunto, que era tão relevante, se justificava pela influência essencial do mestre em todo o processo de aprendizagem. "A melhor das organizações didáticas será sempre pouco eficaz sem o concurso de bons professores. E isso é ainda mais sensível no ensino profissional." (MONTOJOS, 1949, p. 131). Montojos (1949) pontuou que no Brasil a escolha de professores já estava sendo feita por meio de concurso de provas técnicas e práticas, sendo admitidos os candidatos portadores de certificado de uma escola profissional.

Desta forma, como recomendação do evento, ficou estabelecido que, sempre que possível, os professores de oficio fossem recrutados entre os que já possuíssem experiência na indústria aos quais se daria uma cultura pedagógica.

Quanto à formação dos professores para atender à demanda requerida da época, Montojos (1949) expõe de maneira resumida sua observação pessoal sobre o assunto e o que para ele vai ao encontro de sua finalidade, que é "[...] formar técnicos tão perfeitos quanto possível, possuidores de uma prática pedagógica suficiente à sua tarefa principal, que é bem instruir os alunos sobre o ofício que devem aprender." (MONTOJOS, p.131). Sendo esta "[...] a melhor solução para o grave problema da seleção dos professores." (MONTOJOS, p. 131).

Todavia, segundo Montojos (1949), tendo em vista a dificuldade de se encontrar professores com tal nível, ele enxergava como admissível, que se solicitasse aos técnicos da indústria que cumprissem este papel, após receberem a preparação pedagógica.

Para Montojos o professor de oficio deveria considerar importante todos os recursos oferecidos e praticados no ambiente industrial cujo conhecimento lhe daria elementos preciosos. A experiência com o meio industrial deveria ser indispensável à formação integral dos técnicos e para o desenvolvimento dos cursos. A indústria deveria encontrar nas escolas os profissionais que necessitassem (MONTOJOS, 1949).

Como conclusão, Montojos afirma que no Brasil preferia-se destinar a direção das oficinas a técnicos qualificados, que possuíssem uma cultura geral e pedagógica reforçada por uma preparação técnica especializada e por uma experiência prática industrial suficiente. Caso não se encontrasse técnicos que atendessem a estes requisitos, recorrer-se-ia a especialistas, aos quais seriam proporcionados os meios de melhorar sua cultura educacional.

3.4.2 Montojos vai à Europa (1939)

O texto intitulado "O Ensino profissional e a XXV Conferência Internacional do Trabalho" é um relatório escrito por Montojos sobre sua participação no evento realizado em

Genebra, em Junho de 1939, no qual ele foi um dos representantes oficial do governo brasileiro.

A Conferência Internacional do Trabalho faz parte da estrutura da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É um evento que ocorre anualmente, em geral no mês de junho, em Genebra, Suíça, sendo um fórum para o debate, a nível mundial, sobre questões trabalhistas, problemas sociais e normas internacionais do trabalho (ANJOS, 2014; LEITÃO, 2016). Esta conferência é composta por quatro representantes de cada um dos estados membros, ou seja, dois delegados do governo, um delegado representante dos trabalhadores e um delegado representante do empregador, sendo que são os governos que designam os representantes, em acordo com as organizações mais representativas, dos empregadores e dos trabalhadores.

As proposições oriundas das discussões dos grupos de trabalhos nesta Conferência tomam forma de deliberações das quais são emitidas Convenções e Recomendações, tendentes a serem observadas e cumpridas pelos países (ANJOS, 2014; MONTOJOS, 1949).

A principal diferença entre as Convenções e as Recomendações é que as Convenções são o instrumento mais importante da ação da OIT, porque uniformiza os direitos nacionais em relação à matéria em causa. Uma vez aprovada, cada Estado-membro "obriga-se", num prazo máximo de 18 meses, a apresentá-la, para efeitos de aprovação, ao órgão nacional competente (LEITÃO, 2016). Já as recomendações seguem uma tramitação semelhante à das convenções e cada país decide livremente se desejam ou não adotar as diretrizes nelas estabelecidas (ANJOS, 2014; LEITÃO, 2016).

Nesta Conferência de 1939, Francisco Montojos foi nomeado para representar o Brasil juntamente com o delegado governamental Oscar Saraiva e o diplomata Helio Lobo¹²⁹. Esta equipe representaria o Brasil integrando a "Comissão do Ensino Técnico". Durante a conferência Montojos teve a oportunidade de expor a situação do ensino técnico profissional do Brasil.

Interessante ressaltar o momento da realização desta Conferência, visto que, ela se realizada no mesmo ano em que a Segunda Guerra Mundial teve início, ou melhor, cinco meses antes. Um evento que constitui o órgão supremo da OIT, que foi justamente

[...] criada pela Conferência da Paz, assinada em Versalhes, em junho do ano de 1919, logo após a primeira guerra mundial, e teve como vocação promover a justiça social e, em particular, fazer respeitar os direitos

_

¹²⁹ Helio Lobo (17.02.1883 – 01.01.1960) atuou como diplomata, ensaísta, biógrafo e historiador (FGV/CPDOC).

humanos no mundo do trabalho. [...]. O Tratado de Versalhes, cuja parte XIII dispôs sobre a criação da OIT, é um documento internacional elaborado pelas nações vitoriosas na primeira guerra mundial (1914-1918), com o objetivo de promover a paz social e enunciar a melhoria das relações empregatícias por meio dos princípios que iriam reger a legislação internacional do trabalho. (ALVARENGA, 2007, p. 1).

Neste evento, Montojos teve a oportunidade de se posicionar enquanto representante do Brasil, apresentando emendas, fazendo comunicações orais e participando de debates e, durante sua estada na Europa, ele pôde visitar algumas escolas profissionais e estabelecimentos industriais da Suíça e algumas escolas de ensino profissional em Paris (França). A experiência que Montojos teve em Genebra e na Suíça estão sintetizadas neste artigo onde ele focaliza suas observações tanto no evento como suas percepções quanto ao ensino e a aprendizagem observada *in loco*.

Na exposição de Montojos é possível perceber as ideias que orientavam sua atuação no contexto da educação profissional e, de modo particular, no ensino industrial brasileiro. Montojos aproveita a oportunidade que lhe é auferida e apresenta seu posicionamento e ideias acerca do ensino profissional, bem como a situação que o Brasil se encontrava em relação à sistematização deste ensino na presença de representantes governamentais de várias nações presentes no evento. O texto de Montojos disponível no livro "Ensino Industrial" parece ser um relatório detalhado do evento, contemplando inclusive suas intervenções.

Este evento contou com a presença de 81 delegados governamentais, representantes de 46 países, dos quais, pelo relatório de Montojos, pode-se citar França, Inglaterra, Holanda, Suíça, Bélgica, África do Sul, EUA, além de 33, 198 conselheiros técnicos, numa assembléia formada por 345 representantes e convidados.

Montojos (1949) explica que a questão relativa ao ensino técnico e profissional e aprendizagem incorporava a resolução do conselho de administração de 1937, como pauta a ser discutido numa próxima reunião. Em virtude da resolução de 1937, os técnicos do BIT organizaram um levantamento sobre o que existia no mundo acerca do problema relativo ao ensino técnico e profissional e aprendizagem, e este trabalho finalizava-se com uma lista de pontos os quais os representantes dos países, presentes nesta conferência, deveria autorizar o BIT a consultar os países membros da Sociedade das Nações (SDN). Em reunião ocorrida no ano de 1938, após intensos debates, os países membros autorizaram o BIT a consultar os países da SDN. Com esta autorização, o BIT elaborou um questionário abordando os pontos aprovados naquela sessão, e em julho de 1938 o distribuiu entre os governos dos países membros (MONTOJOS, 1949).

Para que o Brasil se preparasse para participar do evento que viria a ocorrer em 1939 e, principalmente, responder ao questionário recebido pelo BIT, o governo brasileiro designou então uma comissão, da qual Montojos fazia parte, para estudar e responder as questões relacionadas. Dos trabalhos desta comissão, Montojos ficou responsável pela parte relativa ao ensino técnico e profissional.

Conforme Montojos (1949), com a resposta de todos os países, o BIT elaborou um relatório que continha as respostas dos países na íntegra, e junto dela, uma análise geral dos problemas, além de dois anteprojetos com recomendações. Este relatório foi enviado aos governos de cada país, bem como, para as associações interessadas.

Montojos recebeu o relatório em maio de 1939 e estudou-o com o a finalidade de saber se os anteprojetos organizados pelo BIT estavam de acordo com os interesses do Brasil. No fim de sua análise, ele faz um apontamento "Devo declarar que o anteprojeto de recomendação referente ao ensino técnico e profissional consubstanciava algumas medidas já em aplicação aqui e outras em via de aplicação." (MONTOJOS, 1949, p. 73). Ou seja, pela percepção de Montojos "a legislação brasileira, correspondente ao ensino profissional, estava adiantada e incluía mesmo alguma das medidas que ainda sob forma de sugestões a Conferência iria recomendar aos países membros da Sociedade das Nações." (FONSECA, 1961, p. 490).

A verdade é que Montojos preparou-se para participar desta conferência, não apenas respondendo ao questionário, mas estudando toda a documentação recebida e levando preparadas todas as informações necessárias para representar o Brasil e se posicionar, intervindo sempre que fosse possível.

De acordo com Pronko (2018, p.3) este relatório do qual Montojos faz nota "[...] foi efetivamente submetido à discussão, como primeira questão da ordem do dia, na 25ª Conferência de 1939". E assim, no período de 10 a 24 de junho de 1939, conforme relatado por Montojos (1949), ocorreram 11 sessões da "Comissão de Ensino Técnico" que usou como base de trabalho o referido anteprojeto. Esta comissão era composta de 56 membros (24 governamentais, 16 empregadores e 16 empregados). Pelas palavras de Montojos (1949, p. 73), os "trabalhos transcorreram em ambiente de cordialidade e de simpático esforço no interesse, que era de todos, de se aprimorar, da forma mais eficiente, a formação profissional do operário [...]".

Conforme Montojos (1949), no dia 10 de junho foi eleita a mesa que presidiu os trabalhos. Fazia parte da Comissão de Ensino Técnico, além do Brasil, representantes da

África do Sul, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Suíça e EUA. E em seu texto Montojos começa a descrever pormenorizadamente as discussões prévias às decisões de recomendações que viriam a ser estabelecidas na Convenção.

Segundo Montojos (1949), no dia 13 de junho ocorreu a discussão do anteprojeto de "Recomendação" referente ao ensino técnico e profissional. Vale ressaltar que este tema já fazia parte do preâmbulo da Constituição da OIT que citava, com título de melhoramentos a serem introduzidos nas condições de trabalho, a organização do ensino profissional e técnico (MONTOJOS, 1949).

Montojos relata que, após exame detalhado da proposição desta recomendação, entendeu, juntamente com Oscar Saraiva, que tal recomendação merecia seus votos, todavia, por questão de princípios, resolveram apresentar uma emenda ao anteprojeto, cujo texto afirma:

A formação profissional devia ser dada aos jovens, antes de sua entrada para o emprego, em escolas de horário integral, quando as circunstâncias existentes no que diz respeito à profissão, ao funcionamento técnico da empresa, à insuficiência do sistema de aprendizagem e de tradições profissionais e às condições locais, não permitissem que lhes fosse dada em cursos de emprego (MONTOJOS, 1949, p. 74, grifos nosso).

A ementa proposta por Montojos é reveladora de concepções. Nela Montojos pensa em educação profissional e tecnológica (EPT) para jovens e antes do emprego. Isso possibilita ao jovem se formar para depois trabalhar. Isso alarga a formação profissional e técnica. A formação em serviço é acoplada a demandas estreitas do posto de trabalho; a formação antes do emprego é mais ampla e inclui formação cultural e científica, além da técnica.

Montojos (1949, p. 74) ressalta que, o posicionamento da representação do Brasil "[...] era que o princípio geral da formação do operário qualificado devia ser feito na escola de horário completo, que permitia uma instrução geral mais eficiente". Isto é, Montojos defende a formação técnica na escola e a escola de tempo integral. Isso implica em mudanças na escola. Os escolanovistas defendiam essa escolarização do trabalho e essa integração entre formação propedêutica e técnica.

E desta forma a emenda ficou então redigida: "[...] A instrução necessária à formação profissional do operário qualificado deve ser dada aos jovens, antes de sua entrada para o

emprego, em escolas de horário integral. Entretanto, em circunstâncias especiais, esta instrução poderia ser dada em curso de emprego." (MONTOJOS, 1949, p.74).

Já no dia 15 de junho foi discutida uma nova emenda à "Recomendação" abordando a responsabilidade, para as empresas, da formação profissional de trabalhadores.

Nos países que não dispõem ainda de um número suficiente de escolas profissionais e técnicas, as empresas, cuja importância permitisse, deviam ocorrer às despesas com a formação profissional de um certo número de jovens trabalhadores, proporcional às cifras de seus efetivos. (MONTOJOS, 1949, p. 74).

Em apoio a esta emenda, Montojos (1949) se posiciona e salienta o ato pioneiro do Brasil:

Como representante governamental do Brasil, apoio a proposição do Senhor Representante da Venezuela. E é com prazer que observo que esta medida foi adotada como lei, no Brasil, em maio último. Um decreto estabeleceu como obrigatório para os estabelecimentos industriais demais de quinhentos operários a manutenção de cursos de aperfeiçoamento para aprendizes e para operários adultos. Esta medida é, na verdade, eficaz para o aperfeiçoamento e nós a submetemos à consideração benevolente da Comissão (MONTOJOS, 1949, p. 75).

Montojos fazia referências ao Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de Maio de 1939, e ressalta que esta notícia foi bem recebida por todos os ouvintes, "sobretudo ao grupo trabalhador" (MONTOJOS, 1949, p. 75).

De acordo com Montojos, a redação da emenda, conforme definida pelos presentes, foi aprovada praticamente sem alteração, sendo que, a diferença entre o exposto pelo representante da Venezuela e a redação final foi a sutil inclusão do seguinte: "[...] é de desejar que as empresas cuja importância o permita, ocorram às despesas com a formação profissional [...]" (MONTOJOS, 1949, p.75). Ou seja, foi retirada a obrigatoriedade da ação. Vale ressaltar que, no Brasil, a formação profissional pelas empresas já era lei e não um conselho, pois era obrigatória. Todavia, em 1942 o Brasil criaria o SENAI, uma instituição híbrida, entre o público e o privado, cuja finalidade era ofertar o ensino industrial.

Outra proposta de recomendação discutida, por proposição dos membros da comissão foi a gratuidade das escolas profissionais e técnicas, que, segundo Montojos já era adotada no Brasil nas esferas federais, estaduais e municipais. Montojos (1949) esclarece ainda que, no

¹³⁰ De acordo com Montojos, esta emenda teve o número D31.

âmbito federal, desde o ano de 1918, com o objetivo de incentivar a frequência dos alunos na escola, eram oferecidos pela Associação Cooperativa de Mutualidade: "[...] merenda diária, assistência médica, fardamento e calçado e, no fim do curso, [...] um jogo de ferramentas do ofício escolhido" (MONTOJOS, 1949, p. 75).

Em seu relatório Montojos (1949, p. 75) destaca que na "França, Suíça, Alemanha e Itália, raras são as escolas gratuitas desse ramos de educação. Pagam sempre uma taxa, por ínfima que seja." Já a "Holanda declarou que a gratuidade era inconveniente, pois não despertava o interesse do aluno pelo ensino" (MONTOJOS, 1949, p.75).

Vale ressaltar que não foi possível constatar a representação dos trabalhadores brasileiros neste evento, apenas representante do governo e da classe empresarial. Todavia, Montojos incorporava questões trabalhistas em suas intervenções:

Não se pode negar a necessidade de dar ao operário qualificado, que se destina a trabalhos técnicos, <u>uma cultura geral</u>, <u>e esta cultura</u>, <u>penso</u>, <u>somente a escola de horário completo pode administrar de maneira satisfatória</u>. É verdade que, quando circunstâncias especiais o exigem, o estágio escolar pode ser substituído pela instrução dada em cursos de emprego, como prevê a emenda D 31. Mas não se deve apresentar esta solução como regra geral, senão como exceção ao princípio de ensino técnico em escola de horário completo. É preciso considerar ainda os perigos de uma especialização excessiva, inseparável da formação profissional em cursos de emprego. A emenda da delegação brasileira tem por fim fazer prevalecer, corno regra geral, segundo as necessidades de uma instrução mais perfeita, o ensino em escola de horário completo e, como exceção, a preparação em cursos de emprego, o que está ainda mais de acordo com o espírito do parágrafo 9 desta recomendação (MONTOJOS, 1949, p. 76, grifos nosso).

Mais uma vez Montojos menciona a educação integral como aquela que contempla não somente a formação técnica e laboral, mas também uma educação que contemple uma cultura geral que o prepare para a sociedade e para a vida. Menciona também a necessidade da escola de tempo integral, condizente com os ideais da escola nova.

A delegação brasileira, pela articulação de Montojos, defendia que prevalecesse, como regra geral, o ensino em escola de horário completo. Todavia, a emenda brasileira foi rejeitada, tendo em vista as respostas dadas ao questionário enviado às diferentes nações.

Em argumento contra o exposto por Montojos (1949), o representante do secretário geral explicou que não seria possível recomendar um dos tipos de formação profissional, visto que, o nível de desenvolvimento industrial era diferente em cada país e os benefícios "[...] de cada um dependiam das circunstâncias. Nos países industrialmente avançados [...]" (p. 76), continuou, "[...] a formação profissional em cursos de emprego tem um papel fundamental e

obtém resultados, cujo valor não se pode contestar [...]" (p. 76) e, em relação aos países em processo de industrialização, "[...] a ausência de tradições profissionais e a falta de pessoal habilitado nas empresas dão um papel mais relevante à escola, para a formação da mão de obra." (MONTOJOS, 1949, p. 76).

Montojos entendeu que este posicionamento demonstrava a preferência, no texto apresentado pelo BIT, pelo sistema de horário reduzido, no qual

[...] o jovem é empregado e recebe, a par dos conhecimentos práticos do oficio, os de natureza teórica, o que, a meu ver, deve ser adotado em certas condições especiais e não de um modo geral. A ter-se que escolher um, o preferível seria o da formação profissional feita na escola. (MONTOJOS, 1949, p. 76).

No dia 25 de junho, dado que seria votada a "Recomendação" referente ao ensino técnico e profissional, Montojos (1949) em sessão plenária, na presença da assembleia a declaração de voto, em nome da Delegação governamental do Brasil:

Ao dar seu apoio às recomendações do relatório da Comissão de ensino técnico e profissional e de aprendizagem, a delegação governamental brasileira declara, com uma única reserva quanto à não aceitação da emenda que apresentou no que diz respeito à precedência do ensino na escola à preparação em usina, emenda que não foi aceita pela Comissão, a delegação brasileira, digo, aceitará as recomendações apresentadas, as medidas preconizadas, adequadas ao que já se pratica ou se projeta no Brasil. (MONTOJOS, 1949, p. 77-78).

Quanto ao voto prestado nesta sessão, Montojos envia uma carta ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, datada de 27 de junho de 1939, onde explica que seu objetivo era salientar o que o Governo brasileiro estava fazendo em prol deste importante ramo da educação. Montojos esclarece nesta carta que não pôde se delongar em sua fala, conforme era seu desejo, em razão da limitação de tempo, e por isso teve que optar por não comentar os dados estatísticos do Brasil referente ao ano de 1937, apesar de tê-los em mãos. Informa que solicitaria que os mesmos fossem incluídos nos anais do evento (FGV/CPDOC, 1939-1944).

Dando continuidade a sua explanação na Conferência, Montojos explica a situação em que o Brasil se encontrava em relação ao ensino técnico profissional, dando destaque ao trabalho manual:

Em meu país, o trabalho manual é considerado, hoje, como um elemento primordial da educação: por este motivo a Constituição Federal, no seu artigo 131, fê-lo obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior. Nas escolas primárias de alguns Estados federais, o ensino dos trabalhos manuais, na última reforma, constituindo um elemento apropriado a elevar o gosto da criança, a habilidade manual e o golpe de vista, deve facilitar, ao mesmo tempo, sua orientação profissional. Aliás, nas escolas de ensino técnico e profissional instituídas pela União, onde há cursos primários, os alunos dos dois primeiros anos executam trabalhos manuais obrigatórios, sempre que possível numa oficina, onde eles se familiarizam com o ambiente e onde se desenvolvem suas aptidões (MONTOJOS, 1949, p. 78).

Elucida aos ouvintes a relevância deste ramo de ensino, de maneira que o governo brasileiro considera ser o ensino profissional técnico, assim como o pré-vocacional, o primeiro dever do Estado, em matéria de educação e se esforça para desenvolver sua difusão e eficácia (MONTOJOS, 1949). E que o governo prevê da mesma forma a criação "[...] de instituições ou a ajuda e proteção às formadas por associações particulares, com o fim de organizar os períodos de trabalhos anuais para a juventude, no campo e nas oficinas (Artigo 132)." (MONTOJOS, 1949, p. 78).

Montojos (1949) esclarece ainda que estava em estudo uma grande reforma do ensino profissional, que previa o estabelecimento de uma rede de escolas em todo o país, que teriam os três graus, dos quais seriam formados operários qualificados, condutores de trabalhos e técnicos ou mestres de ensino técnico. Relevante na exposição de Montojos é que os programas destes estabelecimentos seriam preparados conforme "[...] as necessidades econômicas da região, mas sem prejudicar, de maneira alguma, os interesses do trabalhador." (MONTOJOS, 1949, p. 78).

Para explicar a abrangência das reformas no âmbito da educação profissional, Montojos (1949) informa as ações planejadas, que incluíam, o acesso ao ensino técnico-profissional dos jovens das regiões mais afastadas por meio de internatos gratuitos. Além dos internatos, previa-se a criação de bolsas de modo a permitir que os alunos mais destacados pudessem se aperfeiçoar no exterior.

Em relação às escolas profissionais no âmbito da União e dos Estados, Montojos (1949) reitera a gratuidade nas escolas federais, uma refeição diária, um uniforme e a assistência médico-dentária. Além disso, menciona que, de acordo com o progresso e a capacidade do aluno, o mesmo receberia "[...] uma gratificação correspondente aos trabalhos vendidos que ele executou na escola". Entretanto, Montojos (1949, p. 79) ressalta que, "[...] o sistema de encomendas executadas pelos alunos não visa fim comercial, mas sim educativo, a

saber, assegura ao aluno a formação prática que ele deverá adquirir até o fim de seu curso, quando ele demonstrará sua capacidade de trabalho."

Continuando sua explanação, Montojos (1949) falou de uma medida que trouxe resultados promissores, que eram oficinas-escolas para operários e aprendizes. Esta medida foi introduzida, segundo Fonseca (1961) pelo professor Rodolfo Fuchs em Pernambuco.

Montojos (1949) mencionou também a aplicação da legislação de previdência social aos aprendizes, que, de acordo com ele, tinham o regime de férias pagas e o direito de participação em associações profissionais. Já para os aprendizes e os adultos havia uma ajuda pecuniária para o caso de doença.

Montojos (1949) ressalta que **as recomendações sobre a formação profissional** validadas considerou o que constava no preâmbulo da OIT, a recomendação sobre a educação profissional na conferência de 1937, a formação profissional dos trabalhadores em todos os aspectos preconizada na 19º conferência, e a prerrogativa de atender ao mesmo tempo os interesses dos empregados, dos empregadores e da comunidade geral (MONTOJOS, 1949). Foi considerado também, o fato das condições econômicas dos países estarem evoluindo rapidamente, incluindo métodos de produção e a ampliação do conceito de que a formação profissional era um fator de progresso social e de cultura geral para os trabalhadores, a necessidade de reorganizar a formação profissional se fazia iminente (MONTOJOS, 1949).

No dia 21 de junho foi realizado o estudo sobre o anteprojeto referente à aprendizagem. Neste aspecto, de acordo com Montojos (1949), não havia considerações relevantes a serem feitas por parte do Brasil, sendo que o texto do BIT estava adequado. Montojos reservava-se na posição de intervir conforme o andamento das discussões "Ficamos em atitude de expectativa, procurando aproveitar o mais possível dos debates e da experiência dos outros países, para aplicar o que de bom ali fosse ventilado nas leis que, a respeito, se viessem aqui fazer." (MONTOJOS, 1949, p. 77). Esta declaração de Montojos demonstra o que Fonseca (1961) dispõe em seu texto, que, no se concerne à aprendizagem, o Brasil ainda não havia se movimentado, de forma prática, sendo esta demanda já se fazia necessária em todo o país.

Conforme Montojos (1949), o projeto em estudo foi motivo de intensos debates entre grupos de trabalhadores e empregadores, que defendiam muitas vezes pontos de vistas opostos. Cabia aos representantes do governo equilibrar a balança, levar em consideração a legislação existente em seus países e a opinião de cada um. Montojos (1949, p.77) destaca que, de "[...] um modo geral, o grupo empregador foi sempre vencido nos seus pontos de

vista, por não desejar fazer concessões sobre tão importante assunto". Porém enfatiza "[...] que as divergências eram questão de ponto de vista, talvez oriundas de interesses contrários, e a discussão se manteve sempre em terreno elevado e polido".

No dia 28, de acordo com Montojos (1949), ocorreu a plenária para a recomendação referente à aprendizagem. Após a decisão de adotar diversas proposições apresentadas pelos representantes dos países, estas proposições se formalizaram por meio de recomendações. Montojos traz um curto comentário em relação o este tema e faz a transcrição na íntegra do texto validado com as recomendações de aprendizagem.

O texto oficial com as **recomendações quanto à aprendizagem**, foram enumerados de forma a estabelecer os princípios e os métodos pelos qual este tema deveria ser aplicado, levando em consideração "[...] que, entre os diversos métodos de formação profissional, a aprendizagem oferece problemas particulares, principalmente quando é feita nas empresas, e comporta relações contratuais entre o empregador-mestre e o aprendiz." (MONTOJOS, 1949, p. 89). Também foi levando em consideração "[...] que a eficácia da aprendizagem resulta, em grande parte, da sua definição exata e da observação das condições que a regem e, principalmente, das condições relativas aos direitos e às obrigações recíprocas do empregador-mestre e do aprendiz." (MONTOJOS, 1949, p. 89).

As recomendações sobre a educação profissional e aprendizagem, adotadas pela XXV Conferência Internacional do Trabalho em 1939, foram de tamanha relevância, que pode ser considerada, conforme Pronko (2018), como uma das mais importantes no que diz respeito ao tratamento deste tema, desde que a OIT manifestou sua preocupação pela regulamentação e organização do ensino técnico e profissional. As recomendações aprovadas tiveram múltiplos desdobramentos nos distintos países (PRONKO, 2018). E no Brasil, tiveram evidente influência na organização da Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 1942, no que tange à formação profissional, bem como a aprendizagem, com o surgimento do SENAI, no mesmo ano (FONSECA, 1961).

Montojos (1949) relata que, no intervalo das sessões da Conferência, ele visitou algumas escolas profissionais e estabelecimentos industriais da Suíça e da França. Esta era uma forma de aproveitar melhor a viagem a Zurich e assim analisar o que poderia ser aproveitado no Brasil. Montojos discorre sobre o funcionamento e organização do ensino profissional nestes dois países e descreve minuciosamente sobre cada estabelecimento de ensino profissional que visitou (números de alunos, a quem se destinava, se eram empregados

na indústria ou no comércio, gratuidade e obrigatoriedade dos cursos, condições de admissão - idade dos jovens e formação prévia, bem como a duração de cada curso).

Montojos faz um relato geral sobre sua percepção e os fatos e dados constatados em suas visitas. É possível perceber uma visão positiva de Montojos em relação às escolas e fábricas visitadas. Montojos relata inclusive que, o ensino ministrado em Paris, após a reforma escolar tendiam "[...] a formar a inteligência, a desenvolver o espírito de observação, a habilidade manual e a segurança da vista, de maneira que, qualquer que seja o oficio escolhido, o aprendiz possa tornar-se rapidamente um operário hábil." (MONTOJOS, 1949, p. 115). Além de enfatizar a formação geral recebida pelos alunos, o estudo minucioso para a escolha do oficio e a escola em tempo integral "Do dia letivo, seis horas pelo menos são dedicadas aos trabalhos na oficina, sendo o restante consagrado ao ensino complementar, indispensável à formação profissional, como sejam desenho, tecnologia, ensino doméstico, francês, matemática." (MONTOJOS, 1949, p. 116).

Montojos ressalta também as boas e modernas instalações das escolas visitadas e sua aparelhagem. Ele explica dentre outras questões a finalidade de cada curso existentes nos locais que visitara, a expedição dos diplomas, cursos disponíveis, cursos mais procurados. Percebe-se que Montojos estava atento aos detalhes de tudo que via e fazia notas.

Após discorrer acerca de todas as instituições que visitou, Montojos fez também algumas observações sobre a aprendizagem na França e na Suíça. Esta atitude de Montojos denota o quanto ele era metódico e fazia anotações detalhadas de suas viagens pedagógicas. Pode-se depreender da leitura de seu artigo um certo encantamento por tudo que estava vendo e absorvendo. O olhar de Montojos nestas visitas era voltado para o âmbito político e sua consequência na definição das políticas educacionais. Era um olhar mais reflexivo ao mesmo tempo comparativo com a realidade brasileira.

3.4.3 Montojos vai aos EUA (1946)

Em seu texto intitulado "Congresso da associação americana de educação profissional (A.V.A) em Sant Louise EUA" Montojos relata sua viagem aos EUA no ano de 1946, ocasião em que participou da convenção anual da *American Vocational Association*, ocorrida em Sant Louis, representando o Brasil como o Diretor do Ensino Industrial e Superintendente da CBAI.

Esta viagem propiciou a Montojos visitar escolas e fábricas nas cidades de San Francisco, Los Angeles e San Diego (no Estado da Califórnia), New Orleans (no Estado de Louisiana), Boston e Waltham (no Estado de Massachusetts), e Hartford (no Estado de Connecticut). Montojos ainda teve a oportunidade de realizar reuniões e encontros com autoridades deste país para discutir assuntos relacionados ao ensino industrial, à viagem de professores brasileiros para treinamento naquele país, negociações para a realização de estágios, busca por cursos e maneira de administrar instituições de ensino e análise sobre como ocorre a aplicação das leis federais e estaduais concernentes à educação.

Montojos (1949) relata que a 40^a Convenção Anual da American Vocational Association (AVA) realizou-se em Saint Louis, Missouri, no período de 02 a 07 de dezembro de 1946. Da reunião participou, representando o Brasil, Francisco Montojos, diretor do Ensino Industrial do MES e Superintendente da CBAI e Mário Paulo de Brito, professor da Escola Nacional de Engenharia. A preocupação e a finalidade de Montojos com esta viagem era de verificar o que dos EUA poderia ser apropriado pela Educação Profissional no Brasil.

A AVA era uma associação anglo-americana composta por diretores, equipe administrativa e professores de todos os tipos de educação profissional deste país: agricultura, indústria, comércio, artes industriais, serviços domésticos, serviço público, dentre outros (CBAI, 1947). A AVA promovia reuniões anuais, com duração de uma semana, e a cada ano realizadas em cidades diferentes. Estas reuniões tinham o objetivo de aperfeiçoar o ensino profissional nos EUA por meio de discussões sobre os problemas relativos aos vários planos e programas de ensino. Milhares de pessoas, incluindo líderes importantes do trabalho e da indústria participavam dessas reuniões (CBAI, 1947). Ou seja, esta reunião era restrita à comunidade da educação profissional e do trabalho anglo-americana, mas, em virtude do acordo com o Brasil e da proximidade do país para assuntos relativos à Educação Profissional e ao Ensino Industrial que foi propiciado a participação neste evento e envio de representantes brasileiros.

A convenção iniciou-se no dia 02 de dezembro de 1946, contudo, antes de participar do evento em Saint Louis, Montojos visitou os escritórios da Inter-American Educacional Foundation, Inc., na cidade de Washington, D. C. onde teve a oportunidade de discutir com as autoridades os pontos do programa brasileiro em parceria com os EUA, a CBAI, especialmente os relacionados com a viagem dos professores das escolas industriais para realização de treinamentos neste país (MONTOJOS, 1949).

Montojos realiza esta viagem na posição de intelectual da educação profissional brasileira e compreende a sua importância na formulação de políticas públicas para a educação regular e para a educação profissional no Brasil. Entende especialmente a

necessidade latente de prover capacitação aos professores para suportar a demanda crescente das indústrias. Este viagem serviu também para estreitar os compromissos assumidos e esclarecer os pontos chaves da CBAI.

Montojos visitou também a *Trade School* da Fábrica Ford, em Dearborn – Michigan, para era entender a estrutura da escola, seus cursos e a forma de administrar a instituição. Estas visitas às fábricas foram importantes para entender o resultado dos esforços dispensados à educação e entender a relação entre escolas e indústrias.

A participação de Montojos na convenção em Sant Louis ocorreu a partir do dia 03 de dezembro na parte da tarde. Neste mesmo dia, Montojos realizou uma visita ao secretário da American Vocational Association para conhecer a atuação deste órgão.

Montojos enquanto homem de governo e ocupante de cargo-chave da educação profissional no MES realizou esta e outras visitas similares para conhecer a atuação dos órgãos educacionais anglo-americanos e mantinha sempre uma visão crítica acerca do que via e se mantinha na condição de formulador de políticas públicas.

Dia 04 de dezembro Montojos assistiu à abertura do evento presidida pelo presidente da AVA. e diretor da Educação Vocacional e de Adultos do Estado de Wisconsin. Na sequência ouviu os discursos do superintendente de instrução da cidade; do capitão da Reserva Naval Norte-Americana, que falou sobre a Reserva Naval e treinamento Vocacional; do diretor da Educação Vocacional e de Adultos de San Diego, Estado da Califórnia, que apresentou os poucos delegados estrangeiros presentes; do superintendente e diretor da Educação Vocacional do Estado de Missouri; e do assistente do comissário do governo americano de Educação Vocacional, que falou acerca da lei George-Barden¹³¹.

para melhorar a educação vocacional em escolas públicas e faculdades (OHIO HISTORY CENTRAL).

_

¹³¹ A Lei George-Baden de 1946 (79-586) foi criado pelo Senador George e o representante da Carolina do Norte Graham A. Braden sendo assinada em 01/08/1946 pelo presidente Harry S. Truman. Um dos principais fatores que contribuíram para esta legislação foi a necessidade de fornecer meios para que milhares de veteranos da Segunda Guerra Mundial retornassem ao mercado de trabalho e adquirissem habilidades empregáveis em uma economia que estava em rápida expansão (CALHOUN & FINCH, 1982 apud GORDON, 2014). As disposições principais desta legislação foram: autorização de 10 milhões de dólares para a educação agrícola, a ser distribuído entre os estados com base na população agrícola; autorização de fundos em apoio a duas organizações juvenis na agricultura: os futuros e os novos agricultores da América; autorização de 8 milhões de dólares para a economia doméstica, sendo a base da atribuição a população rural do estado e para a educação comercial e industrial, que seria distribuída entre os estados com base na população não agrícola; limitação de fundos para ocupações de marketing para apoiar cursos de meio período (cooperativo) e noturnos para trabalhadores empregados – nenhum curso preparatório em outros campos foi autorizado (MASON, FURTADO & HUSTED, 1989, apud GORDON, 2014). A lei previa que, após 30/06/1951, não mais do que 10% desses fundos poderiam ser usados para a compra ou aquisição de equipamentos (GORDON, 2014). Esta lei surgiu como uma emenda a Lei vocacional Geroge-Deen, instituída em 1936 que forneceu fundos federais aos estados

No dia 05 de dezembro Montojos realizou uma visita à *David Ranken Jr. School of Mechanical Trades*, da cidade de Saint Louis, onde eram ministrados cursos de reparo de automóveis, carpintaria, desenho, eletricidade, mecânica, pintura, entre outros. De acordo com Montojos (1946, p.134), "Esta visita, embora realizada com numerosos convencionais, pôde ser relativamente minuciosa." A minúcia era uma característica deste intelectual, percebida na maioria de seus relatórios. Seu foco era entender a sistematização de cada um dos cursos e a organização geral da escola.

Montojos relata também que assistiu, ainda no dia 05, a uma reunião sobre Treinamento Vocacional e Técnico, onde ocorreu também um simpósio sobre os planos da UNESCO e da Comissão Nacional Norte-Americana de Educação Internacional.

Durante a convenção, Montojos reservou a manhã do dia 6 para uma conversa com o diretor de Educação Vocacional do Estado acerca da educação industrial. Neste mesmo dia a tarde Montojos relata que participou da reunião da *American Association of Technical High Schools and Institutes*. Nesta sessão o diretor da *M. R. Crozier Technical High School* de Dallas, Estado de Texas, fez uma exposição do trabalho realizado nessa instituição.

Na sequência de seu relato, Montojos descreve secamente sobre outros discursos de Diretores de Escolas que abordaram os programas de educação técnica e os processos de seleção de alunos para os cursos das escolas técnicas secundárias, bem como, representando a vertente do trabalho, um membro da *General Electric Company*, de Schenectadv, Estado de New' York, que discursou sobre as necessidades da indústria em conexão com o treinamento técnico no nível das escolas secundárias.

Durante sua viagem Montojos estudou o emprego das comissões consultivas, um sistema adotado nos EUA que obtinha grande sucesso. Estas comissões tinham representantes dos empregadores, empregados e das escolas e tinha o cunho de estreitar a relação entre escola, indústria e comunidade (CBAI, 1947). Montojos procurou absorver a metodologia utilizada nos EUA e trouxe como orientativo os objetivos deste comitê, sua composição, suas atribuições e sugestões.

Montojos relata que, na cidade de San Francisco realizou uma visita pormenorizada à Samuel Gompers Trade School, um dos sete centros de educação de adultos daquela cidade. O mesmo cuidado Montojos demonstra por sua visita a Los Angeles, da qual também realizada com toda a minúcia. Nesta cidade Montojos visitou a Frank Wiggins Trade School, sendo esta visita precedida de uma conferência nos escritórios do Board of Education, da cidade, onde

lhe foi explicada "minudentemente" como o Estado da Califórnia aplicava as leis federal e estadual de apoio à educação industrial.

Neste momento Montojos estava na posição de formulador de políticas públicas para o ensino industrial e para a educação profissional no Brasil. Montojos conversou também com o Diretor da Escola para entender seu funcionamento e realizou várias perguntas que interessavam o ensino industrial do Brasil.

E nesta oportunidade Montojos pôde assistir uma reunião de um comitê consultivo e relata que ficou impressionado com o espírito positivo desta ação e que captou a utilidade deste conselho tanto para o trabalho do diretor como para a eficácia do ensino (MONTOJOS, 1947). Apesar do relatório de Montojos sobre sua experiência nos EUA demonstrar uma certa aridez, ao ler os Boletins da CBAI e constatar seus relatos esparsos sobre esta viagem, podese perceber um certo entusiasmo e mesmo encantamento em relação a este país e suas instituições e práticas de educação profissional.

Em um destes relatos consta uma das ações que Montojos divulgou no Brasil, que são os Comitês Consultivos, oriundos de ações anglo-americanas experimentadas em sua visita aos EUA. Montojos incentivou sua aplicação nas instituições que tivessem interesse, quando e onde fosse possível, colocando a CBAI à disposição para colaborar na organização dos Comitês e prestar o apoio necessário. Em 1947 após as orientações expostas por Montojos, a Escola Técnica de Curitiba decidiu por implantar nesta instituição uma comissão inspirada na sugestão de Montojos. Este comitê consultivo seria composto por pessoas de representação nas atividades econômicas, com o intuito de estreitar as relações entre a escola e a indústria, a indústria e a comunidade, promovendo esta cooperação e manutenção do contato com as atividades exteriores (MONTOJOS, 1947).

Em continuação aos seus relatos sobre a viagem aos EUA, Montojos fala sobre sua visita a fábrica de aviões *Lockheed*, na cidade de Los Angeles, onde foi acompanhado por um técnico desta empresa e um dos membros do *Board of Education* local, encarregado do treinamento relativo à aviação. De acordo com Montojos, a visita durou algumas horas, sendo percorridas e examinadas diversas oficinas da fábrica e também a escola para treinamento de pilotos e mecânicos.

Em San Diego Montojos visitou a *Trade School* da cidade e ainda, uma escola técnica secundária, onde se praticava o ensino pré-vocacional, sendo que este ensino consistia em uma das defesas de Montojos. Em New Orleans, visitou a Isaac Delgado *Trade School* e a

Tulane University. Em Boston, visitou o Wentworth Institute e o Massachusetts Institute of Technology.

Em Waltham, Estado de Massachusetts, visitou a fábrica de relógios *Waltham* e a escola industrial respectiva. Em Hartford visitou os escritórios do *Board of Education* do Estado, bem como ao Departamento Estadual do Trabalho e a Câmara de Comércio, a fim de estudar a possibilidade dos professores brasileiros de ensino industrial, que iriam aos EUA receber formação, serem recebidos na indústria local para estágio.

De volta à cidade de New York, Montojos esteve no Departamento de Educação do Estado e conversou com o supervisor do treinamento de professores do ensino industrial sobre a realização de um curso especial para os professores brasileiros, que era um dos objetivos essenciais da CBAI e motivo de responsabilidade por parte de Montojos.

Montojos regressa ao Brasil no dia 25 de dezembro, tendo estado neste país por cerca de um mês.

O que se concebe destas visitas era o cuidado e a visão sistêmica de Montojos em cada uma delas, que procurou absorver a formulação de políticas públicas e como ela se realizava na prática, o funcionamento das instituições de ensino, a programação dos cursos e sua didática, a atuação da direção destas instituições, a formação de professores, a relação indústria e escola. Montojos formula assim um sistema de educação. Enfim, Montojos absorveu a cultura americana e na medida do possível aplicou estas ideias ou fizeram que circulassem no Brasil no período de sua atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo elaborar a trajetória do intelectual Francisco Montojos situando sua atuação e suas ideias em relação à educação profissional e, de modo particular, ao ensino industrial brasileiro, no período de 1927 a 1949. O período de atuação de Francisco Montojos no Ensino Industrial remonta a um momento de constituição, instituição e expansão deste ramo de ensino, tendo em vista o crescimento econômico e industrial pelo qual passava o Brasil. Sua atuação remete a uma etapa relevante na história do país, quando o mesmo se aproximou dos EUA em busca de referências para formação de profissionais para a indústria emergente. Desta aproximação com ideias e ações anglo-americanas na educação, em especial no ensino industrial, surgiu o acordo denominado CBAI.

A questão central desta pesquisa buscou elaborar a trajetória do intelectual Francisco Montojos, identificar movimentos e disputas nos quais ele esteve envolvido, sua posição acerca das ideias de origem anglo-americanas que circularam no Brasil no período de sua atuação e quais ideias orientaram seus trabalhos na educação profissional e, de modo particular, no ensino industrial brasileiro no período de 1927 a 1949.

Da mesma forma buscou-se perceber as ideias de Montojos acerca da relação entre ensino regular e ensino técnico-profissional, sua participação e posição nas disputas entre empresários industriais, intelectuais e homens de governo no tocante à constituição e instituição do novo ensino industrial. A ideia era verificar se ele pode ser incluído como um pensador do ensino industrial por meio da identificação de seu itinerário, sua geração e os espaços nos quais ele transitou. O que pode ser constatado como uma resposta positiva.

Montojos permaneceu por várias décadas em posições estratégicas na gestão do Ensino Industrial em um período de instabilidade política no Brasil. Ele foi integrante do Ministério da Educação desde a década de 1920 até a década de 1960. Desde sua entrada na área da educação profissional observa-se o crescimento pelo qual o ensino industrial estava vivenciando, seja no tocante ao número de escolas, de matrículas realizadas, à qualidade do ensino, às melhorias ocorridas nas escolas federais e, principalmente, em relação ao prestígio social dessa modalidade de ensino. Com base na pesquisa realizada, pode-se dizer que, no período de sua atuação o ensino industrial tomou forma, desenvolveu-se através da criação de novas escolas industriais e incorporação de novos cursos nas escolas existentes.

Verificou-se que, a partir de 1930, o olhar mais atento para o ensino profissional e técnico ganhou forças e, com empenho de Montojos, foi sistematizado e tornou-se política

pública por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Já no início dos anos 1940, estruturou-se e expandiu-se em redes nacionais, voltadas à formação de trabalhadores e de técnicos para a indústria, primeiramente as escolas técnicas federais e o SENAI. Portanto, conhecer a trajetória de Francisco Montojos contribuiu para a compreensão da história da educação profissional no Brasil.

Concluído o processo de problematização e análise das fontes, pode-se considerar, de acordo com a definição de Sirinelli (1996), que Montojos foi um intelectual. Um intelectual que pode ser incluído na história dos intelectuais brasileiros da educação profissional, tendo em vista seu itinerário e sua geração. Montojos fez parte de importantes movimentos no âmbito da educação nacional, foi protagonista em significativos acontecimentos durante sua atuação e seus círculos de sociabilidade incluíam nomes destacados como Lourenço Filho, Joaquim Faria Góis Filho, Roberto Mange, Celso Suckow da Fonseca, Anísio Teixeira, Teodoro Ramos, João Luderitz, Leon Renault, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. Montojos conhecia a fundo a história da Educação Profissional brasileira, tanto que escreveu sobre ela, sendo um destacado colaborador do ensino Industrial no Brasil e sua permanência no Ministério da Educação perpassou vários governos e vários ministros da Educação.

Quanto aos espaços nos quais ele transitou no período estabelecido para a pesquisa, podem-se destacar os seguintes órgãos: o Serviço de Inspeção do Ensino Profissional, a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, a Superintendência do Ensino Industrial, a Divisão do Ensino Industrial, a Diretoria do Ensino Industrial e a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial – CBAI. Montojos esteve presente em quase todas as unidades da federação brasileira em seu trabalho de visitar escolas e acompanhar trabalhos realizados na educação profissional. Foi Montojos quem organizou o primeiro curso de direção de escolas técnicas e industriais no Brasil (FONSECA, 1961). Além dessa atuação direta, Montojos deixou uma série de escritos em forma de discursos, relatórios, artigos ou livro. Viajou para diversos países, dentre eles os EUA, e uma das finalidades era a apropriação de ideias, práticas e projetos e fazê-los circular no Brasil. Ou seja, Montojos aparecia como uma das pessoas ativas e de relevância nas articulações quanto à educação profissional na época.

No que diz respeito a participação e a posição de Montojos nas disputas entre empresários industriais, intelectuais e homens de governo no tocante à constituição e instituição do novo ensino industrial, salienta-se que ele participou de vários grupos de trabalho para elaboração de projetos e atuou diretamente nas negociações entre governo e

empresários industriais na definição das redes de ensino nos anos 1930 e 1940, em especial na criação do SENAI e das escolas técnicas federais em 1942.

Fonseca (1961) afirma que é difícil dissociar o ensino industrial da figura de Francisco Montojos, visto que sua ação foi marcante na fase mais ativa e de maiores progressos deste ramo de ensino. Montojos era industrialista, integrante do Estado Novo, um burocrata, no sentido weberiano (PEDROSA; SANTOS, 2015), um intelectual formulador de políticas públicas para a educação profissional.

Montojos era homem de confiança do ministro Gustavo Capanema. Na educação profissional defendia: a constituição de um sistema nacional de educação profissional, uma educação de boa qualidade, gratuita e escola de tempo integral, além de política de apoio estudantil com a industrialização da escola, a escola sindical, a plena formação de professores, bem como, sua rigorosa seleção.

Montojos foi um intelectual engajado e que interferia no debate educacional do país, lidava com ideias e relacionava-as às causas que defendia, sendo ele, de acordo com Sirinelli (1966), um intelectual, ou seja, um importante elo na circulação de ideias.

E quanto a posição de Montojos face às ideias anglo-americanas que circulavam no Brasil no período de sua atuação, destaca-se que Montojos foi protagonista na definição do primeiro acordo entre Brasil e EUA para o ensino industrial cujo principal objetivo era a capacitação de professores. Ou seja, Montojos foi um dos vetores da circulação de ideias anglo-americanas no Brasil.

Convém destacar que, naquele período, a demanda por professores de oficina ou de cultura técnica, que tivessem competência para a função de educador era uma necessidade. Em diversas ocasiões Montojos abordava a situação do ensino precário no país ocasionado pela ausência de docentes capacitados, ressaltando a urgência na adequada capacitação dos professores e mestres. Na direção da CBAI pôde colocar em prática um dos seus objetivos que era a capacitação de professores.

Na direção da CBAI, Montojos teve sua atuação marcada por ações que promoviam a transferência de conhecimento dos EUA para o Brasil, o intercâmbio entre diretores do Ensino Industrial, visitas às diversas escolas espalhadas pelo país e envio de diretores, professores e técnicos brasileiros para os EUA para cursos de capacitação e aperfeiçoamento e cursos intensivos de aperfeiçoamento no Brasil. Nota-se, ainda na execução de sua função enquanto Superintendente da CBAI e Diretor do Ensino Industrial, sua preocupação com a didática, com os instrumentos e técnicas facilitadores do aprendizado e da seleção, por

intermédio da Orientação Educacional e Profissional, direcionada aos alunos do ensino industrial.

No que concerne às ideias acerca da relação entre ensino regular e ensino técnicoprofissional é possível constatar que o posicionamento de Montojos é a favor da integração, de maneia a conceber a equivalência entre os cursos profissional e regular (ou formação geral) para continuidade nos estudos, desde que prestassem exames das matérias que não constavam no curso concluído. Em ambos os casos o pré-requisito para iniciação seria a conclusão do curso primário (ou 1º ciclo).

Levando-se em consideração o que foi levantado, conclui-se que Francisco Montojos é um dos nomes importantes na história da educação profissional e do ensino industrial no Brasil, atividade a qual dedicou boa parte de sua vida, deixando um expressivo legado, podendo ser incluído como um pensador do ensino industrial por meio da identificação de seu itinerário, sua geração e os espaços nos quais ele transitou.

Esta dissertação contribuiu para preencher uma lacuna existente na história do ensino industrial, colaborando com a sua compreensão, ao trazer à tona a atuação e as ideias de um dos importantes agentes da educação profissional brasileira, que atuou na constituição do novo ensino industrial no Brasil, que até então não havia sido evidenciada, e que teve papel expressivo nas relações que o país estabeleceu na época com os Estados Unidos da América (EUA), trazendo enriquecimento quanto ao conhecimento e as análises do campo.

Ciente de que essa pesquisa não esgota as discussões acerca do tema e almejando que por meio dela seja possível contribuir para a produção de conhecimento acerca dos estudos sobre a história da educação profissional e do ensino industrial no Brasil, espera-se que os resultados desse trabalho sejam o ponto de partida para outras pesquisas relevantes.

Assim, apontam-se alguns questionamentos e inquietações em busca de respostas:

- (i) Qual a atuação e ideias de Francisco Montojos no período de 1950 a 1965 e seus principais legados?
- (ii) Tendo como ponto de partida a história, qual o conteúdo objetivo do levantamento realizado pelos técnicos do Bureau Internacional do Trabalho (BIT) sobre o que existia no mundo acerca do problema relativo ao ensino técnico e profissional e aprendizagem, e que foi subsídio para a XXV Conferência Internacional do Trabalho, evento ocorrido no ano de 1939 em Genebra?
- (iii) Qual o desdobramento das recomendações da Conferência Internacional do Trabalho de 1939 em Genebra e suas principais influências para a educação profissional do Brasil?

(iv) O que aconteceu com a implantação da Universidade do Trabalho no Brasil, seu principal legado e os motivos da sua descontinuidade?

REFERÊNCIAS

A REMUNERAÇÃO dos professores particulares. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1940. p.6. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/1910?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 02 fev. 2019.

ABREU, A. A. D., et al. (coord). Dicionário histórico biográficobBrasileiro pós 1930. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia Tavares Bastos**, [s.d.]. Disponivel em: http://www.academia.org.br/academicos/tavares-bastos/biografia. Acesso em: 12 jan. 2019.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia Abgar Renault**, 2017. Disponivel em: http://www.academia.org.br/academicos/abgar-renault/biografia. Acesso em: 10 jan. 2019.

ALMEIDA, W. M. A Contratação de professores suíços para o Ensino. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 71-87, jan./jul. 2013. ISSN 1809-5747.

ALVARENGA, R. Z. D. A Organização Internacional do Trabalho e a proteção aos direitos humanos do trabalhador. **Revista Eletrônica Acórdãos, Sentenças, Ementas, Artigos e Informações**, Rio Grande do Sul, p. 16, jan. 2007. Disponivel em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/80598. Acesso em: 23 jun. 2018.

ALVES, D. L. R.; SILVA, E. A. P. D. O papel das políticas públicas na promoção de uma educação básica de qualidade. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL, 6., SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁXIS EDUCACIONAL, 2., 2017, Vitória da Conquista. **Anais** [...]. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017. p. 750-767.

ALVES, L. A. M. República e educação: dos princípios da escola nova ao manifesto dos pioneiros da educação. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História**, Porto, p. 165-180, 05 mar. 2014. Disponível em: https://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/56075. Acesso em: 13 set. 2018.

AMARAL, C. P. S. Joaquim Faria Góis Filho e o ensino técnico secundário no Brasil na década de 1930. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2017.

AMORIM, M. L. **Da Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná: projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942–1963)**. 2004. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ANJOS, P. C. D. O desenrolar histórico da Organização Internacional do Trabalho e seu papel na atualidade. **Revista Jurídica Uniandrade**, v. 20, n.1, p. 230-250, 2014.

ARANHA, M. L. D. A. Filosofia da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARENDT, H. Entre o Passado e o Futuro. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. AS GRANDES comemorações cívicas da semana da independência. Correio da Manhã, Rio

de Janeiro, 5 set. 1937. p.3. Disponivel em:

fev. 2019.

http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/42257?pesq=montojos. Acesso em: 20 fev. 2019.

AZEVEDO, A. D. D. Plínio Casado. **Correio do Povo**, Rio de Janeiro, 30 set. 1960. Disponivel em:

http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/PlinioCasado/Diversos/001.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

AZEVEDO, A. D. D. Um centenário: Plínio Casado. Correio do Povo, Rio de Janeiro, 24 out. 1970. Disponível em:

http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/PlinioCasado/Diversos/001.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

AZEVEDO, F. D. *et al.* Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Recife: Massangana, 2010. (*In:* MEC, Coleção Educadores).

BARROSO, J. L. A Instrução Pública no Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1867.

BERETA, C.; DALLABRIDA, N. C.; SILVA, J. M. A perspectiva de Jayme Abreu sobre a reforma do ensino secundário no contexto do CBPE entre 1955 e 1964. *In:* COLÓQUIO "ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA", 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis (SC), 2013. ISSN 2236-7977. Disponivel em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/3911/2724. Acesso em: 13

BEZERRA, J. Ato adicional de 1934. **Toda matéria:** conteúdos escolares, 2017. Disponivel em: https://www.todamateria.com.br/ato-adicional-de-1834/. Acesso em: 20 set. 2018.

BEZERRA, J. Biografia: José Bonifácio. **Toda matéria**, 2018. Disponivel em: https://www.todamateria.com.br/jose-bonifacio/. Acesso em: 08 abr. 2019.

BEZERRA, J. História do Brasil: Governo provisório (1930-1934). **Toda matéria**, 2019. Disponivel em: https://www.todamateria.com.br/governo-provisorio/. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937b. Disponivel em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.532, de 24 de janeiro de 1874**. Crêa 10 Escolas publicas de instrucção primaria, do primeiro gráo, no Municipio da Côrte. Rio de Janeiro, 1874. Disponivel em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5532-24-janeiro-1874-550082-publicacaooriginal-65715-pe.html. Acesso em: 22 set. 2018.

- BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Império. Rio de Janeiro, 1879. Disponivel em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html. Acesso em: 12 dez. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponivel em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 03 jun. 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927**. Crêa o ensino profissional obrigatorio nas escolas primarias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Collegio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providencias. Rio de Janeiro, 1927. Disponivel em: http://legis.senado.leg.br/norma/601390/publicacao/15770088. Acesso em: 03 set. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 21.353, de 3 de maio de 1932**. Aprova o regulamento da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico. Rio de Janeiro, 1932. Disponivel em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21353-3-maio-1932-515859-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 22 set. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 24.558, 3 de juho de 1934**. Transforma a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1934. Disponivel em: http://legis.senado.leg.br/norma/446987/publicacao/15617224. Acesso em: 18 jan. 19.
- BRASIL. **Decreto nº 20.302, de 2 de janeiro de 1946**. Aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1946f. Disponivel em: http://legis.senado.leg.br/norma/438734/publicacao/15654523. Acesso em: 20 fev. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 8.680, de 15 de janeiro de 1946**. Dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, (Lei Orgânica do Ensino Industrial). Rio de Janeiro, 1946g. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8680.htm. Acesso em: 2 fev. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959**. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, 1959b. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm. Acesso em: 17 jan. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 53.041, de 28 de novembro de 1963**. Atribui ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial os serviços técnicos que vem sendo realizados, pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial e dá outras providências. Brasília , 1963. Disponivel em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53041-28-novembro-1963-393136-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 03 jun. 2017.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939**. Dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores. Rio de

- Janeiro, 1939. Disponivel em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10 ago. 2018.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.028, de 22 de fevereito de 1940**. Institui o Registro Profissional dos Professores e Auxiliares da Administração Escolar, dispõe sobre as condições de trabalho dos empregados em estabelecimentos particulares de ensino e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1940. Disponivel em: http://legis.senado.leg.br/norma/526664/publicacao/15802713. Acesso em: 11 fev. 2019.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro, 1942a. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm. Acesso em: 03 jul. 2017.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro, 1942b. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em: 03 jun. 2017.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro, 1942c. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 03 jun. 2017.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, 1942d. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm. Acesso em: 02 dez. 2018.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.983, de 21 de novembro de 1942**. Dispõe sobre a organização do ensino industrial de emergência e sobre a transformação dos estabelecimentos de ensino industrial em centros de produção industrial para atender às exigências da guerra. Rio de Janeiro, 1942e. Disponivel em:

http://legis.senado.leg.br/norma/530077/publicacao/15611829. Acesso em: 06 fev. 2019.

- BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Rio de Janeiro, 1943. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm. Acesso em: 03 dez 2018.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, 1946a. Disponivel em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 03 dez. 2018.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Rio de Janeiro, 1946b. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8530.htm. Acesso em: 03 dez. 2018.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sôbre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946c.

Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm. Acesso em: 03 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sôbre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946d. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8622.htm. Acesso em: 03 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro, 1946e. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm. Acesso em: 03 dez. 2018.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio, 1827. Disponivel em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 31 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937a. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 02 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Rio de Janeiro, 1953. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l1821.htm. Acesso em: 3 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1959a. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/L3552.htm. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/leis 2001/l10172.htm. Acesso em: 03 jun. 2017.

BRASIL. Portaria nº 84, de 29 de agosto de 1970. Brasília, artigo 6º, 1970.

BRASIL, B. Correio da Manhã. **Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, 17 nov. 2014a. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/. Acesso em 01 jan. 2019.

BRASIL, B. A noite (Rio de Janeiro, 1911). **Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, 31 jul. 2014b. Disponivel em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/. Acesso em: 20 dez 2018.

BRASIL, B. Jornal do Brasil. **Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, 5 mar. 2015a. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL, B. Diário da Noite - Um vespertino que será sempre o arauto das aspirações cariocas (Rio de Janeiro, 1929). **Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2015b. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-da-noite-um-vespertino-que-sera-sempre-o-arauto-das-aspiracoes-cariocas-rio-de-janeiro-1929/. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRITTO, J. D. M. **Memórias de um educador / Paschoal Lemme (1904-1997)**. 2. ed. Brasília: INEP, v. 5, 2004.

CASTRELLÓN, M. H. D. R. Biografía de Adolphe Ferriére. **Pedagogia do PMCE UAZ**, 2018. Disponivel em: http://otrasvoceseneducacion.org/archivos/292199. Acesso em: 12 jan. 2019.

CBAI. A.V.A. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro, n.1, p.8, jan. 1947.

CBAI. Os programas de ensino na escola técnica de Curitiba e sua coordenação com a indústria. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro, n.9, p. 1-6, set. 1947. CBAI. Comissão de estudos das diretrizes e bases da educação. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro, n.4, p. 1-2, abr. 1947a.

CBAI. Novo diretor do Ensino Industrial. **Boletim da CBAI.** Rio de Janeiro, n.12, v. IX, p. 1527, dez. 1955b.

CBAI. O Ensino Industrial. Boletim da CBAI. Rio de Janeiro, n.2, v. IX, p. 1370, fev. 1955a.

CBAI. Setembro de 1909. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro, n.9, v.X, p. 1661, set. 1956.

CBAI. Boletim da CBAI. Rio de Janeiro, n.1, v. XI, jan. 1957.

CBAI. Boletim da CBAI. Curitiba, n.9, v. XIII, p.2, out. 1959.

CEFET-RJ. CEFET-RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca), 2017. Disponivel em: http://www.cefet-rj.br/index.php/2015-06-02-16-38-34. Acesso em: 11 jan. 2019.

CHAMON, C. S. O Ensino Profissional em debate no Brasil Oitocentista. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *In:* FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado:** concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Cap. 3, p. 83-106.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, 2012. p. 27-41.

CIAVATTA, M.; SILVEIRA, Z. S. D. Celso Suckow da Fonseca. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. ISBN 978-85-7019-528-9

CILEME. Considerações gerais sobre o projeto de criação do Centro Brasileiro de **Pesquisas Educacionais**. INEP: CBPE CX18 M198, p. 7. Rio de Janeiro, 1955.

CONFERÊNCIA Nacional de Educação. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1931. p.6. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/9601?pesq=montojos. Acesso em: 19 dez. 2018.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 1936-1939. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&PagFis=44817&Pesq=mo ntojos. Acesso em: 12 mar 2019.

COSTA, E. D. A. Difusão Tecnológica pelo CEFET/SC junto às empresas de reparação automotiva independentes da região da Grande Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2006.

COSTA, M. D. P. D. F. A Biblioteca da CBAI em sua Nova Fase. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, n. 12, v. IV, p. 569, dez. 1950.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. Brasília: UNESP, 2005a.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo; Brasília, DF: UNESP; FLACSO, 2005b.

CUNHA, L. A. Ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. 2. ed. Brasília: UNESP, 2005c.

DE PÉ contra as forças do mal. **Diário da noite**, Rio de Janeiro, p.2, 28 ago. 1942. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_02/13962?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 14 nov. 2018.

DIÁRIO DA NOITE, Rio de Janeiro, 1943-1949. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&PagFis=25360&Pesq=mo ntojos. Acesso em: 12 dez. 2018.

DIÁRIO DA NOITE. **14 mil aprendizes industriais frequentam as 58 escolas do SENAI**, Rio de Janeiro, 21 nov. 1944. Fotografia. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_02&pasta=ano%20194&pesq=montojos. Acesso em: 12 dez. 2018.

DIÁRIO DA NOITE. **Aparelho máximo de aprendizagem profissional**, Rio de Janeiro, p. 7, 15 maio 1945. Fotografía. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&PagFis=25360&Pesq=montojos. Acesso em: 02 nov. 2018.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Quarenta e dois professores suíços para o magistério técnico oficial**, Rio de Janeiro, p. 6, 24 de jan.1942a. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/8589?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 12 fev. 2019.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Inauguração da Escola Técnica Nacional**. Rio de Janeiro, p.3, 16 de jul.1942b. Fotografia. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/10690?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 12 fev. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Página 26 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 3 de Março de 1927, 1927. Disponivel em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1753921/pg-26-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-03-03-1927?ref=serp. Acesso em: 10 ago. 2018.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Página 16 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 12 de setembro de 1934, 1934. Disponivel em:

https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2273980/pg-16-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-09-1934?ref=serp. Acesso em: 10 jan. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Diário Oficial da União (DOU) de 30 de Novembro de 1942, p. 10 da seção 1, 1942. Disponivel em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2578895/pg-10-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-11-1942. Acesso em: 6 fev. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Diário Oficial da União (DOU), p. 23 da Seção 1, de 12 de Fevereiro de 1943, 1943. Disponivel em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2173183/pg-23-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-02-1943. Acesso em: 6 fev. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Página 7 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 4 de Janeiro de 1946, 1946. Disponivel em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2155811/pg-7-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-01-1946. Acesso em: 2 fev. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto 22/06/1949 publicado p.1 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 24 de Junho de 1949, 1949. Disponivel em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2514164/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-06-1949?ref=serp. Acesso em: 2 fev. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Página 6 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 13 de Dezembro de 1955, 1955. Disponivel em:

https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2994092/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-12-1955?ref=serp. Acesso em: 2 fev. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Diário Oficial da União. Decreto 26/4/61 publicado no DOU de 1/5/61, 1961.

DIAS, SONIA. FVG/CPDOC. **Verbete biográfico:** Euvaldo Lodi. [s.d.]. Disponivel em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lodi-euvaldo. Acesso em: 12 dez. 2018.

DIAS, SONIA. FGV/CPDOC. **Verbete biográfico:** Roberto Cochrane Somonsen. [s.d.]. Disponivel em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-cocharane-simonsen. Acesso em: 10 dez. 2018.

DUARTE, S. R. "Educar as mãos para descobrir o mundo": a proposta do professor Manoel Penna para o ensino de Trabalhos Manuais (1906 – 1934). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2017.

ENSINO Profissional. Minas Geraes, Belo Horizonte, 31 maio 1928.

FALCÃO, L. Q.; CUNHA, L. A. Ideologia, Politica e Educação: A CBAI (1946/1962). **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, ISSN 1809-5747. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1579. Acesso em: 03 jun. 2017.

FALECEU o educador Leon Renault. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 1º Caderno, p.4, 13 ago. 1961. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/21388?pesq=leon%20renault>. Acesso em: 10 set. 2018.

FERNANDES, J. V. D. S. MEC. **Portal do professor - "Uma revolução industrial para chamar de nossa:** a criação das indústrias de base", 2013. Disponivel em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51410. Acesso em: 12 fev. 2018.

FERRARI, M. Herbert Spencer, o ideólogo da luta pela vida. **Nova Escola**, 2008. Disponivel em: https://novaescola.org.br/conteudo/1685/herbert-spencer-o-ideologo-da-luta-pela-vida. Acesso em: 12 jan. 2019.

FGV/CPDOC. Anísio Teixeira. [s.d.]. Disponivel em:

https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/dhbb/Anisio%20Teixeira.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

FGV/CPDOC. Anos de Incerteza (1930 - 1937) > Golpe do Estado Novo. **A Era Vargas:** dos anos 20 a 1945. [s.d.]. Disponivel em:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo. Acesso em: 02 out. 2017.

FGV/CPDOC. Carta de Francisco Montojos explicitando o voto dado por ele na plenária da conferência de educação realizada em Genebra. **Manuscrito**, 1939-1944. Disponivel em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=%22GC+b+Montojo%2c+F.%22&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nItens=30. Acesso em: 10 jul. 2018.

FGV/CPDOC. **Leis Orgânicas do Ensino**. Colaboração: Luís Antônio Cunha. [s.d.]. Disponivel em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/leis-organicas-do-ensino. Acesso em: 05 fev. 2018.

FGV/CPDOC. Verbetes: Hélio Lobo. [s.d.]. Disponivel em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20H%C3%A9lio.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

FGV/CPDOC. Dados Biográficos - Lourenço Filho. [s.d.]. Disponivel em: http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=LF. Acesso em: 15 junho 2018.

FGV/CPDOC. Vicente Licínio Cardoso. [s.d.]. Disponivel em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/ biografias/vicente_licinio_cardoso. Acesso em: 08 abr. 2019.

FILHO, R. L. B. Educação profissional no Brasil: novos rumos. **Revista Iberoamericana de educación**, p. 87-105, 1999.

FILHO, T. D. S. O Ensino Technico no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

FLOR, L. A. V. Nascida em Palácio. **Blog da Turma CT1-E de Eletrotécnica Ingressa em 1966 na ETN**, 2010. Disponível em:

http://nostemposdovietnam.blogspot.com/2010/05/nascida-em-palacio.html. Acesso em: 10 fev. 2019.

FONSECA, C. D. A escola ativa e os trabalhos manuais. 2. ed. v. 8, São Paulo: Melhoramento, 1929.

FONSECA, C. S. D. **História do Ensino Industrial no Brasil**. v. 1 e 2, Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961.

FRAZÃO, D. Biografia de Carlos Drummond de Andrade. **ebiografia**, 2019. Disponivel em: https://www.ebiografia.com/carlos_drummond/. Acesso em: 20 jun. 2019.

FRAZÃO, D. Biografia de Getúlio Vargas. **ebiografia**, 2018. Disponivel em: https://www.ebiografia.com/getulio_vargas/. Acesso em: 12 jan. 2019.

FRAZÃO, D. Biografia de João Alfredo Correia de Oliveira. **ebiografia**, 2016. Disponivel em: https://www.ebiografia.com/joao alfredo correia de oliveira/. Acesso em: 16 mar. 2019.

FRAZÃO, D. Jean-Jacques Rousseau. **ebiografia**, 2018. Disponivel em: https://www.ebiografia.com/jean jacques rousseau/. Acesso em: 12 jan. 2019.

FRAZÃO, D. Rui Barbosa. **ebiografia**, 2018. Disponivel em: https://www.ebiografia.com/rui barbosa/. Acesso em: 10 ago. 2018.

FREITAS, J. F. B. Intervenções urbanísticas em vitória-1900-1955: modernização e expansão territorial. **ANPUH–XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003.

GOMES, A. D. C. **Essa Gente do Rio:** Modernismo e Nacionalismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, A. D. C.; HANSEN, P. S. (Org.). **Intelectuais mediadores:** práticas culturais e ação política. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GORDON, H. R. The history and growth of career and technical education in America. [S.l.]: Waveland press, 2014.

GRIFFING, J. B. Cooperação Brasileiro-Americana de Ensino Industrial. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, p. 1-2, jan. 1947.

HEINZ, F. M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n.58, p. 263-289, 2009.

HIRATA, A. Notáveis do Direito: João Maurício Wanderley, o Brarão de Cotegipe. **Jornal carta forense**, São Paulo, 2012. Disponivel em:

http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/joao-mauricio-wanderley-o-barao-decotegipe/9758. Acesso em: 10 ago. 2018.

HOELLER, S. A. D. O.; DAROS, M. D. D. Trabalhos manuais no ensino primário e no ensino profissional para a construção da nação laboriosa: proposições de Orestes Guimarães e Corinto da Fonseca—Brasil, anos de 1920. *In:* ANPED SUL, 10., Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2014.

HOMENAGEM ao vice-presidente do Partido Libertador. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, p.3, 1 mar. 1931. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/6065?pesq=montojos. Acesso em: 02 nov. 2018.

INSTALADA a II Reunião de Diretores de Ensino Industrial. **Diário da noite**, Rio de Janeiro, 1947. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/221961_02/37309?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 8 mar. 2019.

INSTALOU-SE a segunda reunião de diretores de ensino industrial. **A noite**, Rio de Janeiro, p. 12, 13 jan. 1947. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/44277?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 20 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP: Encontro_CX27_M322 - Comissão Especial. Rio de Janeiro, p. 3. 1941.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 1954. Disponivel em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/institutonacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/b/5/3/b531aea9b618b843b527e1502e4f4d929e3e0576b26d04918d8cda038cf7 e1bf/CILEME_m005p01_EstudosPreliminaresParaOAnte-projetoDeLeiQueCria. Acesso em: 14 mar. 2019.

ITAUCULTURAL. Verbete da Enciclopédia: FÉLIX Ferreira. **FÉLIX Ferreira.** *In:* Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. ISSN 978-85-7979-060-7. Disponivel em:

http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa410450/felix-ferreira. Acesso em: 10 ago. 2018.

JORNAL A NOITE. Ed. 09382, 1938. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970_04&PagFis=44277&Pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 20 fev. 2019.

JORNAL DO BRASIL. Avisos religiosos, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 82, 29 jun.1981. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=montojos. Acesso em: 03 dez. 2018.

LEITÃO, A. R. OIT – A Organização Internacional do Trabalho: quase um século de ação em contextos históricos diversos. **Laboreal**, Coimbra/Portugal, v. XII, n.1, p. 103-111, jul. 2016.

LEITE, G. Antônio Ferreira França. **Filhos ilustres da Bahia**, 2014. Disponivel em: http://ilustresdabahia.blogspot.com/2014/03/antonio-ferreira-franca_29.html. Acesso em: 16 mar. 2019.

LIMA, M. Memória e Imagens do IFES: cronologia, digitalização e transcrição das principais fontes historiográficas da EAAES ao CEFETES. **IFES**, Vitória, 2011.

LORENZON, E. A.; JORGE, L. G. A. A ideia de educação integral em Platão e Rousseau. **Perspectiva**, Erechim / RS, v. 35, n.132, p. 7-17, dez. 2011. ISSN ISSN 2178-5937.

MACHADO, M. C. G. Carlos Leôncio de Carvalho. Disponivel em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_carlos_leoncio_de_carvalho. htm. Acesso em: 12 jan. 2019.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil:** Atores e cenários ao longo da história. São Paulo: Paco, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal do MEC** - Histórico da Educação Profissional - Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. [s.d]. Disponivel em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conferências Interamericanas de Educação:** MEC/INEP, 1965. Disponivel em:

http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001999.pdf. Acesso em: 05 dez. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Coleção Educadores MEC:** Lourenço Filho. Domínio Público, São Paulo, 2010. Disponivel em:

http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4706.pdf. Acesso em: 15 junho 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Institucional. História**, 2015. Disponivel em: http://portal.mec.gov.br/institucional/historia. Acesso em: 10 julho 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resposta solicitada inserida no e-SIC. [S.l.]. 2018.

MONTOJOS, F. Ensino Industrial Mantido pela União - Subsídios à I Conferência Nacional de Educação. INEP: Encontro_CX31_M359. Rio de Janeiro, p. 8. 1941.

MONTOJOS, F. Conselho Consultivo. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, p. 10-11, mar. 1947.

MONTOJOS, F. Notas e Sugestões. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 14-15, out. 1947.

MONTOJOS, F. Reunião de diretores de estabelecimentos de ensino industrial. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, n.1, p. 2 a 5, jan. 1947.

MONTOJOS, F. As atividades da CBAI, no período de 1946 a 1947. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, p. 39-43, mar. 1948.

MONTOJOS, F. Curso pedagógico e estágio na indústria. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, p. 146-147, out. 1948.

MONTOJOS, F. Ensino Industrial. Rio de Janeiro: MES / CBAI, v. 5, 1949.

MONTOJOS, F. **Tipos de Organização do Ensino Profissional**. INEP: CRPE-RS-CX1_M7. Rio de Janeiro, p. 9, 1950.

MONTOJOS, F. Mensagem aos colegas do Ensino Industrial e CBAI. **Boletim CBAI**, Brasília, editorial / capa dez. 1955.

MONTOJOS, F. Tipos de Organização de Ensino Profissional. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, mar. 1955.

MONTOJOS, F. Ensino Industrial. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, p. 1568-1560, mar 1956.

MONTOJOS, F. Carta de Francisco Montojos a Anísio Teixeira (28/12/1964). **FGV/CPDOC**, AT c 1964.12.28, rolo 40 fot. 535, p.1, 1964. Disponivel em: http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/arquivo-pessoal/AT/textual/cartas-de-francisco-montojos-a-anisio-teixeira-enviando-lhe-votos-pela-passagem-de-ano-e-se-lastimando-pela-situacao-cultural-do-pais-pos-64-rio-d. Acesso em: 13 jul. 2017.

MONTOJOS, F. Carta de Francisco Montojos a Anísio Teixeira (12/07/1965). **FGV/CPDOC**, AT c 1964.12.28, rolo 40, fot. 535, p. 2, 1965. Disponivel em: http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/arquivo-pessoal/AT/textual/cartas-de-francisco-montojos-a-anisio-teixeira-enviando-lhe-votos-pela-passagem-de-ano-e-se-lastimando-pela-situacao-cultural-do-pais-pos-64-rio-d. Acesso em: 12 jul. 2017.

MONTOJOS, F. Súmula das atividades do Setor de Educação Primária e Complementar em 1963. INEP: CBPE_CX8_M86. Rio de Janeiro, p. 55. 1964.

MOREIRA, C. B. A teoria da linguagem em John Locke. **Revista de Estudos Literários da UEMS**, v. 3.14, p. 150-166, dez. 2016. ISSN ISSN: 2179-4456.

MOROSINI, M. C.; FRANCO, M. E. D. P. Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896-1934): hegemonia política na construção da universidade. **Revista História da Educação**, Pelotas, p. 39-57, abr. 2006.

NASCIMENTOS. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 7 jan. 1934. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/20075?pesq=montojos. Acesso em: 03 dez. 2018.

NASCIMENTOS. **O jornal**, Rio de Janeiro, p.10, 15 ago. 1935. Disponivel em: http://memoria.bn.br/pdf/110523/per110523 1935 04862.pdf. Acesso em: 12 nov. 2018.

NETSABER. **Manoel Dantas.** *In:* netsaber biografias, 200?. Disponivel em: http://biografias.netsaber.com.br/biografia-1477/biografia-de-manoel-dantas. Acesso em: 12 jan. 2019.

NOBRE, F. S. José Liberato Barroso. **Portal da história do Ceará - 1001 Cearenses Notáveis**, Ceará, 1996. Disponivel em:

http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2051&catid=293 &Itemid=101. Acesso em: 10 ago. 2018.

NOVAS perspectivas do ensino profissional em todo o país. **A noite**, Rio de Janeiro, ano XXVII, ed.09382, p. 5, 26 mar. 1938. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1938_09382.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

O BRASIL adheriu ao Instituto Internacional do Ensino Technico. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 8 fev. 1938. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/44817?pesq=montojos. Acesso em: 02 fev. 2019.

O BRASIL no Congresso de Ensino Technico de Roma. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, p.10, 29 dez. 1936. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=montojos. Acesso em: 13 nov. 2018.

O CASO da equiparação da Universidade da Capital Federal. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, p.2, 29 jun. 1937. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/41039?pesq=montojos. Acesso em: 02 fev. 2019.

O EXPEDIENTE da Escola Técnica Nacional. **Diário de notícias**, Rio de Janeiro, p. 8, 11 fev. 1943. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/13219?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 20 fev. 2019.

O LIBERALISMO Econômico de Adam Smith e o Estado Novo Brasileiro. **A noite**, Rio de Janeiro, p. 6, 18 ago. 1940. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/4100?pesq=aristides%20casado. Acesso em: 02 fev. 2019.

O NOVO edificio da Escola Wenceslau Bras. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, p.6, 1936. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/34899?pesq=montojos. Acesso em: 13 nov. 2018.

OHIO HISTORY CENTRAL. George-Deen vocational law. Disponivel em:

http://www.ohiohistorycentral.org/w/George-Deen_Vocational_Law. Acesso em: 02 fev 2019.

OLIVEIRA, L. O. D. Ensino ténico-profissional. **A noite**, Rio de Janeiro, p. 4, 28 dez. 1941. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/12795?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 12 mar 2019.

ORLANDI, E. D. L. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PEDROSA, J. G.; SANTOS, O. G. D. Agentes do Ensino Industrial no Brasil (1920–30–40) e suas referências internacionais: Europeísmo e Americanismo. **Cadernos de História da Educação**, v. 13, p. 313-334, jan./jun. 2014.

PEDROSA, J. G.; SANTOS, O. G. D. Atuação de Francisco Montojos na Constituição e na Instituição do Novo Ensino Industrial Brasileiro (1934–1942). **Revista Educação & Tecnologia**, Curitiba, n.13, 2015.

PEREIRA, L. C. Método Montessoriano. **infoescola**, 201? Disponivel em: https://www.infoescola.com/pedagogia/metodo-montessoriano/. Acesso em: 2 jan. 2019.

POMPA! De onde falará o presidente da república, nas commemorações cívicas da nossa independência. **Diário da noite**, Rio de Janeiro, 6 jul. 1937. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_01/33886?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 2019 fev. 20.

PORTAL EDUCAÇÃO. **A Tendência Escola Nova**, Rio de Janeiro. Disponivel em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-tendencia-escolanova/32642. Acesso em: 12 dez. 2018.

PORTO EDITORA. **John Dewey** *in*: Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponivel em: https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\$john-dewey. Acesso em: 18 abr. 2019.

PORTO EDITORA. **Fernando de Azevedo** *in*: Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponivel em: https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\$fernando-de-azevedo. Acesso em: 13 jan. 2019.

PORTO EDITORA. **William James** *in:* Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponivel em: https://www.infopedia.pt/\$william-james. Acesso em: 12 jan. 2019.

PRONKO, M. A. Crônica de um fracasso: Uma história dos projetos de criação de Universidades do Trabalho no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, p. 84-103, abr. 1999. Disponivel em: https://www.todamateria.com.br/ato-adicional-de-1834/. Acesso em: 16 mar. 2019.

PRONKO, M. A. A OIT nos primórdios da institucionalização do ensino técnico-profissional. **Boletim Técnico do Senac -** A revista da educação profissional, p. 40-51, 2018.

PROBLEMAS do Ensino - Magistério Particular. **Jornal do brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 17 set. 1940. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/5256?pesq=francisco%20montojos>. Acesso em: 02 fev. 2019.

RAMOS, J. J. Exercícios físicos na história e na arte. São Paulo: Ibrasa, 1983.

RAMOS, N. M. T.; PEDROSA, J. G. CBAI e os agentes do Ensino Industrial (1946 a 1963). SITRE - SIMPÓSIO INTERNACIONAL TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE, 7., 2018, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2018.

REMUNERAÇÃO condigna aos professores particulares. **Jornal A Noite**, Rio de Janeiro, p. 7, 7 abr. 1940. Disponivel em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1940_10113.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

RODRIGUES, J. Celso Suckow da Fonseca e a sua "história do ensino industrial no Brasil". **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2.2 [4], p. 47-74, jul./dez. 2002.

RODRIGUES, J. P. Kerschensteiner e a sua escola do trabalho. **Portal Galego da Língua**, 2018. Disponivel em: http://pgl.gal/kerschensteiner-escola-do-trabalho/. Acesso em: 15 Junho 2018.

ROMANELLI, O. D. O. **História da educação no Brasil**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. SAMPAIO, F. P. O ensino industrial no plano nacional de educação. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, p. 1339, jan. 1955.

SANTANA, A. L. Biografias: Goethe. **Infoescola.** Disponivel em: https://www.infoescola.com/biografias/goethe/. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTOS, L. C. R. A educação nova, a escola moderna e a construção da pessoa. desenvolvimento, cidadania, educação e liberdade. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia. Lisboa, 2003.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Paulo, jul. 2009. ISSN: 2175-3423.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. Tempos de capanema, São Paulo, 1 ed. Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984.

SCIELO. Lourenço Filho. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, vol.17 n.1 1997. Disponível em: Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000100009. Acesso em: 18 jan. 2019.

SENAI-SP. **De homens e máquinas:** Roberto Mange e a Formação Profissional. v. 2, 2. ed. São Paulo: SENAI-SP, 1991.

SENAI-SP. Histórico: Horácio Augusto da Silveira. Disponivel em: https://alimentos.sp.senai.br/WebForms/Conteudo/Institucional?Menu=1359&Preview=S. Acesso em: 20 fev 2019.

SENAI-SP. Italo Bologna. Disponivel em: https://itu.sp.senai.br/institucional/2873/0/patrono. Acesso em: 10 nov. 2018.

SENNA, L. R. D.; TEIXEIRA, A. Methodos Americanos de Educação - Geral e technica. **Repositório Institucional UFSC**, 2015. Disponivel em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135019. Acesso em: 02 out. 2017.

SILVA, J. B. D. Cursos de Grau Médio para a formação de técnicos metalúrgicos. **Boletim da CBAI**, Rio de Janeiro, jan. 1947.

SILVA, M. F. D. Indústria, Trabalho e Ensino Profissional nos discursos (1918-42) de Roberto Cochrane Simonsen: Os sentidos do Americanismo. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - CEFET-MG, Belo Horizonte, Agosto 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SOARES, M. D. J. A. As escolas de aprendizes artífices-estrutura e evolução. **Fórum educacional**, Rio de Janeiro, jul./set. 1982. 58-92.

SOUZA, A. C. R. D. A legislação federal para o ensino profissional e a Escola de Aprendizes e Artífices do Amazonas: Diálogos possíveis. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal, 2013.

SOUZA, I. P. B. D. Fidélis Reis. **FGV/CPDOC**, 2010. Disponivel em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REIS,%20Fid%C3%A9lis. pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

SUA PESQUISA. John Locke. Disponivel em:

https://www.suapesquisa.com/biografias/john locke.htm. Acesso em: 18 abr. 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Biografia Ministro Oscar Saraiva.** Brasília: STJ, 1998. Disponivel em:

https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/32660/Biografia_Ministro_Oscar_Saraiva.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

TÉCNICOS para as grandes indústrias brasileiras. **A noite**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1942. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/15921?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 20 mar 2019.

TODAMATÉRIA. História do Brasil: Estado Novo. **Toda matéria**, 2019. Disponivel em: https://www.todamateria.com.br/estado-novo/. Acesso em: 12 jun. 2019.

TODAMATÉRIA. História do Brasil: Governo Constitucionalista. **Toda matéria**, 2019. Disponivel em: https://www.todamateria.com.br/governo-constitucionalista/. Acesso em: 12 jun. 2019.

TOLEDO, A. Celso de Suckow da Fonseca, 2018. Disponivel em:

https://www.geni.com/people/Celso-de-Suckow-da-Fonseca/6000000041989132596. Acesso em: 10 nov. 2018.

UFRGS. Escola de Engenharia de Porto Alegre - EE (Brasil). **Patrimonio arquivístico UFRGS:** Arquivo Geral. Disponivel em: http://www.ufrgs.br/patrimonioarquivistico/icaatom-1.3.1/index.php/escola-de-engenharia-de-porto-alegre-ee-brasil. Acesso em: 16 dez. 2018.

VARGAS, G. A conferência nacional de proteção à infância. **Revista do ensino (Órgão oficial da Inspetoria geral da intrução)**, Belo Horizonte, ano VII, n. 94, 15 set. 1933. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 03 jun. 2017.

VASCONCELOS, A. F. D. **Uma escola nova na Bélgica**. 1. ed. Aveiro: UA Editora, Universidade de Aveiro, 2015.

VIAJANTES. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, p.6, 6 fev. 1937. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/38421?pesq=montojos. Acesso em: 2 fev. 2019.

VIAJANTES. **Diário de notícias**, Rio de Janeiro, p.3, 23 nov. 1945. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/25490?pesq=francisco%20montojos. Acesso em: 06 fev. 2019.

VIEIRA, C. E. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967). **Educar em revista**, Curitiba, Brasil, p. 19-34, jul./set. 2017.

VII CONGRESSO Nacional de Educação. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, p.6, 23 jun. 1935. Disponivel em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/28414?pesq=montojos. Acesso em: 13 nov. 2018.

WESTIN, R. SENADO FEDERAL. **O Senado na história do Brasil**, 2015. Disponivel em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/514443/001078037_Arquivo_S_v2.pdf? sequence=8. Acesso em: 10 set. 2018.

WIKIPEDIA. **João Cardoso de Menezes e Souza**. Disponivel em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo% C3%A3o_Cardoso_de_Meneses_e_Sousa. Acesso em: 20 fev. 2019.

ZANATTA, M. Roberto Mange: Inventário. **Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH - UNICAMP**, 2016. Disponivel em: https://www.ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/public-files/instrumentos-pesquisa/roberto mange.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.